Conic: um espaço rico em diversidade

REPRODUÇÃO/FACEBOOK

Por trás das aparências, o centro comercial que guarda grandes histórias se transforma e se torna reduto da resiliência cultural. Comerciantes também recebem novo sistema de segurança. 35

R$1

QUARTA-FEIRA
10 de abril de 2024
Ano 51, nº 16.744
www.jornaldebrasilia.com.br
Assinaturas: 0800-612221

Jornal de Brasília

DENGUE

VACINA ENCALHA COM BAIXA ADESÃO

Ministério da Saúde remanejou do DF para o Amapá 11.720 doses do imunizante destinado a crianças de 10 a 14 anos que estão perto de vencer 3

LULA MARQUES/ AGÊNCIA BRASIL

Moro fica livre de cassação no TRE

Acusação de abuso de poder econômico na eleição será analisada pelo TSE 16

GUILHERME PONTES LIMA

O grave problema dos carros abandonados

Operação DF Livre de Carcaças já retirou quase 3 mil veículos largados em estacionamentos públicos nos últimos quatro anos 2

Assalto dá susto em família de distrital

Casa do deputado Rogério Morro da Cruz foi invadida em São Sebastião 14

A luta por uma alimentação saudável 4

Petrobras acha novo poço de petróleo 24

CUIDADO DA CIDADE

Ruas livres de carcaças

Desde 2020, 2.860 carros foram recolhidos dos estacionamentos do DF

GUILHERME PONTES
redacao@grupojbr.com

GUILHERME PONTES/JORNAL DE BRASÍLIA

Moradores da 205 e 405 Sul reclamam que, ao andar entre os prédios, sempre encontram carros abandonados

Com quase 2 milhões de automóveis no Distrito Federal, Brasília é conhecida por muitos como a cidade dos carros. No entanto, apesar do título, nem todos os veículos que existem na cidade estão circulando, e em vários pontos da capital federal, eles enferrujam nos estacionamentos e se mostram um infortúnio para a população.

As quadras em que se concentram alguns deles são as 205 e 405 Sul. Lá, ao transitar entre os prédios baixos, se encontra sempre um ou outro carro com os pneus murchos e rachados pela falta de circulação, folhas secas em cima e podres embaixo, além de vidros embaçados por meses, às vezes anos, de acúmulo de poeira. Esse tipo de ambiente tende a ser propício para que pragas urbanas se estabeleçam, como ocorreu com um carro abandonado por meses na 716 norte, em outubro do ano passado, que já atraía ratos. Esse foi o milésimo veículo abandonado que foi recolhido pelo projeto DF Livre de Carcaças, da Secretaria de Segurança Pública.

Um dos carros ainda não recolhidos pelo programa está na quadra 405 sul, um Lifan 320 azul, lançado em 2011, que hoje, seminovo, pode chegar a custar R$ 25 mil. Segundo moradores e trabalhadores da área, ele está ocupando a mesma vaga há aproximadamente 3 anos, sendo que o dono nunca morou no prédio adjacente.

Uso indevido

João Souza, pai de uma mulher que mora na quadra, se indignou pela falta de consideração do dono do veículo. "A casa dos outros não é lixeira, a porta dos outros não é lixeira", disse. Na visão de João, apesar de se tratar de um espaço público, seu uso não deveria ser feito de forma tão impensada, mas reconhece que esse problema não acontece apenas na 405 Sul. "Todas essas quadras tem carros nessa condição. Eu vi outro dia um reboque do Detran carregando dois carros pretos pela sujeira, recolhendo os carros na quadra", diz. "Isso aí é um uso indevido da área pública"

Apesar do incômodo, funcionários do conjunto de apartamentos mais próximo disseram que o Detran já chegou para tentar recolher o veículo, mas seu dono continua mantendo-o dentro da lei, de modo que ele não possa ser movido, apesar do potencial risco à saúde que representa. Casos parecidos se repetem sem que seja necessário andar muito. Na mesma quadra, em outro estacionamento, um carro está coberto de folhas, impossibilitado de ser dirigido pela falta de uma roda. Seu dono, segundo relatos, ainda zela pelo veículo.

DF Livre de Carcaças

O programa do GDF que cuida da remoção de veículos abandonados e carcaças é o DF Livre de Carcaças. O Sargento R. Almeida, da Secretaria de Segurança Pública (SSP DF), que, junto a outros órgão administra o programa, explicou o que caracteriza um carro abandonado "De acordo com o artigo 279 do Código de Trânsito, que é o que nos baseamos, o estado de abandono é um veículo que se encontra em deterioração, que não anda, por si só, que apresenta mal cuidado, sujeira e que possa oferecer risco a segurança pública, estando com vidros quebrados, portas abertas, servindo de esconderijo para pessoas de má fé, drogas ou armas, e que ofereçam riscos à saúde pública, como o acumulo de água", disse.

Criadouro de mosquito

Segundo a SSP, o DF Livre de Carcaças é um programa coordenado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), através da Subsecretaria de Políticas Públicas (Subisp), com o apoio da Polícia Militar, Detran, DER, DF Legal, Diretoria de Vigilância Ambiental, Novacap, entre outros órgãos, como as administrações regionais.

Segundo a pasta, além de contribuir para a sensação de segurança da população, a retirada de veículos abandonados ajuda no combate a criadouros do mosquito Aedes aegypti, transmissor de dengue, zika e chikungunya. O objetivo da operação gira em torno de carcaças de veículos (chassis, veículos que foram depenados, abandonados e/ou queimados e que não sejam mais íntegros) e aqueles veículos que se encontram em estado de abandono, sem capacidade de locomoção por meios próprios e que, devido a seu estado de conservação e processo de deterioração, ofereça risco à saúde pública, à segurança pública ou ao meio ambiente, independentemente de encontrar-se estacionado em local permitido.

O veículo abandonado ou sinistrado poderá ser removido para o depósito fixado pelo órgão ou entidade competente do Sistema Nacional de Trânsito independentemente da existência de infração à legislação de trânsito, nos termos da regulamentação do Contran.

Ainda segundo a secretaria, em 2023, foram recolhidas 1.132 carcaças das ruas do DF, 337,06% a mais do que em 2022, quando foram feitos 259 recolhimentos. Em 2021 foram 306 e em 2020, foram 448. Desde 2020, até o momento, foram recolhidas 2.860 carcaças no DF.

OPERAÇÃO SUOR SAGRADO

Polícia Civil desarticula quadrilha

Na madrugada da última terça-feira, a Polícia Civil do Distrito Federal desarticulou um grupo de golpistas que conseguiu, por vias ilícitas, subtrair 8 milhões de suas vítimas. A operação, chamada Suor Sagrado, ocorreu em Sobradinho II e prendeu 4 pessoas, 3 das quais eram da mesma família, além de reter diversos bens usados na prática criminosa.

Durante a operação foram cumpridos 4 mandados de prisão e 14 de busca e apreensão nas regiões administrativas de Sobradinho, Ceilândia, Planaltina de Goiás e Rio Verde/GO, onde ficava a sede de uma empresa agropecuária que financiou o grupo inicialmente.

A investigação, que teve duração de 6 meses, revelou que os suspeitos, em contexto de organização criminosa, obtiveram vantagem econômica sobre diversas vítimas, que, segundo a investigação, somavam 14 no momento em que a polícia interviu. Foram movimentados R$ 8 milhões em golpes, utilizando diversas modalidades fraudulentas.

Se tratavam principalmente de: falsos investimentos, com promessas de rendimentos de 7%, ao mês, atraindo vítimas que buscavam oportunidades de investimento.

Segundo o Delegado da 35ª DP, Ricardo Viana, o grupo é liderado por dois moradores de Sobradinho, um dos quais construiu uma grande casa no lote do sogro que fica na região. "Acredita-se que dezenas de pessoas foram vítimas do golpe, mas ainda não registraram as ocorrências, pois estão negociando" seus créditos", explica. Dos quatro mandados expedidos pela Justiça do DF, três são membros da mesma família: pai (50 anos), filho (28 anos) e filha (26 anos). O quarto preso é outro morador da cidade (24 anos). (*Guilherme Pontes, do JBr*)

Jornal de Brasília
Fundado em 10 de dezembro de 1972

Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 08.337.317/0001-20
TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000
ENDEREÇO: SIG/Sul - Qd. 01 - Lote 765
Brasília - DF - CEP.: 70.610-410

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANJ Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br

Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R$ 260,00 – **SEMESTRAL:** R$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R$ 3,00

Classificados: (61) 99637-6993
Sucursal São Paulo: (11) 5097-6777
Dep. Comercial: (61) 3343-8180
Sucursal Rio de Janeiro: (21) 3459-8848
Atendimento ao leitor : (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

EDITOR-CHEFE - IMPRESSO
Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grupojbr.com)
EDITORA-EXECUTIVA - IMPRESSO
Larissa Galli (larissa.galli@grupojbr.com)
EDITOR-CHEFE - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grupojbr.com)
Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

EDITORES
Ivana Antunes (ivana.antunes@grupojbr.com)
Laezia Bezerra (laezia.bezerra@grupojbr.com)
Thatyane Nardelli (thatyane.nardelli@grupojbr.com)
Thiago Henrique de Morais (thiago.morais@grupojbr.com)

A Editora Jornal de Brasília Ltda. não comercializa diretamente os exemplares do jornal ao público, fazendo-o unicamente por meio de bancas de jornais devidamente credenciadas e com a empresa juridicamente constituída que, por sua vez, revendem os exemplares por meio de vendedores avulsos, com idade acima de 16 anos, conforme norma legal vigente, por ela diretamente contratados. As assinaturas são vendidas diretamente na sede social da empresa ou por intermédio das pessoas físicas ou jurídicas para isso autorizadas.

IMUNIZAÇÃO

DF remaneja 11 mil doses

Próximas do vencimento, vacinas contra a dengue são enviadas ao Amapá

CAROLINA FREITAS
redacao@grupojbr.com

A adesão pela vacina contra a dengue por parte do público-alvo de 10 a 14 anos está abaixo do esperado pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). Por conta da baixa procura, 11.720 doses do imunizante que se encontravam no DF, com data de validade para o final deste mês, foram remanejadas pelo Ministério da Saúde para o estado do Amapá.

Ao todo 17.720 doses da vacina contra a dengue estavam para vencer no DF, com o remanejamento, a capital federal ficou apenas com seis mil doses com prazo de validade para o dia 30 de abril. De acordo com a SES, era necessário deixar um quantitativo de imunizantes no DF para manter o atendimento das crianças que serão vacinadas até o fim do mês. Além disso, segundo a pasta, o mesmo número de doses enviadas ao Amapá será reposto pelo Ministério da Saúde com validade superior.

A transferência do imunizante para o Amapá, na última semana, faz parte de uma decisão do Programa Nacional de Imunizações (PNI) no qual decretou a ampliação da oferta da vacina aos municípios com alta incidência da doença. Dessa forma, o Ministério da Saúde optou pelo remanejamento das doses não utilizadas e que apresentam risco de perda por validade.

Das 71 mil doses da vacina contra a dengue recebidas no DF, 53.300 foram aplicadas até o momento pela rede pública. Dessas, 53.095 foram em relação à primeira dose e 205 em relação à segunda dose.

Dentre o público-alvo, as crianças mais imunizadas foram as de 10 anos com 16.511 doses aplicadas. Na sequência aparecem: 11 anos (15.158); 12 anos (7.513); 13 anos (7.438) e 14 anos (6.680).

Ao **Jornal de Brasília**, a SES, ressaltou que o plano inicial da pasta era imunizar toda a população do DF da faixa etária entre 10 e 14 anos, totalizando 190 mil crianças. Porém, como a pasta não recebeu doses suficientes, o ideal era que todas as doses tivessem sido utilizadas. Além do mais, a secretaria informou que está empenhada em ampliar a vacinação do público-alvo contra a dengue.

"A adesão à vacina está abaixo do esperado. As vacinas estão disponíveis em diversos postos de saúde e a pasta informa que não tem medido esforços para ampliar a vacinação do público alvo contra a dengue. Além dos chamamentos diários para que os responsáveis vacinem seus filhos, algumas USBs tiveram seus horários ampliados, além do aumento do número de postos para vacinação", cita a nota da SES-DF.

Baixa adesão

O **JBr** esteve na manhã de ontem na Unidade Básica de Saúde (UBS) 2 de Santa Maria no qual encontravam-se apenas crianças menores de três anos tomando vacinas já previstas no calendário vacinal e idosos se imunizando contra a gripe. Durante o período que a reportagem esteve no local, nenhuma criança entre 10 e 14 anos foi à unidade para se vacinar contra a dengue.

Para a advogada Hérika Tavares, de 35 anos, a baixa adesão pode ser pela falta de divulgação e informação sobre a vacina: "Eu trouxe meus dois filhos pequenos para se vacinar porque eles ainda precisam todos os meses tomar as vacinas e acredito que seja importante vacinar para a própria saúde deles. Mas no caso de uma vacina nova, como a da dengue, eu teria um pouco mais de restrição. Talvez eu iria pensar um pouco antes de dar a vacina, mas se fosse uma vacina mais consolidada com certeza eu daria".

"Eu acredito que poucos pais estão trazendo os filhos para se vacinar por pouca informação e falta de divulgação sobre a vacinação. Eu mesmo não tinha visto em nenhum lugar que estavam dando vacina contra a dengue para crianças de 10 a 14 anos na rede pública".

Já a professora Elisangela Campos, 41 anos, procurou a UBS 2 de Santa Maria, em busca de atendimento para o filho Uriel Costa de 10 anos que encontra-se com sintomas de dengue. **Ao JBr**, a educadora explicou que o filho acabou de completar a idade para poder tomar a vacina e logo em seguida apresentou os sintomas da doença, e por isso, ainda não se vacinou.

"Ele completou 10 anos esse mês e nem deu tempo dele se vacinar. Mas assim que passar os sintomas da dengue eu pretendo vacinar ele, até porque é uma medida de segurança. Porém, sempre fica aquela dúvida porque nós não conhecemos ainda quais são as reações. No geral eu sempre costumo levar ele para vacinar e todas as vacinas dele estão em dia. Mas sempre fica aquela dúvida com as vacinas novas que estão surgindo", comentou.

CAROLINA FREITAS/JORNAL DE BRASÍLIA

Devido À baixa procura, as vacinas foram remanejadas antes de vencer

SERVIÇO

Confira abaixo alguns locais de vacinação contra a dengue para crianças de 10 a 14 anos:

UBS 1 VARJÃO
- **Horário de vacinação:** das 8h às 12h e das 13h às 17h – De segunda a sexta-feira (dias úteis)
- **Endereço:** Vila Varjão Quadra 5 Conjunto A Lote 17

UBS 1 LAGO NORTE
- **Horário de vacinação:** das 8h às 12h e das 13h às 17h – De segunda a sexta-feira (dias úteis)
- **Endereço:** Vila Varjão Quadra 5 Conjunto A Lote 17

UBS 1 ASA NORTE
- **Horário de vacinação:** das 8h às 12h e das 13h às 17h – De segunda a sexta-feira (dias úteis)
- **Endereço:** SGAN 905

UBS 2 ASA NORTE
- **Horário de vacinação:** das 8h às 12h e das 13h às 17h – De segunda a sexta-feira (dias úteis)
- **Endereço:** EQN 114/115

UBS 3 VILA PLANALTO
- **Horário de vacinação:** das 8h às 12h e das 13h às 17h – De segunda a sexta-feira (dias úteis)
- **Endereço:** Rua Piau – Acampamento Pacheco

UBS 1 ASA SUL
- **Horário de vacinação:** das 8h às 12h e das 13h às 17h – De segunda a sexta-feira (dias úteis)
- **Endereço:** SGAS 612

UBS 1 CRUZEIRO
- **Horário de vacinação:** das 8h às 12h e das 13h às 17h – De segunda a sexta-feira (dias úteis)
- **Endereço:** SHCES 601 - Lote 01 -

NUTRIÇÃO INFANTIL

Combate aos ultraprocessados

GDF reforça adoção de políticas públicas para garantir a segurança alimentar nas escolas

Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) do Distrito Federal apontam que os alimentos ultraprocessados fazem parte da rotina alimentar de 95% das crianças brasilienses com idades entre 2 e 9 anos. Entre adolescentes, esse número cai para 93%, enquanto 87% dos adultos fazem o consumo diário desses produtos alimentícios. Os dados estão no último boletim informativo do Consumo Alimentar do DF, de dezembro de 2022.

Para mudar essa realidade alarmante, o Governo do Distrito Federal (GDF) tem intensificado os esforços na adoção de políticas públicas que visam garantir a segurança alimentar e nutricional da população, especialmente no contexto escolar e nos primeiros anos da infância, em que a alimentação saudável e balanceada é determinante para blindar as crianças das DCNTs.

"Especificamente entre as crianças, os ingredientes usados para aumentar o tempo de prateleira desses produtos interfere, além do desenvolvimento da obesidade de excesso de peso, no seu neurodesenvolvimento, podendo ser responsável pelo aumento de casos de hiperatividade, déficit de atenção e até mesmo aumento do transtorno do espectro autista (TEA)", explica Carolina Gama, gerente de Serviços de Nutrição (Gesnut) da Secretaria de Saúde do DF (SES-DF).

Os ultraprocessados são alimentos que passam por diversos processos industriais, envolvendo a adição de substâncias como açúcares, gorduras, aditivos químicos, corantes, aromatizantes e estabilizantes. Geralmente, esses produtos são formulados para serem saborosos, convenientes e de longa duração, mas muitas vezes possuem baixo valor nutricional.

Para além das calorias vazias, os ingredientes usados na composição desses alimentos contribuem diretamente, segundo o Ministério da Saúde, para o surgimento de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNTs). Hoje, essas patologias estão entre as principais responsáveis pela mortalidade no mundo – no Brasil, são as causas de 70% dos óbitos.

Atenção primária

A titular da Gesnut afirma que o trabalho do GDF na promoção de uma alimentação mais saudável entre crianças começa nas primeiras consultas pediátricas nas unidades básicas de saúde (UBSs). "Isso porque essa formação de hábitos alimentares saudáveis deve ser iniciada desde antes da criança nascer", enfatiza. "É um momento determinante para que as crianças tenham uma programação metabólica adequada. O que ela vai ter de acesso à alimentação nesses primeiros dias interferirá em toda sua vida", prossegue.

LÚCIO BERNARDO JR./AGÊNCIA BRASÍLIA

Desde 2013, as escolas não podem oferecer alimentos processados

Ela explica que, no ato da visita ao pediatria, os pais e responsáveis são orientados tanto individualmente quanto coletivamente por meio de grupos com orientações sobre a introdução alimentar das crianças.

Os encontros são pautados pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, elaborado pelo Ministério da Saúde. "O documento orienta que nossa alimentação seja composta prioritariamente por alimentos in natura e minimamente processados, ou seja, tal qual são retirados da natureza ou passados por processamentos mínimos que não interferem na composição final do alimento", detalha. "Podemos consumir os alimentos processados apenas como ingredientes de preparação culinária e os ultraprocessados devem ser evitados por completo", ressalta a gerente.

Trabalho nas escolas

Desde 2013, escolas das redes públicas e privadas do DF estão impossibilitadas de ofertar merendas e refeições com alimentos que não sejam nutricionalmente adequados, incluindo ultraprocessados. "O DF é uma das unidades da federação pioneiras nessa proibição. Hoje em dia, não temos mais cantinas comerciais dentro de escolas públicas, por exemplo, e atuamos na fiscalização também dos estabelecimentos que atuam na rede privada", defende a gerente de alimentos da Subsecretaria de Vigilância à Saúde (SVS), Dillian Adelaine.

Na rede pública de ensino, o cardápio servido nas merendas dos alunos é 100% livre de ultraprocessados. "Temos de 90% a 95% de alimentos in natura e uma parcela muito pequena de alimentos minimamente processados", resume Juliene Moura Santos, diretora de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação. "Fazemos escolha por alimentos produzidos por agricultores familiares e não aceitamos produtos com conservantes e estabilizantes na composição", continua.

"O cardápio é um instrumento, uma estratégia de transição alimentar e nutricional. Nossa ideia é que o tema alimentação saudável e os hábitos alimentares façam parte da rotina de conteúdos da escola. É, por exemplo, ensinar matemática, português, biologia falando de alimentação e nutrição, ou incentivar a manutenção de uma horta comunitária entre os alunos. Isso cria um ciclo virtuoso bem bacana", avalia a diretora.

Viviane Costa Moreira é diretora da escola Classe 708, na Asa Norte. Ela afirma que a recepção dos alunos ao menu servido pela Educação é positiva: "Os alunos gostam muito da alimentação e fazem a opção por refeições saudáveis. A gente recebe, semanalmente, verduras e frutas selecionadas e frescas. Também trabalhamos o assunto através dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula".

Fiscalização na rede de ensino

No âmbito educacional, outra iniciativa que surge no contexto de incentivo aos hábitos saudáveis entre os pequenos é o Programa Saúde nas Escolas (PSE), uma política intersetorial da SES com a Secretaria de Educação, cujo objetivo é levar ao contexto educacional a saúde e educação integrais, fortalecendo ações de enfrentamento de vulnerabilidades e ampliando o acesso aos serviços de saúde. Atualmente, há mais de 500 escolas locais cadastradas no PSE.

"A escola, como espaço educativo, tem que proteger a saúde dos escolares. Naquele ambiente, toda ação que estiver à disposição da criança tem que ser educativa e a cantina tem que ser um lugar de educação alimentar, de promoção de hábitos saudáveis. Isso não significa, porém, que essa criança não possa fazer o consumo deste produto em outros ambientes, mas é uma ação típica de proteção à saúde", acrescenta a servidora da SVS.

A pasta é, inclusive, uma das integrantes do Fórum Permanente destinado à implementação das ações relativas à promoção da alimentação adequada e saudável nas redes pública e privada de ensino do Distrito Federal. O colegiado é composto por representantes de vários órgãos do GDF e foi instituído pelo Executivo em fevereiro deste ano pela Portaria 74/2024.

A atuação da SVS também abrange o monitoramento da qualidade de produtos pós-mercado. Semanalmente, fiscais coletam alimentos de diversos tipos para análise posterior do Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen). Na oportunidade, são gerados laudos de análise da qualidade dos alimentos em várias áreas, da rotulagem à composição. Esse trabalho ocorre em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). São realizadas, ainda, ações de fiscalização de rotina nos ambientes de ensino, tendo como foco a garantia do cumprimento das legislações e regulamentações sanitárias vigentes. "Estamos frequentemente nas escolas fazendo essa verificação. Na ocasião, nossa atuação é no sentido de prezar, em um primeiro momento, na conscientização dos cantineiros, da comunidade escolar, pais e responsáveis, buscando a redução desse consumo", detalha Dillian.

A pasta também atua sob demanda ou denúncia a respeito da qualidade da alimentação ofertada nas escolas. A população pode participar informando eventuais descasos e descumprimentos por meio da Ouvidoria-Geral do GDF, pelo site ou pelo telefone 162.

TCU

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SEGEDAM / DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 21/2024

Processo n.º 033.853/2023-1. Objeto: Fornecimento e aplicação de vacinas quadrivalentes contra o vírus da gripe na Sede do Tribunal de Contas da União e no Instituto Serzedello Corrêa – ISC, em regime de empreitada por preço unitário, e nas Representações do TCU nos estados, em regime de empreitada por preço global. Sessão Pública: **22/04/2024 às 14h30**. Local: sítio www.gov.br/compras. Edital à disposição dos interessados no mencionado endereço ou no sítio www.tcu.gov.br, opção "Transparência e Prestação de Contas".

Nathália Baldez Doroteu – Agente de Contratação

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90010/2024

Processo nº 00001-00032182/2023-54. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e emergencial dos motores do Grupo Moto-Gerador, com fornecimento de peças e materiais para atender às necessidades da Câmara Legislativa do Distrito Federal, de acordo com as especificações e as exigências constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital. Valor estimado: R$ 177.391,38. Data/hora da Sessão Pública: 24/04/2024, às 09:30h. Local: Internet, no endereço www.gov.br/compras. Critério de Julgamento: menor preço. O edital encontra-se nos endereços: www.gov.br/compras (UASG 974004), pncp.gov.br e www.cl.df.gov.br/pregoes. Mais informações: (61) 3348-8650 ou cpc@cl.df.gov.br.

DIRCEU FALCÃO DA MOTA NETO
Pregoeiro

SICPA AMÉRICA DO SUL SOLUÇÕES S.A.
CNPJ nº 26.771.364/0001-69 - NIRE 53300021023

Convocação – Assembleia Geral Ordinária: Ficam os acionistas convocados para se reunirem em AGO a ser realizada no dia **16/04/2024** às **10h30m, de forma virtual**, para, nos termos dos Artigos 121 e seguintes da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Tomar as contas da Administração e examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31/12/2023; e **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2023. Os links para acesso à Assembleia serão disponibilizados posteriormente a todos os acionistas. Brasília - DF, 4 de abril de 2024. **SICPA América do Sul Soluções S.A.**

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

A Telecomunicações Brasileiras S/A – Telebras. (B3: TELB3 & TELB4) submete à apreciação dos investidores e do público em geral as Demonstrações Financeiras resumidas, acompanhadas do resumo do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e do resumo do parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

De acordo com as alterações no artigo nº 289, I e II, da Lei nº 6.404/1976, introduzidas pela Lei nº 13.818/2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") divulgou o Parecer de Orientação nº 39, de 20 de dezembro de 2021, que define os requisitos de publicação a serem observados nas demonstrações financeiras resumidas. A Companhia optou por divulgar em jornal as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 de forma reduzida e apresenta o seguinte aviso:

1. As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2. As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracao-financeira-e-relatorio-administracao/

https://www.gov.br/cvm/

https://www.b3.com.br

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2023	2022 Reapresentado
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	380.712	352.611
Contas a Receber	6	176.885	105.869
Tributos a Compensar/Recuperar	7	177.601	169.089
Depósitos Judiciais	8	6.903	7.114
Aplicações Financeiras	12	822.352	822.352
Superávit - Previdência Privada	9	12.270	-
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	10.1	1.945	1.945
Outros Ativos Realizáveis	10.2	28.681	69.730
Total do Circulante		**1.607.349**	**1.528.710**
Não Circulante			
Aplicações Financeiras	12	80.682	72.479
Tributos a Compensar/Recuperar	7	11.634	9.225
Depósitos Judiciais	8	45.542	41.311
Dividendos a Receber	11	5.456	5.456
Superávit - Previdência Privada	9	15.726	-
Outros Ativos Realizáveis	10.2	22.569	23.942
		181.609	**152.413**
Investimentos	13	70.084	75.195
Imobilizado	14	2.121.373	2.253.712
Intangível	15	23.172	25.381
Total do Não Circulante		**2.396.238**	**2.506.701**
Total do Ativo		**4.003.587**	**4.035.411**

Passivo	Nota	2023	2022 Reapresentado
Circulante			
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	16	13.114	12.418
Fornecedores	19	122.719	106.843
Receitas Diferidas	25	62.812	110.057
Tributos Indiretos	20	3.466	5.698
Empréstimos e Financiamentos	24.1	45.710	47.175
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	24.2	5.324	4.788
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	21	4.295	12.565
Credores por Perdas Judiciais	22	16.436	17.170
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	17	1.766	1.747
Outras Obrigações	26	5.018	3.154
Total do Circulante		**280.660**	**321.615**
Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	24.1	44.892	89.635
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	24.2	8.797	11.869
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	21	54.590	51.285
Credores por Perdas Judiciais	22	116.004	137.253
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	17	21.910	23.909
Grupamento de Ações	18	680	680
Receitas Diferidas	25	310.085	346.566
Recursos Capitalizáveis	23	1.740.318	1.497.496
Total do Não Circulante		**2.297.276**	**2.158.693**
Patrimônio Líquido	27		
Capital Social		3.474.498	3.474.498
Prejuízos Acumulados		(2.073.212)	(1.945.855)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		24.476	26.571
Ações em Tesouraria		(111)	(111)
Total do Patrimônio Líquido		**1.425.651**	**1.555.103**
Total do Passivo		**4.003.587**	**4.035.411**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2023	2022 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	**416.840**	**347.840**
Custos dos Serviços Prestados	29	(611.350)	(535.312)
Lucro Bruto		**(194.510)**	**(187.472)**
Receitas / (Despesas) Operacionais		**127.103**	**119.161**
Comercialização dos Serviços	29	(25.528)	(21.216)
Despesas Gerais e Administrativas	29	(86.328)	(79.516)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	(2.254)	(6.500)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	30	241.213	226.393
Outras Receitas Operacionais		296.872	255.455
Outras Despesas Operacionais		(55.659)	(29.062)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		**(67.407)**	**(68.311)**
Resultado Financeiro	31	**(59.950)**	**(100.148)**
Receitas Financeiras		165.638	119.372
Despesas Financeiras		(225.588)	(219.520)
Prejuízo do Exercício		**(127.357)**	**(168.459)**
Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:	27.5		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(1,4743)	(1,9501)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(1,4743)	(1,9501)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022 Reapresentado
Prejuízo do Exercício	**(127.357)**	**(168.459)**
Outros Resultados Abrangentes	**(2.095)**	**(6.807)**
Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:	**(2.857)**	**(6.457)**
Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	(2.857)	(6.457)
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado:	**762**	**(350)**
Ganho/(Perda) com Instrumentos Financeiros - VJORA	762	(350)
Resultado Abrangente Total	**(129.452)**	**(175.266)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Divulgado	**3.107.339**	**(1.709.848)**	**33.378**	**(111)**	**1.430.758**
Ajuste de Exercícios Anteriores	**-**	**(67.548)**	**-**	**-**	**(67.548)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado	**3.107.339**	**(1.777.396)**	**33.378**	**(111)**	**1.363.210**
Transações de Capital com Acionistas:	**367.159**				**367.159**
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC	367.159				367.159
Resultados Abrangentes Total:	**-**	**(168.459)**	**(6.807)**	**-**	**(175.266)**
Prejuízo do Exercício	-	(168.459)	-	-	**(168.459)**
Outros Resultados Abrangentes:	**-**	**-**	**(6.807)**	**-**	**(6.807)**
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	(6.457)	-	(6.457)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	(350)	-	(350)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado	**3.474.498**	**(1.945.855)**	**26.571**	**(111)**	**1.555.103**
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado	**3.474.498**	**(1.945.855)**	**26.571**	**(111)**	**1.555.103**
Resultados Abrangentes Total:	**-**	**(127.357)**	**(2.095)**	**-**	**(129.452)**
Prejuízo do Exercício	-	(127.357)	-	-	**(127.357)**
Outros Resultados Abrangentes:	**-**	**-**	**(2.095)**	**-**	**(2.095)**
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	(2.857)	-	(2.857)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	762	-	762
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.474.498**	**(2.073.212)**	**24.476**	**(111)**	**1.425.651**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022 Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(127.357)**	**(168.459)**
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	253.541	242.087
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(8.251)	(3.361)
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	6.775	7.542
Receita Diferida	(83.726)	(106.458)
Equivalência Patrimonial	2.254	6.500
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	198.416	185.767
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	1.494	2.332
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	13.678	18.483
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(4.142)	(3.467)
Despesas Financeiras - Juros a Apropriar CPC (R2)/IFRS 16	1.034	939
Apropriação de Juros - Empréstimos e Financiamentos	5.474	6.708
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.314	(1.042)
Superávit de Previdência Privada	(33.912)	-
Ganho na Baixa de Passivos	(417)	-
Baixa de Créditos Tributários	7.183	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	(63)
Baixa de Ativo Imobilizado	383	16.643
	361.098	**372.610**
Mutações Patrimoniais:		
Contas a Receber de Clientes	(72.330)	(18.390)
Tributos a Recuperar	(12.087)	(28.276)
Depósitos Judiciais	122	1.091
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	696	1.100
Fornecedores	2.765	(38.491)
Outras Contas Ativas e Passivas	42.978	(24.499)
	(37.856)	**(107.465)**
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	-	63
Recebimento de Receitas Diferidas	-	27.168
Pagamento por Adesão ao Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(3.475)	(1.531)
Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.034)	(939)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(3.452)	(4.878)
Pagamento de Compensação Financeira - Financiamento FINEP	(2.222)	(8.322)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(3.489)	(2.063)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(13.833)	(19.670)
Pagamento de IRPJ/CSLL	(6.017)	
	(33.522)	**10.172**
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	**162.363**	**86.514**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(112.976)	(53.270)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**(112.976)**	**(53.270)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Principal - Arrendamento Mercantil Financeiro	(5.210)	(4.832)
Pagamento de Principal de Acordos Judiciais	(21.828)	(16.199)
Pagamentos - Financiamento - Finep - Principal	(46.008)	(50.400)
Recebimento Parcela - Superávit Previdência Privada	7.354	87.098
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	44.406	30.861
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	**(21.286)**	**46.528**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**28.101**	**79.772**
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	380.712	352.611
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	352.611	272.839
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**28.101**	**79.772**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022 Reapresentado
Receitas	**694.706**	**600.723**
Prestação de Serviços	387.325	329.120
Subvenções Orçamentárias Recebidas	240.187	241.525
Outras Receitas	48.179	10.829
Construção de Ativo Próprio	20.329	18.207
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.314)	1.042
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(342.873)**	**(261.238)**
Custos dos Serviços Vendidos	(282.004)	(224.055)
Materiais	(193)	(124)
Serviços de Terceiros	(7.556)	(7.143)
Serviços Técnicos Administrativos	(8.960)	(7.661)
Perdas	(1.421)	(9)
Outras Despesas	(42.739)	(22.246)
Valor Adicionado Bruto	**351.833**	**339.485**
Retenções	**(253.541)**	**(242.087)**
Depreciação e Amortização	(253.541)	(242.087)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**98.292**	**97.398**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**239.975**	**183.859**
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre Resultado	(2.254)	(6.500)
Receitas Financeiras	161.257	116.297
Aluguéis	80.972	73.999
Dividendos	-	63
Valor Adicionado Total a Distribuir	**338.267**	**281.257**
Distribuição do Valor Adicionado	**338.267**	**281.257**
Empregados	**112.769**	**103.019**
Remuneração Direta	68.730	61.055
FGTS	6.745	6.481
Benefícios Sociais	14.106	12.705
Outros Encargos Sociais	20.419	19.443
Programa de Indenização por Serviços Prestados	1.495	2.332
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	1.274	1.003
Impostos, Taxas e Contribuições	**71.015**	**74.445**
Federais	31.485	32.387
Estaduais	38.887	41.476
Municipais	643	582
Remuneração de Capitais de Terceiros	**281.840**	**272.252**
Remuneração do Capital de Terceiros	225.516	219.441
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	35.716	27.530
Seguros	20.608	25.281
Remuneração de Capitais Próprios	**(127.357)**	**(168.459)**
Prejuízos do Exercício	(127.357)	(168.459)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A Companhia e suas Operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. ("Companhia ou Telebras"), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis à Companhia.

1.2. Inclusão da Telebras nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e classificação da Companhia como uma estatal dependente a partir do exercício de 2020.

Em 8 de agosto de 2019, a Telebras recebeu ofício da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia (ME), informando que seria incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União a partir do exercício de 2020.

Em 15 de agosto de 2019, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI) informou que a Telebras havia sido incluída, pelo ME, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União. A justificativa para a inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) se deveu à classificação da Telebras como uma empresa estatal dependente do OFSS para o exercício de 2020 e que esta inclusão já constava no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento ("SIOP"), referente ao PLOA de 2020.

Ainda, como consequência desse fato, foi solicitado pela SEST que a Companhia realizasse a avaliação da conveniência e oportunidade de realizar o fechamento do capital junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Telebras em 15 de agosto de 2019 apresentou nos autos do processo TC 007.142/2018-8 uma peça ao Tribunal de Contas da União (TCU), na qual requereu, além de seu ingresso no processo, que fosse esclarecido à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e à SEST que, na tomada de decisão quanto à dependência da Telebras, avaliasse os impactos com tempo razoável antes de qualquer enquadramento, de forma a tomar uma decisão bem-informada.

Também, em 23 de agosto de 2019, a Telebras encaminhou uma carta ao Secretário Executivo da SEST, chamando a atenção para a ausência de ato administrativo declaratório e requerendo nova consideração dos impactos decorrentes da transformação da Telebras em estatal dependente já para o exercício de 2020.

Diante da impossibilidade de fechamento do capital da Telebras, previamente ao status de dependência, a Telebras encaminhou ao MCTI um comunicado, datado de 25 de outubro de 2019, que tratava de avaliar a configuração da Companhia como estatal dependente, bem como o fechamento de seu capital, a partir do exercício de 2020, mediante um cronograma para a implantação de fases e procedimentos que tornassem a Empresa Estatal Dependente.

No âmbito desse processo, encaminhado pelo MCTI ao ME, a Telebras enviou consulta ao controlador, a União, acerca de eventual intenção de fechar o capital da Companhia, pois, em uma análise preliminar, foi verificado que eventual fechamento deve ser precedido por uma oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado, por preço justo, nos termos do § 4º do artigo 4º da Lei nº 6.404/76.

A referida oferta pode ser feita pela própria Companhia ou por seu controlador, sendo que, no caso de a formulação da oferta pública de aquisição ser feita pela Companhia, esta deve possuir saldo de lucros ou reservas suficientes para a operação (alínea 'b' do § 1° do artigo 30 da Lei nº 6.404/76).

Em virtude de a Telebras, até a presente data, não possuir os referidos recursos, a decisão por eventual fechamento de capital somente poderá ser efetivada mediante deliberação do acionista controlador a quem caberá formular a oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado.

Em 17 de janeiro de 2023 foi sancionada a Lei nº 14.535/2023 (Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2023), a qual manteve a Telebras no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Segundo a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a definição de empresa estatal dependente é uma empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.3. Renovação do Contrato do Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC

O Ministério das Comunicações (MCom) renovou o contrato com a Telebras para a execução do Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC). Ao todo, o contrato prevê 28 mil pontos e serão investidos mais de R$ 3 bilhões de reais ao longo dos próximos 5 anos. O programa leva acesso à internet via satélite para áreas remotas e em vulnerabilidade social, com o objetivo de inclusão digital e prestação de serviços estratégicos a escolas, unidades de saúde, comunidades indígenas rurais e quilombolas, segurança pública, postos de fronteira, programas de monitoramento da Amazônia, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dentre outros locais. A renovação do contrato, publicada no dia 21 dezembro de 2023, no Diário Oficial da União (DOU), foi realizada por meio da dispensa de licitação, com base na Lei 14.744/2023, que estabelece a preferência na contratação direta dos Correios e da Telebras, entidades vinculadas ao MCom, por órgãos públicos da Administração Pública Federal direta e indireta.

No primeiro lote do Novo GESAC, está prevista a entrega de:

i) 15 mil pontos de acesso à internet de 20 Mbps;

ii) 3 mil pontos de acesso à internet de 30 Mbps;

iii) 3 mil pontos de acesso à internet de 40 Mbps;

iv) 2 mil pontos de acesso à Internet de 40 Mbps com acesso Wi-Fi externo ao longo de 60 meses.

No segundo lote, está prevista a implantação de 5 mil pontos de acesso à internet de 60 Mbps com acesso Wi-Fi externo, também em 60 meses.

O Novo GESAC é a ampliação do programa, criado em 2002 pela Portaria MC nº 256, que oferece o acesso a serviços de conexão à internet, com o objetivo de promover a inclusão digital e social, com prioridade para regiões remotas e de fronteira; e ampliação do acesso à internet em consonância com o acesso aos serviços do governo eletrônico para a população.

A Telebras possui a maior operação satelital em Banda Ka do Brasil, envolvendo, em parceria com a Viasat, mais de mil técnicos de instalação e manutenção dos pontos GESAC, que ao todo percorreram mais de 5 milhões de quilômetros para a instalação dos mais de 26 mil pontos demandados no contrato do programa que se encerra dia 28 de dezembro. Além disso, é a única empresa no país que possui o histórico de todos os dados trafegados no programa GESAC, estratificados em quantidades consumidas e nas aplicações utilizadas pelos pontos instalados. Nos últimos 5 anos, o programa alcançou a marca de 55 Petabytes (PB) de dados trafegados na internet desde sua primeira instalação, em 2018, em Pacaraima (RR). Conectados através do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica (SGDC), os mais de 26 mil pontos distribuídos pelo Brasil mudaram a vida de diversas comunidades distantes dos grandes centros, com conexão à internet de alta qualidade, e garantiram a milhares de famílias o acesso a direitos fundamentais.

1.4. Adequação da Telebras à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A implantação, acompanhamento e aperfeiçoamento de assuntos relacionados à LGPD é coordenado pelo Comitê de Governança de Dados Pessoais da Telebras, com representantes de todas diretorias e com as seguintes objetivos gerais: I - atuar estrategicamente a fim de promover proteção de dados pessoais no âmbito da Telebras; II - atuar em conformidade com as determinações e os dispositivos relativos à coordenação, ao planejamento e à supervisão das atividades de proteção de dados pessoais na Telebras, conforme determinações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a sua regulamentação; III – propor

mecanismos para a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; IV - elaborar, manter atualizados mecanismos e normativos destinados à proteção de dados pessoais tendo como fundamentos: o respeito à privacidade, a autodeterminação informativa, a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem e os direitos humanos, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Também é acompanhamento pelo Comitê de Auditoria (COAUD) através de reuniões trimestrais a qual o Encarregado de Proteção de Dados apresenta as ações relacionadas à LGPD.

As principais atividades realizadas pela Companhia, visando adequá-la à referida lei, foram as seguintes:

i) aprovação, pelos Diretores da Companhia e pelo Conselho de Administração, da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC);

ii) atualização da avaliação de riscos relacionados à LGPD;

iii) realização do mapeamento do fluxo geral de tratamento de dados pessoais da Telebras, contemplando os ciclos de tratamento, de governança e gestão de incidentes;

iv) realização de capacitação para todos os colaboradores com o curso de Introdução à LGPD, ministrado pela ENAP, e para os colaboradores diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais com o curso de Proteção de Dados Pessoais no Setor Público, também realizado pela ENAP;

v) está em processo de elaboração de um curso/treinamento sobre LGPD com ênfase nas necessidades da Telebras;

vi) realização do projeto de contratação de uma solução de gerenciamento de privacidade de dados, a qual permitirá apoiar os processos e projetos de adequação aos requisitos regulatórios de privacidade e proteção de dados;

vii) elaboração dos Termos de Uso e Aviso de Privacidade, referentes ao sítio institucional da Telebras; e;

viii) publicação do Plano de Resposta a Incidentes de Segurança de Dados Pessoais e do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais.

Em 2022 o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou os resultados relativos à auditoria realizada entre novembro de 2020 e maio de 2021 para avaliar as ações governamentais e os riscos à proteção de dados pessoais por meio da elaboração de diagnóstico acerca dos controles implementados pelas organizações públicas federais para adequação à Lei 13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (TC 039.606/2020-1; Acórdão 1.384/2022TCU-Plenário de relatoria do Ministro Augusto Nardes). A Telebras obteve o valor 0,66 para o indicador de adequação, o que corresponde ao nível "Intermediário" em uma escala que possui os níveis inexpressivo, inicial, intermediário e aprimorado.

1.5. Gestão da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal

O Decreto nº 11.299/2022, publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 22 de dezembro de 2022, altera o Decreto nº 9.612/ 2018, que dispõe sobre as Políticas Públicas de Telecomunicações, e destina à Telebras gestão exclusiva da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal (RPCAPF), que será construída pela Entidade Administradora da Frequência (EAF), denominada Siga Antenado, constituída de acordo com a Portaria 1.924/2021 do Ministério das Comunicações (MCom), e incorporada no edital do 5G.

O novo Decreto também definiu que a Telebras faça uso, em caráter primário, de faixas de radiofrequências que serão designadas pela Anatel para realização das atividades de Segurança Pública, Defesa, serviços de socorro e emergência, resposta a desastres e outras atribuições críticas de Estado, sendo facultado à Telebras "compartilhar infraestruturas passivas e ativas, incluídos os recursos espectrais, com outras redes, observado o incentivo à competição".

A Telebras objetiva garantir a continuidade dos projetos de investimento que vêm sendo conduzidos pela Companhia, ressaltando o papel fundamental da Companhia no desenvolvimento das políticas públicas de telecomunicações em todo o Brasil, especialmente no mercado de atacado e nas áreas carentes de infraestrutura de acesso, bem como na implementação da Rede Privativa de Comunicações da Administração Pública Federal.

1.5.1. Composição da Rede Privativa

A Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal, conforme o art. 2ª, Inciso VIII e § 10 da Portaria nº 1.924/2021 do MCom e o edital do 5G, é composta por:

Rede móvel - consiste na construção de uma rede de comunicações críticas, com padrão tecnológico igual ou superior ao 4G LTE Release 10 do 3GPP (organização que visa a colaboração entre os vários órgãos de padronização de telecomunicações), utilizando a faixa de radiofrequências que será consignada pela Anatel, para atendimento a atividades de Segurança Pública, Defesa, serviços de socorro e emergência, resposta a desastres e outras atribuições críticas de Estado, incluindo as realizadas pelos entes federados, bem como disponibilizar 150 mil terminais de usuários para os órgãos públicos federais.

Dentre os requisitos estabelecidos, essa rede deve ter cobertura na área urbana do Distrito Federal, nas principais rodovias e aeroporto e permitir a integração com os sistemas legados de Segurança Pública, Forças Armadas e de infraestrutura, quando houver viabilidade técnica e econômica, conforme critérios a serem definidos pelo Gaispi (grupo que faz a coordenação das atividades de limpeza da faixa de 3,5 GHz, entre outras obrigações do edital de 5G).

Rede fixa - consiste na implantação de redes terrestres ópticas, complementares à rede de governo já existente (ou seja, à rede terrestre já existente da Telebras), e deve observar, dentre os requisitos estabelecidos, ser composta por backhauls, redes metropolitanas, redes de acesso, pontos de presença de rede e atender pelo menos 6.500 pontos de governo, dos quais ao menos 80% por meio de redes de acesso óptica a serem implantadas.

Funcionalidade de Criptografia – a Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal deve ser dimensionada para o atendimento a 80 mil dispositivos de criptografia de dados para usuários da Rede Fixa e para sites da Rede Móvel com plataforma de controle e gerência de criptografia, e permitir a realização de auditoria de segurança de seus elementos de hardware, software e firmware integralmente no Brasil, em laboratórios especializados credenciados.

1.6. Revogação da Qualificação da Telebras junto ao Programa de Parcerias de Investimento - PPI

Em 06 de abril de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 11.478 de 06 de abril de 2023, que revoga a qualificação da Telecomunicações Brasileiras S/A., junto ao Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.

1.7. Assinatura de Contrato de Subvenção Econômica entre a Visiona e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

A Visiona Tecnologia Espacial S.A (Visiona) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) assinaram em 5 de maio, um contrato para subvenção econômica, visando o desenvolvimento de satélite de pequeno porte de observação terrestre em alta resolução. O referido contrato prevê o repasse de R$ 219 milhões.

A Visiona, uma joint-venture entre Embraer Defesa & Segurança e a Telebras, é uma empresa voltada para a integração de sistemas espaciais. A Visiona tem um papel de liderança no setor, coordenando as ações empresariais da indústria de forma a prover soluções para as necessidades civis e militares brasileiras de satélites. A Telebras é detentora de 49% do capital social da Visiona.

1.8. Certificação da Telebras como Empresa de Defesa (ED)

A Telebras recebeu o selo de Empresa de Defesa (ED) e passou a ser a primeira operadora de telecomunicações no Brasil com essa certificação, concedida pelo Ministério da Defesa.

A Portaria (GM-MD nº 4.785/2023) que oficializa a certificação de ED foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 4 de outubro de 2023, e inclui como Produtos Estratégicos de Defesa (PED) o Serviço de Comunicação de Dados Via Satélite (T3SAT), o Serviço de Comunicação Segura de Estado (SCSE), o Serviço de Infraestrutura Satelital Banda X (SISBX) e o Serviço de Comunicação

TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

de Voz e Dados por Satélite, ON-THE-MOVE - E-LYNSAT, que serão utilizados pelas Forças Armadas brasileiras nas suas atividades finalísticas de defesa.

1.9. Reforma Tributária no Brasil

A Reforma Tributária Brasileira foi recentemente aprovada e promulgada, em dezembro de 2023, no Congresso Nacional com um objetivo de simplificar os tributos sobre o consumo, acabar com a cumulatividade e unificar a legislação dos novos tributos, sendo um dos pilares da reforma a simplificação e harmonização dos tributos existentes.

A unificação de impostos federais, estaduais e municipais busca reduzir a burocracia, eliminar redundâncias e facilitar o cumprimento das obrigações fiscais. A mudança substitui 5 (cinco) tributos vigentes por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual) composto por: i) Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS, de gestão compartilhada entre estados e municípios; ii) Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS é de competência da União. Além disso, cria-se o Imposto Seletivo, IS, que não tem função arrecadatória, pretende desestimular o consumo de produtos e serviços que façam mal à saúde e ao meio ambiente.

Embora as alíquotas ainda não estejam completamente definidas, isso será feito por Lei Complementar. No entanto, de acordo com um estudo do Ministério da Fazenda, a alíquota padrão está estimada em 27%. O IBS e CBS devem ser regulamentados por Lei Complementar ainda em discussão no Congresso Nacional. Sendo assim, para o ano de 2024, a Companhia não terá alterações efetivas na forma de apuração e cálculo dos tributos e ainda não é possível estimar os possíveis impactos nos resultados futuros da Companhia com a Reforma Tributária.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis Individuais.

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade. As premissas e estimativas mais significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças relevantes nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2022, com exceção da apresentada no item 2.2.23, que passou a reconhecer os recursos recebidos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para investimento em bens do Ativo Imobilizado como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Passivo Exigível) ao invés do reconhecimento como Subvenções para Investimento de acordo com o CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais (Resultado do Exercício).

Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão dessas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 05 de março de 2024.

2.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e a posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir.

2.2.1. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, considerando as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 6)

2.2.2. Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 14 e 15, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

2.2.3. Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, aos gastos e às despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

2.2.4. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 21.

O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, assim como refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e pelos advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

2.2.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 4).

2.2.6. Benefícios pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde, como também o valor a ser fornecido a cada ano, como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 32).

3. RECLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS PARA INVESTIMENTO (APLICAÇÃO NO ATIVO IMOBILIZADO) E REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS DE 2020, 2021 e 2022.

Em fato relevante divulgado em 18 de dezembro de 2019 (Aprovação do Projeto de Lei do Orçamento anual 2020 pelo Congresso Nacional), a Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Telebras” ou “Companhia”) (B3: TELB3 & TELB4) informou ao mercado que passaria à condição de empresa estatal dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Em 2020, em observância à Lei Orçamentária Anual, às Leis números 4.320/64, 6.404/76, 13.303/16, a Companhia informou ao Acionista Controlador, sem que houvesse contraposição, que, na condição de empresa estatal dependente, contabilizaria os recursos orçamentários recebidos como Outras Receitas Operacionais, nos termos da Norma nº 07 do Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC 07).

Assim, em novo Fato Relevante publicado em 25 de maio de 2020, a Telebras comunicou ao mercado que os recursos recebidos na forma de subvenções orçamentárias seriam reconhecidos de acordo com a norma contábil CPC 07, ou sejam, no resultado da Companhia, como Outras Receitas Operacionais.

Todavia, no ano de 2023, a União, na qualidade de Acionista Controlador, por meio do parecer da Secretaria de Tesouro Nacional que aprovou as Demonstrações Contábeis referente ao exercício social de 2022, recomendou, para fins de adequação da contabilidade societária e garantir maior precisão na caracterização dos repasses, que a Companhia passasse a reconhecer os recursos orçamentários transferidos para fins de investimentos (transferências de capital – ativo imobilizado) como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC. A alteração resultará em uma informação mais confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis, uma vez que apresenta de forma mais adequada a essência da operação para a Companhia.

Em decorrência dos eventos acima relatados e após análise da Administração, esta decidiu por alterar a política contábil relativa aos recebimentos dos recursos orçamentários destinados à aplicação no pagamento de bens do ativo imobilizado (Subvenções para Investimento), que até o terceiro trimestre de 2023 vinham sendo reconhecidos no resultado da Telebras. Tais recebimentos passaram então a ser reconhecidos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no “Passivo Exigível”. As demais transferências correntes para o pagamento de pessoal e outros custeios, continuarão sendo classificadas como “Outras Receitas Operacionais”.

Considerando o exposto e a recomendação de modificação da política contábil anteriormente adotada, a Companhia informa que elaborou a reapresentação retrospectiva das demonstrações contábeis dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 no encerramento de 2023, conforme determina o CPC 23, que trata de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, de forma a atender as Características qualitativas da informação contábil financeira útil e o melhor entendimento das operações da Companhia.

Brasília DF, 05 março de 2024

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Presidente

NAURO LUIZ SCHEUFLER
Diretoria Técnico-Operacional

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA
Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores

LEVI PEREIRA FIGUEIREDO NETO
Diretoria Comercial

WALLYSON LEMOS DOS REIS OLIVEIRA
Diretoria de Governança

ARTUR JOSÉ SIMÃO PEDREIRA
Contador CRC/DF 008412/0-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE RESUMIDO

Os auditores independentes examinaram as demonstrações financeiras da Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRÁS (“Companhia”) do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e opinaram que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras completas foi emitido pela Consult Auditores Independentes em 05 de março de 2024 e encontra-se disponível em https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracao-financeira-e-relatorio-administracao/

PARECER DO CONSELHO FISCAL RESUMIDO

O Conselho Fiscal da Companhia examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2023. Analisou e obteve esclarecimentos prestados pela Diretoria da Executiva e pelo representante da Auditoria Independente. O Conselho Fiscal, por unanimidade, manifestou-se favorável a submissão à Assembleia Geral dos Acionistas do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2023. Não houve votos divergentes nem outros assuntos essenciais analisados pelo Conselho Fiscal. Parecer integral emitido em Brasília-DF, 15 de março de 2024 e disponível em https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracao-financeira-e-relatorio-administracao/

TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – COAUD/2023
Objeto: RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. INTRODUÇÃO
O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Telebras, foi instituído pela 435ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 28/06/2018, em observância ao artigo 74 do Estatuto Social da Companhia e artigo 24 da Lei 13.303/2016.
2. FINALIDADE DO COMITÊ DE AUDITORIA
Assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno e de elaboração das demonstrações financeiras e monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, bem como supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços as necessidades da Telebras.
3. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA
O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), em 31 de dezembro de 2023, era composto pelos seguintes membros: Jorge Ricardo Bittar (Presidente do Comitê e Conselheiro de Administração Independente), Paula Vicente da Silva (Especialista em Contabilidade Societária) e Glauben Teixeira de Carvalho.
4. ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES
Durante o ano de 2023, o Comitê reuniu-se em 59 (cinquenta e nove) ocasiões.
Em suas reuniões, o COAUD, após análise e debate com as áreas operacionais, emitiu sugestões, solicitações e recomendações para o aperfeiçoamento de processos conforme extratos constantes das atas de reuniões, a seguir.
Recomendações, Sugestões e Resultados:

Demanda	Total	Implementadas	Em andamento
Recomendações	10	8	2
	100%	80%	20%
Sugestões	6	5	1
	100%	83%	17%
Solicitações	30	27	3
	100%	90%	10%

5. DESTAQUES
Dentre os assuntos e trabalhos realizados entre janeiro de 2023 e dezembro de 2023 pelo COAUD destacam-se os seguintes:
- Das Demonstrações Financeiras
O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras e notas explicativas relativas ao exercício findo em 31/12/2023 e procedeu à apreciação do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas pela Companhia durante as reuniões realizadas com os gestores responsáveis pela elaboração dos referidos documentos e com os auditores independentes.
O Comitê verificou que as práticas contábeis adotadas durante a elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas às normas contábeis adotadas no Brasil, bem como a legislação aplicada pelos órgãos de controle.
- **Da Auditoria Independente**
O COAUD considera satisfatório o resultado dos trabalhos de Auditoria, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.
- **Autoavaliação**
O Comitê procedeu com sua autoavaliação.
- **Partes Relacionadas**
O Comitê examinou os contratos com Partes Relacionadas conforme previsto no Estatuto Social e na Política com Partes Relacionadas da Telebras.
- Auditoria Interna
O Comitê acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, examinou o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT-2024) e Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT-2023), bem como recebeu, discutiu e acompanhou relatórios regulares da Auditoria Interna sobre os resultados de suas atividades, incluindo as respostas da Diretoria às recomendações feitas sobre controles e inconformidades.
- **Gestão de Riscos, Controles e Conformidade**
O Comitê acompanhou e monitorou a qualidade dos controles internos, da conformidade e do gerenciamento de riscos, recomendando ações para reduzir os riscos da Companhia e aumentar os controles internos, quando necessário
- **Ouvidoria e Canal de Denúncia**
Respeitando as legislações vigentes e o Regimento Interno, o COAUD acompanhou seu canal de denúncia e os trabalhos da Ouvidoria.
6. CONCLUSÃO
O Comitê exerceu suas atribuições sem interferências da Administração, apresentando recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas pelas Auditorias interna e independente.

Brasília, 14 de março de 2024.

Jorge Ricardo Bittar
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Paula Vicente da Silva
Membra do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD

Glauben Teixeira de Carvalho
Membra do Comitê de Auditoria Estatutário

DENGUE

Larvicida à base de planta

Pesquisadores da UnB desenvolvem produto com potencial para combater o aedes aegypti

GUILHERME PONTES
redacao@grupojbr.com

A Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB) está trabalhando em um agente larvicida feito à base de uma planta comum no mundo todo e de larga produção no Brasil. O composto poderia, com mais pesquisas e investimento, gerar um produto que pode, em última análise, servir como uma arma contra o aedes aegypti, mosquito transmissor da dengue e de outras arboviroses.

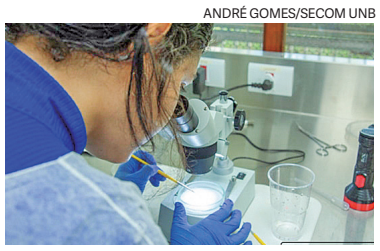
O agente larvicida, que está em fase adiantada de testes, é desenvolvido no insetário da UnB, o Laboratório Professor José Elias de Paula (em homenagem ao renomado botânico da UnB falecido em 2013), e também no Laboratório de Farmacognosia (ambas na Faculdade de Ciências da Saúde), onde são estudados os princípios ativos em plantas ou animais em busca de novos fármacos. Os dois locais estão sob coordenação da professora do Departamento de Farmácia, Laila Espíndola.

"Esse produto em teste tem que ser barato, não pode ser tóxico e o insumo tem que existir em grande quantidade para podermos fazê-lo também em grande quantidade para controlar um mosquito que está em todos os lugares", explica a professora. "Então, começamos a triar coisas que todos já usam como alimento e achamos uma dessas amostras que são produzidas no mundo inteiro, consumidas há milênios no mundo todo, e que o Brasil ainda é um grande produtor, ou seja, temos um insumo, a matéria-prima, em grande quantidade", revela.

Segundo explicou a docente, ao extrair os compostos da planta, cuja identidade é segredo de laboratório e não pode ser divulgada, a equipe descobriu uma molécula majoritária que funcionou bem quando atuava em conjunto com as outras. De modo que se conjecturou que a solução pode ser mais simples do que se pensava. "Não precisaremos nem isolar o composto, será só fazer o controle de qualidade. E é nisso que estamos trabalhando agora. Estamos em fase avançada de formulações. Vamos fazer testes em laboratório até chegar à melhor formulação que, além de ser barata, tem de ser estável, para durar anos para ser usada", aponta Laila. A solução é pensada para ser utilizada em pó.

Apesar de representar um salto potencial no combate a doença que de ano em ano assola o Brasil, a dengue, Paula Correa, pós-graduanda em Farmacognosia na UnB, ressalta os desafios que existem entre a ideia, ou a descoberta, e o produto na prateleira, disponível por uma quantia acessível. "Claro que o que a sociedade quer é um produto pronto e acabado para o uso comum. Só que há muitos desdobramentos que são importantes ao longo desse processo e que vão acontecendo: a formação de recursos humanos, o conhecimento da biodiversidade, a valorização do nosso patrimônio genético, do patrimônio brasileiro. Então é todo esse trabalho, não é só o produto final", ressalta. "Chegar nesse produto depende de empresa, universidade, governo, todo mundo trabalhando conjuntamente para que, de fato, aconteça".

ANDRÉ GOMES/SECOM UNB



O agente larvicida, que está em fase adiantada de testes, foi desenvolvido por meio de princípios ativos de uma planta abundante no Brasil

Segundo afirma Laila, o foco no desenvolvimento do produto larvicida está no uso pela população de baixa renda que, sequer, consegue ter acesso a água encanada. Não é um ato incomum, conta a pesquisadora, que pessoas sem acesso a um fornecimento próprio de água potável façam reserva de água, o que proporciona um criadouro perfeito ao mosquito da dengue. "Dentro do edital Bio Learning, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), estamos focando em um produto larvicida que já está super adiantado, que a gente vai poder pôr na água e em caixa d'água para as pessoas que fazem reserva", conta. O financiamento da FAPDF foi de R$ 800 mil para um projeto de dois anos de duração.

Segundo afirma a docente, no presente momento várias pesquisas se encontram muito adiantadas, no entanto, carecem de investimento, e precisam de tempo para que a sociedade possa desfrutar delas. "Temos muitos resultados [de pesquisas] que estão por um triz para virar produto, mas precisam de financiamento. Antes de 2016, já estávamos trabalhando com o mosquito, e houve todo um trabalho de anos e muito investimento, com o Brasil inteiro envolvido no mesmo tema. Precisamos continuar. Temos um monte de resultados, mas não se faz um produto de um dia para o outro", constata.

ATROPELAMENTO

Vítima passará por nova cirurgia

Antônio Carlos Rodrigues, 30 anos, sofreu ferimentos mais graves e segue internado, sem previsão de alta.

GUILHERME PONTES
redacao@grupojbr.com

Antônio Carlos Rodrigues, de 30 anos, uma das vítimas com ferimentos mais graves decorrentes do acidente provocado por Allan das Chagas Araújo na última sexta-feira (5), precisará passar por nova cirurgia.

Ele está internado com um braço e as duas pernas quebradas. A vítima já passou por procedimento para colocar pinos e está internado em um hospital do Distrito Federal.

Segundo o advogado das vítimas, Roani Perreira do Prado, a família de Antônio está vindo da Bahia para cuidar dele. Os outros cinco homens atingidos ainda estão com dores do crime praticado. Não há previsão de alta.

6
PESSOAS FORAM ATINGIDAS PELO MOTORISTA BÊBADO

Prisão preventiva

Allan teve a prisão flagrante convertida para preventiva pela Justiça do DF. Ele estava bêbado no momento do acidente.

Em audiência de custódia realizada no último domingo (7), o magistrado do caso considerou que um dos principais fatores para levar à decisão foi a ficha criminal do motorista — além das consequências graves do acidente. Ele atropelou seis ciclistas que voltavam para casa na noite da última sexta-feira (5), no SIA. Os homens foram atropelados enquanto atravessavam uma faixa de pedestres.

"O autuado encontra-se em cumprimento de pena, respondendo a processo por homicídio culposo, encontra-se em regime semiaberto e voltou a se envolver em seara criminosa", disse o juiz.

Em março de 2012, o motorista atropelou um caminhoneiro que estava no acostamento fazendo um reparo no veículo na BR-020. A vítima chegou a ser socorrida, mas morreu no dia seguinte.

REPRODUÇÃO

Em março de 2012, Allan atingiu um caminhoneiro que estava no acostamento fazendo um reparo em seu veículo, na BR-020.

"Os fatos se revestem de elevada gravidade, tendo no relato da testemunha policial que o autuado estava conduzindo veículo visivelmente embriagado, com a sua capacidade psicomotora alterada, vindo a causar o atropelamento das vítimas", destacou o juiz.

Allan foi autuado pela prática, em tese, de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor e por conduzir veículo sob influência de álcool ou de outra substância psicoativa. Na audiência, o magistrado alegou indícios tanto da autoria quanto da materialidade, além de "fundamentos concretos para a manutenção da prisão cautelar do indiciado".

O juiz destacou ainda a necessidade de garantir a ordem pública e impedir a prática de outros delitos. "Os fatos evidenciam a periculosidade e caracterizam situação de acentuado risco à incolumidade pública, suficientes para justificar a prisão cautelar como medida necessária e adequada. O processo foi encaminhado para 6ª Vara Criminal de Brasília.

ARTIGO

Até quando?

AFONSO VENTANIA, o bikerrepórter do JBr

Cinco bicicletas foram estraçalhadas em uma via do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) na noite da última sexta-feira. Ao lado, um carro vermelho com a frente destruída depois de bater em muro logo após atropelar os cinco empregados que tinham acabado de sair pedalando do restaurante onde trabalham para descansar. Quem viu a cena, não acredita que as cinco vítimas estejam vivas. De acordo com o Corpo de Bombeiros Militar do DF, todas foram atendidas conscientes e levadas ao Hospital de Base.

Na manhã daquele mesmo dia, outro ciclista foi atropelado por um condutor que dirigia uma caminhonete e, infelizmente, morreu na BR-040, nas proximidades do condomínio Total Ville, em Santa Maria. Ambas as situações não se tratam de "acidentes", mas de crimes de trânsito.

De acordo com a Polícia Militar do DF, o condutor Allan das Chagas Araújo, 32 anos, estava em alta velocidade e embriagado. Ou seja, não havia nada que os ciclistas pudessem fazer para evitar a imprudência e a falta de respeito à vida por parte do motorista. Recomenda-se que o ciclista use roupas clara, use capacete (não é obrigatório por lei) e lanternas. Mas nada disso serviria para prevenir tamanha covardia.

O que é preciso, sim, é investir ainda mais em fiscalização para retirar das ruas condutores que insistem em beber ao dirigir e, principalmente, que não tenham Carteira Nacional de Habilitação (CNH). No caso de Allan, ele teve a habilitação cassada em 2015 por justamente ter matado outra pessoa atropelada por dirigir bêbado, em 2012. É reincidente! E o que esse rapaz fazia na rua depois de já ter tirado a vida de um ser humano? Em um país desenvolvido com leis de trânsito rigorosas, ele estaria preso pelo primeiro crime e não livre para beber em um boteco e ainda entrar em um carro para atropelar trabalhadores.

Ocorre que, no Brasil, a lei de trânsito é branda para dizer o mínimo. Aqui, se o motorista mata um pedestre ou ciclista, o crime é considerado, muitas vezes, como homicídio culposo, que não tem a intenção de matar. E isso é polêmico. Pois, se alguém, ainda são, decide beber mesmo sabendo que vai precisar dirigir depois, assume o risco de matar antes mesmo de tomar o primeiro gole. Mas a justiça brasileira insiste em considerar crimes de trânsito como crimes menores. Quando o motorista é condenado e considerado culpado, na grande maioria das vezes, a pena é revertida em pagamento de cestas básicas e prestação de serviços comunitários. É o que vale a vida do brasileiro no trânsito: meia dúzia de cestas básicas e alguns meses de trabalho do motorista assassino em algum hospital público.

Há um movimento para tornar a morte no trânsito como dolo eventual, quando o motorista não quer atingir determinado resultado, mas assume o risco de produzi-lo. Desta maneira, as penas para os criminosos ao volante aumentaria e acabaria com a impunidade dos culpados que é, junto com a baixa fiscalização e as altas velocidades, uma das maiores razões dos sinistros de trânsito envolvendo ciclistas.

De acordo com a PMDF, o Allan das Chagas Araújo, 32 anos, estava em alta velocidade e embriagado. Ou seja, não havia nada que os ciclistas pudessem fazer para evitar a imprudência e a falta de respeito à vida por parte do motorista.

A lei brasileira precisa mudar urgentemente. Os números de mortos nas vias e rodovias no país são comparáveis com países em guerra. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima em 45 mil mortos anuais e R$ 50 bilhões de custo econômico o resultado dos sinistros de trânsito. Na maioria dos casos com ciclistas, as ocorrências envolvendo ciclistas acontecem pelo abandono das políticas públicas de segurança no trânsito.

No Distrito Federal, de acordo com a PMDF, em 2023, morreram 21 ciclistas. Em 2022, 26 pessoas foram mortas enquanto pedalavam nas vias e rodovias que cortam a capital federal. Outros números que chamam a atenção são as infrações registradas pelos policiais militares em relação ao uso de celular ao dirigir. Só no mês de março, 5.582 motoristas foram autuados teclando em seus veículos motorizados.

Recentemente, foi promulgada a Lei 14.599/23 que marca a 44 alteração no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). A norma substitui o termo "acidentes de trânsito" por "sinistros de trânsito". A mudança se deu pelo fato de que a denominação "acidentes" infere um acontecimento casual e minimiza a responsabilidade dos culpados. Já o termo "sinistros" reconhece que esses eventos podem, na maioria das vezes, ser evitados e são frequentemente resultados de negligência, imprudência ou imperícia dos envolvidos, bem como do desrespeito às leis de tráfego.

A mudança começou a acontecer, mas precisa avançar para que a lei seja aplicada duramente nos culpados por tirarem uma vida enquanto dirigem em alta velocidade, bêbados ou até teclando no celular. Porque lugar de criminoso é na cadeia e não pilotando velozes e furiosos nas ruas de nossas cidades.

Eletrobras
Eletronorte

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024

NIRE 53300002819/CNPJ nº 00.357.038/0001-16

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada extraordinariamente no dia 27 de março de 2024, às 15h, com possibilidade de participação por videoconferência e com os votos registrados no Portal de Governança Atlas.

2. CONVOCAÇÃO: Realizada, extraordinariamente, via Portal ATLAS com envio de pauta e acesso às matérias a serem analisadas, ao Diretor-Presidente e demais Diretores.

3. PRESENÇA NA REUNIÃO DA DIREX: Presentes o Diretor-Presidente, Sr. ANTONIO AUGUSTO BECHARA PARDAUIL, a Diretora de Operação e Manutenção – DO, Sra. MÔNICA BRAGA TEIXEIRA, e o Diretor Administrativo-Financeiro – NAF, Sr. HUGO LEONARDO DA SILVA.

4. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos, o Diretor-Presidente, Sr. ANTONIO AUGUSTO BECHARA PARDAUIL, secretariado pela colaboradora FABÍOLA AMORIM PESSOA CANGIRANA.

5. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a (i) aprovação da realização da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia, no valor inicial de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), observada a possibilidade do exercício de Opção de Lote Adicional (conforme definido abaixo) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), a ser formalizada por meio da celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte" ("Escritura de Emissão"), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos nos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Investidores Profissionais"), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), do artigo 26, inciso X, da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (ii) autorização aos diretores da Companhia e aos procuradores da Companhia para praticarem todos e quaisquer atos necessários à realização, formalização, aperfeiçoamento, conclusão e implementação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a (a) contratação dos Coordenadores (conforme definido abaixo) e dos demais prestadores de serviço necessários à implementação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, o Escriturador (conforme definido abaixo), o Agente de Liquidação (conforme definido abaixo) e a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos, caso necessário; (b) negociação de condições comerciais da Emissão no âmbito da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) e dos demais documentos da Oferta; (c) celebração dos documentos no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e todo e qualquer aditamento a tais documentos, em especial a celebração do aditamento à Escritura de Emissão de forma a refletir o resultado do Procedimento de Bookbuilding; e (iii) ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou por procuradores da Companhia relacionados à Emissão e à Oferta, bem como às matérias dos itens "(i)" e "(ii)" acima.

5.1. DELIBERAÇÕES PAUTADAS:

5.1.1. DELIBERAÇÕES: Instalada a Reunião de Diretoria e, sendo dispensada a leitura da ordem do dia, foi aprovado pelos membros da Diretoria da Companhia, por unanimidade, o quanto segue:

(i) a realização da Emissão e da Oferta, nos termos previstos na Escritura de Emissão, que possuirá as seguintes características e condições principais:

(a) Número da Emissão: A Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Companhia;

(b) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de abril de 2024 ("Data de Emissão");

(c) Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira data de integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade");

(d) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão, observada a possibilidade de exercício do Opção de Lote Adicional (conforme abaixo definido), sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas (conforme definido na Escritura de Emissão) e/ou de qualquer aprovação societária adicional pela Companhia. Os Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Companhia, poderão optar por aumentar a quantidade de Debêntures originalmente ofertadas em até 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures, nos termos e conforme os limites estabelecidos no artigo 50 da Resolução CVM 160 ("Opção de Lote Adicional"), de acordo com a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding*. Aplicar-se-ão às Debêntures oriundas do exercício de Opção de Lote Adicional as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e sua distribuição será conduzida sob o regime de melhores esforços;

(e) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário");

(f) Número de Séries: A Emissão será realizada em série única;

(g) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 1.000.000 (um milhão) de Debêntures, observado que a quantidade total de Debêntures poderá ser aumentada caso seja exercida a Opção de Lote Adicional;

(h) Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de resgate das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) com eventual resgate da totalidade das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), da Oferta de Resgate Obrigatória (conforme definido abaixo), com consequente resgate da totalidade das Debêntures e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão o prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto, em 15 de abril de 2031 ("Data de Vencimento");

(i) Enquadramento do Projeto: As Debêntures serão emitidas na forma prevista do artigo 2º da Lei n° 12.431, do Decreto n° 8.874, de 11 de outubro de 2016 ("Decreto 8.874"), ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, sendo que a totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio das Debêntures serão utilizados exclusivamente para reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados à implantação do Projeto (conforme definido abaixo), que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta, tendo em vista o enquadramento do Projeto como como prioritário pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio da Portaria nº 1.850/SPE/MME, de 12 de dezembro de 2022 ("Portaria"), publicada no "*Diário Oficial da União*" em 14 de dezembro de 2022;

(j) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular da Debênture, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures;

(k) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia;

(l) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações;

(m) Direito de Preferência: Não haverá preferência ou prioridade para subscrição das Debêntures pelos atuais funcionários, acionistas diretos ou indiretos da Companhia, ou para quaisquer terceiros considerando potenciais relacionais de natureza comercial ou estratégica em relação à Companhia;

(n) Depósito para distribuição, negociação e liquidação financeira: As Debêntures serão depositadas para (1) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (2) a negociação, no mercado secundário por meio do CETIP21– Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3;

(o) Destinação de Recursos: Nos termos do artigo 2°, parágrafo 1°, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CMN 5.034"), os recursos líquidos captados pela Companhia por meio das Debêntures serão utilizados exclusivamente para reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados à implantação do Projeto, que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da contados da data de encerramento da Oferta, conforme detalhado na Escritura de Emissão. Para fins da Escritura de Emissão e desta ata, define-se "Projeto" como o projeto de investimento referente ao pagamento de bonificação pelas outorgas das seguintes usinas hidrelétricas, de titularidade da Emissora: Coaracy Nunes, Tucuruí e Curuá-Una, cadastradas com os Códigos Únicos de Empreendimentos de Geração – CEG: UHE.PH.AP.000783- 8.01, UHE.PH.PA.002889-4.01 e UHE.PH.PA.027130-6;

(p) Repactuação Programada: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada;

(q) Amortização do Principal: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate das Debêntures conforme será previsto na Escritura de Emissão, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, na Lei 12.431 e nas demais legislações aplicáveis, o Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido abaixo) será amortizado na Data de Vencimento;

(r) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado monetariamente ("Atualização Monetária") pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme definido abaixo) a partir da Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a fórmula prevista na Escritura de Emissão;

(s) Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e que serão limitados a maior taxa entre "(1)" e "(2)" a seguir ("Taxa Teto"): (1) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br) e conforme apurado no fechamento do dia do Procedimento de *Bookbuilding* ("Data de Apuração"), acrescida de um *spread* de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, apurada na Data de Apuração; e (2) 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos ("Remuneração"). A Remuneração utilizará base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis e será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), conforme o caso, imediatamente anterior, inclusive, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração (exclusive). A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. A taxa que remunerará as Debêntures, definida nos termos acima descritos, será ratificada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, ficando desde já a Companhia e o agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário") autorizados e obrigados a celebrá-lo, sem necessidade de aprovação societária pela Companhia e/ou pela Fiadora (conforme definido abaixo) ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas;

(t) Pagamento da Remuneração das Debêntures: O pagamento efetivo da Remuneração das Debêntures será feito: (1) em parcelas semestrais e consecutivas, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2024 e o último, na Data de Vencimento, conforme será disposto na Escritura de Emissão; (2) na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo); (3) na data em que ocorrer a Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo), conforme será previsto na Escritura de Emissão; e/ou (4) na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). Farão jus aos pagamentos relativos às Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento prevista na Escritura de Emissão;

(u) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário na Data de Início da Rentabilidade ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade, o preço de subscrição será o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as disposições previstas na Escritura de Emissão. Observado o disposto no Contrato de Distribuição a esse respeito, as Debêntures poderão ser colocadas (i) com ágio, desde que aprovado pela Companhia; ou (ii) com deságio, a ser definido a exclusivo critério e de comum acordo pelos Coordenadores, desde que (a) aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas em uma mesma data de integralização, nos termos do artigo 61 da Resolução CVM 160; e (b) neste caso, a Companhia receba, na data de integralização das Debêntures, o mesmo valor que receberia caso a integralização ocorresse pela integralidade do Valor Nominal Unitário das Debêntures;

(v) Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo (observadas as limitações previstas na legislação aplicável à época da Oferta de Resgate Antecipado, conforme definida abaixo), oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures ("Oferta de Resgate Antecipado"), sendo certo que deverão ser observadas as limitações previstas na legislação aplicável à época da Oferta de Resgate Antecipado. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao Valor do Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) e, se aplicável, do prêmio de resgate indicado no edital da Oferta de Resgate Antecipado. A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurada a todos os titulares das Debêntures a prerrogativa para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável;

(w) Oferta de Resgate Obrigatória: Caso ocorra um Evento de Alteração de Risco (conforme definido na Escritura de Emissão) em decorrência de uma Aquisição Originária de Controle da Eletrobras (conforme definido na Escritura de Emissão) dentro do Período de Aquisição Originária de Controle da Eletrobras (conforme definido na Escritura de Emissão) e/ou após a conclusão de Aquisição Originária de Controle da Eletrobras (sem que o Evento de Alteração de Risco seja curado até o término do Período de Aquisição Originária de Controle da Eletrobras) ("Evento de Aquisição da Eletrobras"), a Companhia obriga-se a realizar uma Oferta de Resgate Antecipado para a totalidade das Debêntures, nos termos descritos na Escritura de Emissão, sendo que o valor de resgate antecipado das Debêntures objeto de tal Oferta de Resgate Antecipado deverá ser equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a Data do Resgate Obrigatório (conforme definido na Escritura de Emissão), exclusive, e eventuais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado ("Oferta de Resgate Obrigatória"). A Oferta de Resgate Obrigatória deverá sempre observar as regras previstas na legislação aplicável e as disposições da Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo) previstas na Escritura de Emissão, no que couber;

(x) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), nos termos da Resolução do CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019 ("Resolução CMN 4.751") ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, e desde que se observem: (1) o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total; e (2) o disposto no inciso II do artigo 1º, §1º, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751 e demais legislações ou regulamentações aplicáveis, observadas as condições abaixo dispostas. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao maior valor obtido pelos critérios mencionados nos itens (A) e (B) a seguir: (A) Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido *(x)* da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, exclusive; *(y)* dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se houver; e *(z)* de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou (B) valor presente das parcelas vincendas após a data do Resgate Antecipado Facultativo Total relativas ao pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido *(x)* da Remuneração, utilizando-se como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com *duration* mais próxima a *duration* remanescente das Debêntures, na data do Resgate Antecipado Facultativo Total, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo Total calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão; *(y)* dos Encargos Moratórios, se houver; e *(z)* de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures;

Eletrobras
Eletronorte

(y) Amortização Extraordinária Facultativa: Observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, nas disposições do CMN e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia poderá optar, a seu exclusivo critério, após o 36° (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, isto é, em 15 de abril de 2027 (exclusive), promover amortizações extraordinárias sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"), limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, desde que (i) venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, e das demais regulamentações aplicáveis; (ii) a Companhia esteja adimplente com suas obrigações nos termos dessa Escritura de Emissão; e (iii) o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorrido entre a Data de Emissão e a data da efetivo resgate seja superior a 4 (quatro) anos, calculado nos termos da Resolução CMN 5.034, nos termos abaixo previstos. Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior valor obtido pelos critérios mencionados nos itens nos itens (A) e (B) a seguir: (A) a parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizada, acrescida *(x)* da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, exclusive; *(y)* dos Encargos Moratórios, se houver; e *(z)* de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; (B) valor presente das parcelas vincendas após a data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa relativas ao pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizada, acrescido *(x)* da Remuneração, utilizando-se como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com *duration* mais próxima a *duration* remanescente das Debêntures, na data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão; *(y)* dos Encargos Moratórios, se houver; e *(z)* de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures;

(z) Aquisição Facultativa: Observado o previsto na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e sujeita ao aceite do respectivo debenturista vendedor, adquirir Debêntures por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou saldo) ou Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, além de observar o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e os seguintes termos: a partir do 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de abril de 2026, exclusive, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431 e desde que observado o prazo médio ponderado superior a 4 (quatro) anos, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 12.431. As Debêntures adquiridas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão poderão, a critério da Companhia, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado e somente poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN e caso a referida regulamentação seja aplicável às Debêntures, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, e no artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária e de Remuneração, conforme o caso;

(aa) Garantia Fidejussória: Observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras aceitará a Escritura de Emissão e se obrigará, na qualidade de fiadora e principal pagadora, pelo fiel e exato cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), responsabilizando-se, solidariamente com a Companhia, pelo fiel e exato cumprimento de toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, incluindo o Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração das Debêntures e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas") pelo prazo previsto na Escritura de Emissão;

(ab) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (1) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (2) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3;

(ac) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Atualização Monetária e da Remuneração, conforme o caso, e do disposto na Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (1) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (2) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

(ad) Vencimento Antecipado: Observado o disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, aos Debenturistas, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer das situações a serem previstas na Escritura de Emissão, respeitados os respectivos prazos de cura, se houver;

(ae) Colocação e Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, de forma individual e não solidária, na proporção e valores estabelecidos no "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, sob o Rito de Registro Automático, da 5ª (Quinta) Emissão da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte*", a ser celebrado entre a Companhia, os Coordenadores e a Fiadora ("Contrato de Distribuição"), observado o eventual exercício, total ou parcial, da Opção de Lote Adicional, que será realizado sob o regime de melhores esforços de colocação para o valor de até R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). As Debêntures poderão ser colocadas junto aos Investidores Profissionais somente após a obtenção do registro automático da Oferta na CVM e divulgação do anúncio de início da Oferta, nos termos da Resolução CVM 160, devendo ser observado o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição, nos termos da Resolução CVM 160;

(af) Público-alvo da Oferta: O público-alvo da Oferta é composto exclusivamente por Investidores Profissionais;

(ag) Agente de Liquidação e Escriturador: O agente de liquidação da Emissão ("Agente de Liquidação") e o escriturador das Debêntures ("Escriturador"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação e o Escriturador é a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda**., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88;

(ah) Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (*Procedimento de* Bookbuilding*)*: Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas dos Investidores Profissionais, a ser conduzido pelos Coordenadores nos termos do artigo 61 e 62 da Resolução CVM 160, bem como nos termos do Contrato de Distribuição, observado o disposto no artigo 61, parágrafo 2º, da Resolução CVM 160, por meio do qual os Coordenadores verificarão a demanda do mercado pelas Debêntures, de modo a definir (i) a taxa final da Remuneração, observada a Taxa Teto, e (ii) o eventual exercício, total ou parcial, da Opção de Lote Adicional, observados os termos da Escritura de Emissão ("Procedimento de *Bookbuilding*"). A Companhia ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora e/ou pela Fiadora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura de Emissão);

(ai) Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para os fins da Escritura de Emissão e desta ata, "Dia(s) Útil(eis)" significa (1) com relação a qualquer obrigação pecuniária, inclusive para fins de cálculo, realizada por meio da B3, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (2) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo;

(aj) Classificação de Risco: Será contratada agência de classificação de risco da Oferta ("Agência de Classificação de Risco"), que atribuirá rating às Debêntures. Durante o prazo de vigência das Debêntures, a Companhia deverá manter contratada, às suas expensas, a Agência de Classificação de Risco para realizar a atualização e manutenção anual da classificação de risco (*rating*) das Debêntures; e

(ak) Demais características e condições: As demais características das Debêntures e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão.

(ii) autorizar os diretores da Companhia e os procuradores da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos necessários à realização, formalização, aperfeiçoamento, conclusão e implementação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando à **(a)** a contratação dos Coordenadores (conforme definido abaixo) e dos demais prestadores de serviço necessários à implementação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos, caso necessário; **(b)** negociação de condições comerciais da Emissão no âmbito da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e dos demais documentos da Oferta; **(c)** celebração dos documentos no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e todo e qualquer aditamento a tais documentos, em especial a celebração do aditamento à Escritura de Emissão de forma a refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*;

(iii) ratificação de todos e quaisquer atos já praticados por diretores da Companhia e/ou por procuradores da Companhia relacionados à Emissão e à Oferta, bem como às matérias dos itens "(i)" e "(ii)" acima.

5.1.2. DELIBERAÇÃO PAUTADA: PD-ENOR-FR.N-0015/2024 - APROVADO - ASSUNTO: Emissão de Procuração para assinatura de instrumentos contratuais nos Termos da RES-ELB-106/2024, de 18.03.2024. CLASSIFICAÇÃO: Interna.

RES-ENOR-020/2024 – A Diretoria Executiva da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletrobras Eletronorte, no uso de suas atribuições, e fundamentada nos termos da Proposta Deliberativa PD-ENOR-FR.N-0015-2024, de 27.03.2024, após exame e análise, RESOLVEU aprovar a seguinte proposta para Deliberação:

1. Autorizar a emissão de procuração a terceiro, com as seguintes características:
   a) Tipo: Funcional
   b) Instituição: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
   c) Procurador(es):
      i) Renato Costa Santos Carreira
      ii) Ivan de Souza Monteiro
      iii) Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
      iv) Camila Gualda Sampaio Araújo
      v) Eduardo Haiama
      vi) Rodrigo Limp Nascimento
      vii) Élio Wolff
      viii) José Renato Domingues
      ix) Robson Pinheiro R. de Campos
      x) Juliano de Carvalho Dantas
      xi) Antônio Varejão de Godoy
      xii) Marcelo de Siqueira Freitas
   d) Poderes: Poderes específicos para assinar instrumentos contratuais relativos à contratação de bens, materiais, obras e serviços e aditivos nos termos da Resolução de Diretoria Executiva da Eletrobras n° 106/2024, de 18.03.2024, podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.
   e) Prazo: 2 anos
2. Determinar às áreas envolvidas que adotem as providências decorrentes desta resolução.

5.2. DELIBERAÇÕES EXTRAPAUTA: Nenhuma.

5.3. CONHECIMENTO E APRESENTAÇÕES: Nenhum.

6. REGISTRO: O Diretor Administrativo-Financeiro, Sr. Hugo Leonardo da Silva, informou sobre a alteração que deve ser feita nos Segundos Termos Aditivos aos Contratos de Conexão às Instalações de Transmissão – CCTs nº 003/2022, 004/2022, 005/2022, 006/2022, 008/2022, 009/2022 e 010/2022, a serem firmados com a Ribeiro Gonçalves Solar I S.A., Ribeiro Gonçalves Solar II S.A., Ribeiro Gonçalves Solar III S.A., Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A., Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A., Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A. e Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A., com o propósito de atender a solicitações de ajustes feitas pelo ONS. Os aditivos já estão aprovados por meio da RD-ENOR-016/2024, de 06.02.2024, e as alterações realizadas não causam impacto nas condições contratuais estabelecidas e anteriormente aprovadas.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Diretor-Presidente deu por encerrada a reunião da qual eu, Fabíola Amorim Pessoa Cangirana, lavrei a presente ata que, depois de lida e julgada conforme, vai assinada digitalmente por mim e pelos presentes. Brasília, 27 de março de 2024. (Ass.) ANTONIO AUGUSTO BECHARA PARDAUIL, MÔNICA BRAGA TEIXEIRA e HUGO LEONARDO DA SILVA.

Declaro, na qualidade de Secretária da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletrobras Eletronorte, que o presente texto é cópia integral e fiel da Ata transcrita às fls. 021 a 032 do "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria Executiva" nº 60. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JUCIS-DF SOB O Nº 2523368 em 03/04/2024.

RECANTO DAS EMAS

Incentivo para jovens e futuros eleitores

A carreta do Na Hora fica até hoje próxima ao CEM 804 do Recanto das Emas para realização do programa Eleitor do Futuro.

A iniciativa da Secretaria de Justiça e Cidadania do DF (Sejus) possibilita a emissão de títulos de eleitor para estudantes com idades entre 15 e 17 anos e 11 meses. A previsão é atender nesta edição cerca de 240 adolescentes.

A carreta vai visitar outras regiões do DF até 8 de maio, quando se encerra a data estabelecida pela Justiça Eleitoral para a emissão do Título de Eleitor. O voto é obrigatório para os maiores de 18 anos e menores de 70 anos, sendo facultativo para quem tem entre 16 e 17 anos incompletos, maiores de 70 anos e pessoas não alfabetizadas.

ELON MUSK CONTRA MORAES

O X da questão

Moraes diz que ex-Twitter no Brasil tenta se "eximir" de responsabilidades no STF e cita "má-fé"

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem o pedido do X no Brasil (antigo Twitter) para ser isentado no caso de descumprimento de ordens judiciais.

Os representantes legais da empresa tentaram se antecipar a possíveis sanções e disseram ao STF que não têm poder de decisão sobre as notificações da Justiça. Eles alegaram que se limitam a encaminhar os ofícios das autoridades às sedes nos Estados Unidos e na Irlanda, que segundo o documento teriam a palavra final sobre as determinações judiciais.

Em sua decisão, o ministro Alexandre de Moraes afirma que o escritório é um "elo indispensável" para a operação da plataforma no Brasil, mas busca se "eximir de qualquer responsabilidade" sobre as ordens do STF. Ele afirmou ainda que o pedido "revela certo cinismo" e "beira a litigância de má-fé".

"A empresa requerente busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional", escreveu o ministro. "O fato de que uma das chamadas operadoras internacionais compõe o seu quadro social sugere um abuso da personalidade jurídica, pois poderia optar por não atender às determinações da Justiça brasileira sem sofrer qualquer consequência, encoberta por sua representante no Brasil."

O ministro também deixa claro que os representantes do X no Brasil poderão ser punidos nas esferas civil e penal se descumprirem ordens judiciais. A responsabilidade, segundo a decisão, é "inequívoca".

"Não havendo dúvidas da plena e integral responsabilidade jurídica civil e administrativa da X Brasil Internet LTDA., bem como de seus representantes legais, inclusive no tocante a eventual responsabilidade penal, perante a Justiça brasileira, indefiro o pedido", conclui Moraes.

Os representantes legais do X no Brasil se anteciparam e enviaram esclarecimentos ao Supremo Tribunal Federal em uma tentativa de se dissociar dos ataques do empresário Elon Musk, dono da plataforma, que ameaçou reativar perfis bloqueados por ordem do STF. A leitura foi a de que as informações sobre a organização interna poderiam ajudar o escritório brasileiro, mas o efeito foi o contrário.

A Polícia Federal abriu uma investigação sobre as declarações de Elon Musk e vai apurar se o bilionário cometeu crime. Representantes da empresa no Brasil podem ser chamados a prestar depoimento.

SERGIO LIMA/AFP

Moraes negou o pedido do X no Brasil (antigo Twitter) para ser isentado no caso de não cumprimento de ordens judiciais pela empresa

Comissão

Ontem, a Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou uma audiência pública para debater as acusações que surgiram a partir do "Twitter Files Brazil" em relação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao STF. Os senadores pretendem ouvir, por videoconferência, Elon Musk, que chamou o ministro Alexandre de Moraes de "ditador".

As acusações de autoritarismo de Musk contra Moraes começaram justamente por causa da divulgação dos arquivos internos da rede social. O jornalista Michael Shellenberger revelou diversos e-mails de funcionários que reclamaram das determinações da Justiça para exclusão de conteúdos e perfis de investigados por disseminação de fake news.

Para o senador Jorge Kajuru (PSB-GO), como foi o empresário que "provocou toda a discussão", é importante que ele participe do debate requerido pelo também senador Eduardo Girão (Novo-CE). A audiência pública também convidará outros representantes das redes sociais X, YouTube, Instagram e Facebook.

Neste fim de semana, Musk se baseou nas acusações dos e-mails para ameaçar descumprir decisões do STF e afirmar que Moraes deveria "renunciar ou sofrer um impeachment".

Com base nos e-mails, Shellenberger acusou o ministro e o TSE de exigirem dados pessoais de usuários específicos, violar a política da plataforma, censurar unilateralmente publicações de parlamentares brasileiros e tentar moderar de forma autoritária conteúdos dos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em reação aos ataques de Musk, o magistrado incluiu o bilionário no inquérito das milícias digitais como investigado por "dolosa instrumentalização" da rede social. Também determinou a abertura de um inquérito à parte sobre o empresário por suposta obstrução de Justiça, "inclusive em organização criminosa e incitação ao crime".

Regulamentação

O embate reacendeu a discussão sobre a regulamentação das big techs no Congresso. Na Câmara, o relator do projeto das fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), pediu para que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), paute o assunto. No entanto, líderes partidários, tanto do Centrão quanto da esquerda, veem poucas chances de a votação da proposta ocorrer no curto prazo (*Da Agência Estado*).

Mudanças nas fake news

A Câmara dos Deputados criará um grupo de trabalho para discutir uma nova proposta para o PL das Fake News. A ideia foi sugerida pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), em reunião com líderes partidários na tarde de ontem.

Dessa forma, o processo de discussão em torno da regulamentação das redes sociais começará praticamente do zero, com a construção de uma nova proposta.

Segundo relatos, há uma avaliação de que o parecer elaborado por Orlando Silva (PC do B-RJ) foi contaminado pela polarização política e não teria votos para avançar. Isso não significa, no entanto, que o parlamentar não participará do novo processo ou que não possam ser aproveitados pontos de seu relatório.

Lira afirmou que houve um "esforço gigantesco" dos líderes, relator e da própria presidência da Câmara para votar o projeto ao longo dos últimos meses, mas que "nunca foi possível conseguir um consenso". "Ele estava fadado, não ia a canto algum", completou.

"Quando um texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não ganha apoio. Não há uma questão de governo ou de oposição, é uma questão de posição individual de cada parlamentar. Perdermos tempo com uma discussão que não vai a frente será muito pior do que reunirmos, fazermos como sempre fizemos, com muita tranquilidade e transparência, grupos de trabalho para assuntos delicados na Casa que sempre tiveram êxito. E esse será um que eu espero também que tenha", disse Lira.

A proposta de Orlando está travada há quase um ano, sem consenso sobre o tema. Agora, a ideia é que os líderes possam indicar nomes para compor o grupo de trabalho nos próximos dias para, num segundo momento, ser escolhido quem será o novo relator e o novo coordenador.

O projeto de lei visa, entre outros pontos, responsabilizar as big techs por conteúdos criminosos publicados nas plataformas. Após ser aprovado no Senado, o texto teve a tramitação travada na Câmara no primeiro semestre do ano passado depois de a oposição ganhar terreno no debate e o cenário de derrubada da proposta ganhar força.

Lira afirmou que o grupo de trabalho deverá ter duração de 30 a 40 dias para "chegar um texto mais maduro ao plenário".

doALTOdaTORRE

Eduardo Brito
edubrito.252525@gmail.com

REVISÃO NOS TRANSPORTES

Coube à vice-governadora Celina Leão abrir a revisão do Plano Diretor de Transporte Urbano do Distrito Federal, mediante assinatura de ordem de serviço, trabalho que precisa ser feito a cada dez anos. Ela anunciou (*foto*) que dez mil pessoas serão entrevistadas, "pois é o usuário que tem muito a opinar nesse planejamento". A pesquisa dará ênfase ao fluxo de veículos, ao conforto, às demandas, conexões e melhorias em geral.

REPRODUÇÃO INSTAGRAM

Assaltada casa de deputado

A residência do distrital Rogério Morro da Cruz foi invadida e assaltada logo após a saída da sua esposa para uma ida ao mercado. Aproveitando-se da oportunidade, os criminosos arrombaram e invadiram a propriedade, em São Sebastião, levando consigo um notebook e todos os pertences pessoais que conseguiram carregar. Imediatamente, o 21º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal mobilizou-se em diligências na tentativa de localizar os suspeitos. A família do deputado, abalada pelo ocorrido, solicita privacidade neste momento difícil. Para o distrital, este incidente destaca a importância da segurança residencial e da cooperação entre a comunidade e as forças policiais para garantir a integridade dos moradores do bairro Morro da Cruz.

Excursão bolsonarista a Bruxelas e Haia

X-EX-TWITTE

A deputada brasiliense Bia Kicis, sempre ela, viajou com o também deputado Eduardo Bolsonaro (*foto*) a Bruxelas, para denunciar o que consideram perseguição política no Brasil. Por coincidência – a viagem já estava marcada antes –, a viagem ocorre em meio à briga do dono do X, ex-Twitter, Elon Musk com o ministro Alexandre de Moraes, o que apimentará a missão. Mais seis deputados fazem parte da delegação, todos da linha de frente do bolsonarismo: Gustavo Gayer, de Goiás; Ricardo Salles, de São Paulo; Julia Zanatta, de Santa Catarina; Coronel Ulysses, do Acre; Déborah Menezes, do Amazonas; e Marcos Pollon, do Mato Grosso do Sul. É a segunda viagem internacional da oposição com esse objetivo. Em março, deputados bolsonaristas estiveram nos Estados Unidos para pregar contra Moraes. Desta vez, eles visitarão o Parlamento Europeu, a convite do deputado alemão Hermann Tertsch, membro da corte europeia e vice-presidente do grupo dos Conservadores e reformistas europeus. Ainda viajarão para Haia, na Holanda, onde fica a sede do Tribunal Penal Internacional, para apresentar denúncia contra Alexandre de Moraes por "tortura contra presos políticos". Na verdade, eles esperam repercussão maior, pois o rei Felipe, da Bélgica, participará da sessão do Parlamento Europeu.

Farpas antes do embarque

Previsivelmente, antes de embarcar Bia Kicis atacou o governo brasileiro sobre o que considera censura das redes sociais. "Falam tanto em regular as redes como se o marco civil da internet não existisse, mas ele existe e prevê que a remoção de conteúdo só pode se dar mediante decisão judicial – e do juiz da causa, não do Supremo Tribunal Federal", disparou. Só que, para ela, "essa lei não atende a sanha dos que querem calar pelo menos metade da população".

Só para complicar

Como se já não fosse suficiente a encrenca do X com o Brasil, quem entra no jogo? O presidente da Argentina, Javier Milei, viajou ontem aos Estados Unidos, para uma série de eventos, incluindo uma reunião com o empresário Elon Musk, dono da rede social. A reunião com Milei foi confirmada pelo porta-voz da Casa Rosada, Manuel Adorni. "Em 13 de abril, está previsto uma viagem ao Texas para visitar a fábrica da Tesla e neste dia o presidente vai se encontrar com Elon Musk", disse.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

E o controle das mensagens de presídio?

A questão foi discutida, também nesta terça-feira, no plenário do Congresso. O senador brasiliense Izalci Lucas (*foto*) chamou o ministro Alexandre de Moraes de "Rainha de Copas do STF", em uma referência à personagem de Alice no País das Maravilhas que mandava cortar o pescoço de todo mundo. Registrou ainda que "a rede X, antigo Twitter, só é proibida em países sabidamente ditatoriais e antidemocráticos, como Rússia, China, Myanmar, Coreia do Norte, Irã e Turcomenistão, mas isso está a ponto de acontecer também aqui no Brasil". Foi complementado pelo também senador Cleitinho, de Minas Gerais (à direita na foto), que a partir da informação sobre "a Anatel deixar operadoras de telefonia de prontidão para retirada de X do ar, fez uma cobrança mais séria. "Quer dizer, cadê o pessoal ficar de prontidão para poder acabar também com essas ligações de presídios? De um para o outro, sem falar nos crimes de estelionato? Vocês viram essas ligações de presídios que tivemos aí, eu quero ver o mesmo empenho, porque muitos desses presidiários estavam soltos, lá no Rio Grande do Norte. Saíram. Cadê essa prontidão da Justiça para poder acabar com essas linhas diretas que têm em presídios?"

Modelos para debate do PDOT

VITOR MENDONCA/JORNAL DE BRASILIA

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação organizou quatro modelos de eventos públicos para serem realizados em todo o Distrito Federal na próxima fase da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, o PDOT. Essa etapa será a de propostas, uma nova oportunidade para colher mais sugestões da sociedade no planejamento do DF para os próximos 10 anos. Os modelos foram detalhados em reunião conduzida pelo secretário Marcelo Vaz (*foto*), na sede da Seduh. Eles foram organizados da seguinte forma: por regiões administrativas; por Unidades de Planejamento Territorial que representam grupos de RAs –; por eixos temáticos do PDOT; e por macrotemas do Plano Diretor. Ao todo, são planejados 62 encontros com a população, previstos para ocorrerem a partir de junho. Haverá assim 35 reuniões nas regiões administrativas; sete reuniões nas UPTs; 16 reuniões por eixos temáticos; e quatro reuniões por macrotemas. "A ideia foi apresentar nossa sugestão para os eventos do PDOT e abrir para discussão com o CGP", informou a subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano da Seduh, Juliana Coelho. "As contribuições de vocês sempre serão analisadas para a metodologia de participação, que engloba esses quatro modelos de eventos sugeridos, que ainda não estão fechados", ressaltou. Nas reuniões por região administrativa, o objetivo é apresentar à população o diagnóstico do PDOT feito pela Seduh a partir das 55 oficinas participativas realizadas pela pasta no ano passado, mostrando o que avançou no processo. Para isso, é estudada a possibilidade de montar estruturas itinerantes em locais de grande fluxo de pessoas, que ficarão disponíveis ao longo do dia em cada RA.

Apoio à greve da UnB

O deputado brasiliense Reginaldo Veras (*foto*) manifestou nesta terça-feira todo o seu apoio aos professores da UnB que decretaram greve a partir do dia 15. As reivindicações por recomposição salarial são justas. Professores e funcionários administrativos, estes já paralisados, pedem reajuste de 22,71%. Veras culpa "o governo anterior, que criminalizava e sucateava as universidades federais". Segundo ele, "há uma defasagem na remuneração dos docentes que precisa ser corrigida". Deixa, porém, de registrar uma situação curiosa. Os professores e funcionários técnico-administrativos fizeram greves no governo Dilma e agora cruzam os braços no governo Lula. Mas no governo Bolsonaro, a quem o deputado culpa pela situação, ficaram quietinhos.

Começa obra para Centro de Línguas do Guará

Começaram as obras para construção do auditório com capacidade para 150 pessoas que, além de atender diretamente os alunos do Centro Interescolar de Línguas do Guará, receberá a comunidade escolar da região. A expectativa do governador Ibaneis Rocha é que o espaço seja entregue antes do final deste ano. Em 2023, seu primeiro ano de mandato, a disrital Dayse Amarilio destinou R$ 300 mil, via Programa de Descentralização Administrativo Financeira, para a construção do auditório do local. Hoje, o centro atende 4015 alunos de espanhol, inglês, francês, japonês, além do projeto; português como língua de acolhimento para os migrantes internacionais. A escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. O espaço do auditório será destinado a eventos das línguas estudadas, palestras e reuniões com a comunidade do Guará.

GRUPO equatorial ENERGIA

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.702/0001-60

www.equatorialenergia.com.br

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas, conforme parecer de orientação da CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/divulgacao-e-resultados/central-de-resultados/equatorial-transmissora-spe-07/;
- https://www.gov.br/cvm/pt-br;
- https://www.b3.com.br/pt_br/ e
- https://jornaldebrasilia.com.br/

O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis completas foi emitido em 25 de março de 2024, sem modificações na opinião, pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**201**	176
Aplicações financeiras	**53.067**	51.636
Contas a receber de clientes	**15.859**	14.159
Impostos e contribuições a recuperar	**9.947**	14.422
Ativos de contrato	**133.813**	135.996
Outros ativos circulantes	**2.847**	4.982
Total do ativo circulante	**215.734**	221.371
Não circulante		
Intangível	**547**	570
Ativos de contrato	**991.032**	954.041
Outros ativos não circulantes	**10**	5.118
Total do ativo não circulante	**991.589**	959.729
Total do ativo	**1.207.323**	1.181.100

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	**6.578**	10.145
Empréstimos e financiamentos	**18.296**	18.998
Debêntures	**3.232**	2.321
Impostos e contribuições a recolher	**5.768**	10.010
PIS e COFINS diferidos	**5.306**	4.698
Dividendos a pagar	**6.208**	5.763
Outros passivos circulantes	**4.267**	2.080
Total do passivo circulante	**49.655**	54.015
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	**230.536**	247.001
Debêntures	**164.896**	159.137
PIS e COFINS diferidos	**117.623**	109.228
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	**154.696**	142.328
Outros passivos não circulantes	**259**	258
Total do passivo não circulante	**668.010**	657.952
Patrimônio líquido		
Capital social	**146.857**	146.857
Reservas de lucros	**342.801**	322.276
Total do patrimônio líquido	**489.658**	469.133
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.207.323**	1.181.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Receita operacional líquida	**151.881**	175.201
Custo dos serviços prestados	**(18.020)**	(49.102)
Lucro bruto	**133.861**	126.099
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	**(2.078)**	(1.422)
Outras receitas (despesas) liquidas	**(1.501)**	1.294
Total de despesas operacionais	**(3.579)**	(128)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**130.282**	125.971
Resultado financeiro	**(25.528)**	(37.657)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**104.754**	88.314
Impostos sobre o lucro	**(16.926)**	(15.672)
Lucro líquido do exercício	**87.828**	72.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do período	**87.828**	72.642
Total resultados abrangentes	**87.828**	72.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**76.924**	52.950
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**7.401**	8.740
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(84.300)**	(81.322)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**25**	(19.632)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**176**	19.808
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**201**	176
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**25**	(19.632)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Receitas	**174.361**	202.005
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	**(18.035)**	(51.417)
Valor adicionado bruto	**156.326**	150.588
Amortização	**(23)**	(20)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**156.303**	150.568
Valor adicionado recebido em transferência	**8.835**	7.849
Valor adicionado total a distribuir	**165.138**	158.417
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	**3.232**	1.884
Tributos	**40.056**	38.634
Remuneração de capitais de terceiros	**34.022**	45.257
Remuneração de capitais próprios	**87.828**	72.642
Valor adicionado	**165.138**	158.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade de propósito específico, anônima de capital aberto, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa -Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão Vila do Conde - Marituba C1, em 500(*) kV, circuito simples, primeiro circuito, com extensão aproximada de 56(*) km, com origem na Subestação Vila do Conde e término na Subestação Marituba; (b) Linha de Transmissão Marituba - Castanhal C1, em 500(*) kV, circuito simples, primeiro circuito, com extensão aproximada de 68(*) km, com origem na Subestação Marituba e término na Subestação Castanhal; e (c) Subestação Marituba, em 500/230-13,8(*) kV (3+1R) x 300 MVA, e em 230/69-13,8(*) kV (2x200 MVA); com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões. A Companhia tem prazo de duração de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. (*) Informação não auditada. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2024. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. **3.1 Reconhecimento da receita:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura:** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. **(b) Receita de operação e manutenção (O&M):** A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. **(c) Remuneração dos ativos da concessão:** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2 Ativos de contrato:** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M). À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL, e início da fase de operação. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4 Subvenções e assistências governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.4.1 Benefícios fiscais: • SUDAM:** Em 03 de maio de 2022, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 10/2022, que outorga à Equatorial Transmissora 7 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa jurídica (IRPJ) sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudam, com o prazo de vigência de 2022 até o ano de 2031. **3.5 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.6 PIS e COFINS diferidos:** Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação. **3.7 Instrumentos financeiros: 3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.7.2 Classificação e mensuração subsequente: (a) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria; **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.7.3 Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.7.4 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8 Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	146.857	260.103	–	406.960
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos	–	(4.706)	–	(4.706)
Lucro líquido do exercício	–	–	72.642	72.642
Destinação do lucro do exercício:				
Constituição de reserva de incentivo fiscal	–	14.270	(14.270)	–
Constituição de reserva legal	–	2.919	(2.919)	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	–	–	(555)	(555)
Dividendo adicional proposto	–	24.364	(24.364)	–
Constituição da reserva para investimento e expansão	–	30.534	(30.534)	–
Realização da reserva de lucros a realizar	–	(5.208)	–	(5.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	146.857	322.276	–	469.133
Dividendos adicionais distribuídos - 2022	**–**	**(24.364)**	**–**	**(24.364)**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**87.828**	**87.828**
Destinação do lucro do exercício:				
Constituição de reserva legal	**–**	**3.491**	**(3.491)**	**–**
Constituição de reserva de incentivos fiscais	**–**	**18.001**	**(18.001)**	**–**
Realização da reserva de lucros a realizar	**–**	**(5.545)**	**–**	**(5.545)**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**(663)**	**(663)**
Dividendos intermediários pagos	**–**	**(21.200)**	**(15.531)**	**(36.731)**
Constituição de dividendos adicionais propostos	**–**	**34.650**	**(34.650)**	**–**
Constituição de reserva para investimento e expansão	**–**	**15.492**	**(15.492)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**146.857**	**342.801**	**–**	**489.658**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.702/0001-60

lucro não realizado de anos anteriores. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **4 Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**87.828**	72.642
-) Reserva de incentivo fiscal	**(18.001)**	(14.270)
-) Reserva legal	**(3.491)**	(2.919)
Lucro líquido ajustado	**66.336**	55.453
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	**663**	555
Realização da reserva de lucros a realizar – Dividendos mínimos	**5.545**	5.208
Dividendos adicionais propostos	**34.650**	24.364
Total dividendos mínimos e adicionais do exercício	**40.858**	30.127

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	4.706
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	555
Dividendos da reserva de lucro a realizar	5.208
Pagamento de dividendos no exercício	(4.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.763
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	**24.364**
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	**663**
Dividendos da reserva de lucro a realizar	**5.545**
Dividendos intermediários distribuídos	**36.731**
Pagamento de dividendos no exercício	**(66.858)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.208**

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal". Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal" e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da "base de cálculo" da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77 alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). **5. Eventos subsequentes: Resolução autorizativa:** Em 23 de janeiro de 2024, através da resolução autorizativa nº 15.016/2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, autorizou a Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., Contrato de Concessão nº 020/2017, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabeleceu os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida (RAP) no total de R$ 5.471. **Distribuição de dividendos adicionais:** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 34.650, decorrentes do resultado do exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Augusto Miranda da Paz Júnior
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
José Silva Sobral Neto
Carlos Augusto Leone Piani

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
Carlos Augusto Leone Piani
João Alberto da Silva Neto
Tiago de Almeida Noel

DIRETORIA EXECUTIVA
Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Financeiro / Relação com os Investidores
Cristiano de Lima Logrado - Diretor
Ailton Costa Ferreira - Diretor
Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor

CONTADOR
Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
CRC PE 012996-O-3 S-DF

TRE-PR

Moro vence primeira batalha

Corte livra senador da cassação do mandado por abuso de poder econômico. Caso deve ir ao TSE.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná formou maioria nesta terça-feira para rejeitar o pedido de cassação do senador Sérgio Moro (União Brasil) por suposto abuso de poder econômico e caixa dois nas eleições de 2022. O placar está em 4 a 2 para rechaçar as ações movidas pelo PL e o PT contra o ex-juiz da Operação Lava Jato. O julgamento deve ser concluído com o voto do presidente da Corte Sigurd Roberto Bengtsson. Mesmo que o presidente vote contra Moro, ele já está livre da cassação, pelo menos no TRE-PR.

O caso ainda deve aportar no Tribunal Superior Eleitoral, em grau de recurso. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná estima que, em tal hipótese, os autos sejam remetidos à Corte superior em maio. No TSE, a vida de Moro deve ficar mais complicada. Nessa instância, por exemplo, foi cassado o ex-deputado e ex-chefe da força-tarefa da Operação Lava Jato Deltan Dallagnol, aliado do senador.

O dia D de Moro começou com o voto do desembargador Julio Jacob Junior. Sua avaliação é a de que o precedente da senadora Selma Arruda (cassada), sobre a moderação do uso de recursos na pré-campanha, pode ser aplicado ao caso do ex-juiz da Lava Jato

O magistrado considerou que o caso envolve gastos "muito longe" dos dispendidos pelo chamado "candidato médio". Em seu avaliação, Moro teve acesso "indistinto" a recursos para recuperar sua imagem "abalada" perante os eleitores do Paraná, considerando a pré-candidatura ao Senado por São Paulo - que acabou frustrada pelo Tribunal Regional Eleitoral do estado.

"A quebra da igualdade advinda do abuso do poder econômico se mostra gravosa a ponto de se configurar razão para a procedência da ação não apenas pelo uso de recursos, mas pela impossibilidade de acesso dos demais pré-candidatos a verbas idênticas", anotou.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

O placar de 4 a 2 a favor de Moro rechaçou as ações movidas pelo PL e o PT contra o ex-juiz da Operação Lava Jato

SAIBA MAIS

» **Independente do resultado no TRE, cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e os eventuais efeitos da decisão só passam a ser válidos após o esgotamento dos recursos.**

» **Se condenado, Moro perde o mandato e se torna inelegível a partir de 2022, o que o impossibilitaria de concorrer a pleitos até 2030. Além disso, seriam realizadas novas eleições para a cadeira do Senado.**

Na avaliação do desembargador, o "vultuoso volume de gastos" pelo União Brasil, após o indeferimento do domicílio eleitoral de Moro em São Paulo, é suficiente para a configuração do abuso de poder econômico, já que as cifras ultrapassam o limite para as candidaturas ao Paraná. "O senador Sergio Moro é o cidadão que mais gastou dinheiro para a campanha do Senado. Ninguém chegou próximo ao gasto dele".

Segundo Junior, o uso de recursos foi tamanho que apenas a consideração dos gastos, nos 70 dias de pré-campanha de Moro, é capaz de configurar os requisitos de abuso de poder econômico, eis que superou a casa dos R$ 915 mil - mais de 20% dos gastos permitidos na campanha ao Senado.

Para o desembargador, os gastos anteriores à pré-campanha de Moro ao Senado pelo Paraná chegam a ser "irrelevantes eleitorais", uma vez que as despesas que se seguiram, relativas à "terceira alternativa de candidatura", são 'suficientemente graves para preencher os requisitos da cassação".

Há provas robustas que os gastos beneficiaram Moro e devem ser levados em consideração. "Se ele era tão conhecido, por que a necessidade de gastar? Com tanta fama, por que era necessário profissionalizar as redes dele? [...] Ser conhecido como ex-juiz e ex-ministro não significa ser conhecido como candidato", indicou.

O desembargador deu ênfase às despesas de Moro com segurança. "Foram gastos R$ 591 mil com segurança, para viabilizar sua candidatura. Isso nunca antes aconteceu na história. Dinheiro público. De pessoa que não tinha poder, não tinha cargo público, não estava no exercício de qualquer direito nesse sentido", anotou.

O segundo a se manifestar na sessão desta terça foi o desembargador Anderson Ricardo Fogaça. Ele anotou que todo o período de pré-campanha de Moro deve ser considerado para o cálculo do eventual abuso de poder econômico, exceto as despesas não direcionadas ao senador e aquelas sem provas de conversão em ganho para o parlamentar.

"A análise do abuso não deve se restringir ao cargo ocupado vez que há a possibilidade de que partidos políticos e candidatos se utilizem desse posicionamento como subterfúgio para o uso excessivo de recursos na pré-campanha, blindando-os de eventual abuso de poder econômico", ponderou.

Segundo o desembargador, há um "seguro quadro probatório" de que o Podemos e União Brasil gastaram mais de R$ 1,2 milhão em benefício da pré-campanha de Moro. A avaliação é a de que as despesas não conduzem ao desequilíbrio do pleito. Para o magistrado, não se pode concluir que os valores foram hábeis a desequilibrar o pleito.

Assim, Anderson Ricardo Fogaça entendeu que não restou configurado abuso de poder econômico no caso de Moro. Com seu voto, o TRE formou o placar de 4 a 2 a favor de Moro - maioria no sentido de rechaçar as ações movidas pelo PT e pelo PL contra o senador.

"Concluo assim que os valores despendidos pelos partidos políticos à pré-candidatura de Sérgio Moro não configuram abuso de poder econômico, vez que não transbordaram os limites do razoável com o potencial de causar desequilíbrio entre os candidatos para a lisura do pleito", registrou.

Na primeira sessão de julgamento, o relator do caso, desembargador Luciano Carrasco Falavinha, votou contra a cassação de Moro, com críticas ao "julgamento midiático". O posicionamento foi acompanhado pela desembargadora Cláudia Cristina Cristofani e pelo desembargador Guilherme Frederico Hernandes Denz na sessão de segunda-feira.

A avaliação de Falavinha é a de que as alegações dos partidos não restaram evidenciadas e que as despesas de pré-campanha de Moro são "compatíveis". Na avaliação do magistrado, não há prova robusta sobre a acusação de abuso de poder econômico e não restaram configurados ilícitos.

Segundo a votar no julgamento, o desembargador José Rodrigo Sade entendeu que houve "patente abuso" no caso, com a "quebra da isonomia do pleito, comprometendo sua lisura", votando pela cassação do mandato de Moro.

Sade entendeu que Moro assumiu risco em começar a gastar como pré-candidato a Presidência expondo-se à impugnação de sua candidatura. Para o desembargador, no caso concreto, Moro investiu mais recursos que os demais candidatos, porque, até determinado ponto, sua base para o teto era maior, gerando "completo desequilíbrio" para o pleito (*Da Agência Estado*).

ESPLANADA

Leandro Mazzini
Com Walmor Parente, Carol Purificação e Isabele Mendes
reportagem@colunaesplanada.com.br

OPERAÇÃO TARTARUGA

Os auditores fiscais federais agropecuários do Ministério da Agricultura, que fazem a fiscalização de todos os frigoríficos do país, deflagraram operação tartaruga. Por ordem do presidente Lula da Silva, o ministro Carlos Fávaro determinou a criação de um Grupo de Trabalho para a regulamentação do autocontrole nos estabelecimentos. Com essa ferramenta, os auditores perdem muito poder dentro da pasta, já que cada frigorífico passa a fazer sua própria fiscalização e sem a participação dos servidores. O secretário de Defesa Agropecuária, Carlos Goulart, é o presidente do GT que tem no máximo 60 dias para encerrar o serviço. A categoria ameaça entrar em greve.

Timoneiro

A despeito da perda expressiva de vereadores durante a janela partidária, o presidente do PSDB, Marconi Perillo – no posto há cinco meses -, não se dá por vencido. Aos que o provocam sobre o momento autofágico do partido, o ex-governador repete o bordão: "Estamos mais vivos que nunca". Na fase de rearranjo, Perillo aposta na juventude para reerguer o partido.

Família Mendes

Pré-candidato à Prefeitura de Diamantino (MT), Francisco Mendes (União Brasil), irmão do ministro Gilmar Mendes, do STF, poderá ter como vice um indicado pelo PL do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os dois se encontraram essa semana e estão alinhando o nome para compor a chapa. Francisco Mendes comandou a prefeitura em dois mandatos: de 2001 a 2004 e de 2005 a 2008.

Sem sinal

A badalada passagem do empresário dono da Tesla, Elon Musk, pelo Brasil em maio de 2022 só serviu para fotos com o ex-presidente Jair Bolsonaro e membros do então governo, como o ex-ministro das Comunicações Fábio Faria. Uma das promessas não cumpridas pelo bilionário foi o fornecimento de internet para 19 mil escolas em áreas rurais.

Lixo & resíduos

Agências reguladoras, empresários e autoridades brasileiras participam, em Portugal, do Benchmarking Resíduos Sólidos, evento com o objetivo de garantir o tratamento adequado do lixo e resíduos. Conforme o engenheiro ambiental Walter Plácido, que organiza a missão, o Brasil não atende os requisitos internacionais, aos quais se comprometeu na COP28.

Fica, Prates

Em meio à incerteza sobre a permanência no cargo, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, recebe apoio de colegas senadores. Ele exerceu mandato na Casa entre 2018 e 2022. Umas das vozes pró-Prates, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) afirma que a atual gestão da Petrobras "é isenta de quaisquer reparos".

ESPLANADEIRA

- # Casa de Bambas (RJ) promove ações para o mês dos povos indígenas. # Associação Comercial de São Paulo inaugura Vara do Tribunal de Justiça do Juizado Especial Cível das Micro e Pequenas Empresas. # West Shopping (RJ) promove, das 10h às 17h, até sábado (13), campanha de vacinação contra a gripe. # Americanas cresce 26% em vendas de Páscoa no Norte e Nordeste. # Indra moderniza folha de pagamento da Força Aérea Brasileira. # "Chat GPT: como usar na advocacia" é o tema da oficina que o escritório Machado Gobbo Advogados realiza na sexta (12), em Brasília.

HOSPEDAGEM NA EMBAIXADA

PGR descarta medidas duras a Bolsonaro

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, se manifestou de forma contrária à imposição de medidas mais duras ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pela hospedagem na embaixada da Hungria em Brasília de 12 a 14 de fevereiro, quatro dias após ter o seu passaporte retido pela Polícia Federal.

A manifestação, sem pedido de prisão, foi enviada na última semana ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que ainda não apresentou uma decisão sobre o tema.

A informação sobre a ausência de pedidos de sanções maiores foi divulgada pela *CNN* e confirmada pela reportagem por pessoas com acesso ao processo.

Na manifestação, a Procuradoria Geral da República (PGR) disse que a estadia não infringe as medidas que ele já cumpre e que a suposta tentativa de busca de refúgio esbarraria "na evidente falta de pressupostos do instituto de asilo diplomático dadas as características do evento".

Bolsonaro teve o passaporte apreendido pela Polícia Federal por ordem de Moraes em fevereiro na operação Tempus Veritatis, que teve como alvo o ex-presidente, ex-assessores e aliados, incluindo militares de alta patente.

O ministro também proibiu o ex-presidente de manter contato com outros investigados, - entre eles o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto.

A informação da estadia de Bolsonaro na embaixada estrangeira foi revelada pelo jornal *The New York Times*.

Na ocasião, o Ministério das Relações Exteriores convocou para explicações o embaixador da Hungria, Miklós Halmai, em um sinal de contrariedade do governo brasileiro com a situação.

ANTONIO AUGUSTO/SECOM/MPF

Em mensagem ao STF, Paulo Gonet não viu motivos para prisão de Bolsonaro

O gesto de hospedar Bolsonaro, segundo auxiliares do Executivo, tem sido lido como uma interferência do Governo da Hungria, liderado por Viktor Orbán, em assuntos internos do Brasil.

Caso permanecesse dentro da missão diplomática, Bolsonaro não poderia, em tese, ser alvo de uma ordem de prisão por se tratar de prédio protegido pelas convenções diplomáticas.

O ex-presidente disse, no último dia 25, em discurso em São Paulo, que frequenta embaixadas pelo país, conversa com embaixadores e mantém relações com chefes de Estado.

"Muitas vezes esse chefe [de Estado] liga para mim, para que eu possa prestar informações precisas sobre o que acontece no Brasil", afirmou o ex-presidente em evento do PL, seu partido, na capital paulista.

"Temos boas relações internacionais, como até hoje mantenho relação com alguns chefes de Estado pelo mundo. Frequento embaixadas pelo Brasil, converso com embaixadores. Tenho passaporte retido, se não estaria com [os governadores] Tarcísio [de Freitas] e [Ronaldo] Caiado em viagem a Israel", completou (*Da Folhapress*).

SAIBA MAIS

» **Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin e Flávio Dino e o procurador-geral da República, Paulo Gonet, receberão a medalha Grã-Cruz, grau mais alto da Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM).**

» **A cerimônia acontece no Clube do Exército nesta quarta-feira, dois dias depois de o STF votar por unanimidade contra o poder moderador das Forças Armadas. O evento celebra os 216 anos da Justiça Militar da União (JMU).**

» **A Ordem do Mérito, criada pelo Superior Tribunal Militar (STM) em 1957, destina-se a homenagear pessoas e instituições com concessão de insígnias nos seguintes graus: Grã-Cruz, Alta Distinção, Distinção e Bons Serviços. O chanceler da Ordem é o presidente do STM, ministro tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente Camelo.**

» **Entre as instituições condecoradas nesta quarta estão o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), a Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA) e a Associação Ordem das Altaneiras.**

Opinião

ARTIGOS

Rubão de novo

Vamos refletir sobre a expressão "infringir a lei", cujo verbo pode sofrer variação para "desobedecer", "desrespeitar", "descumprir", "violar". É intuitivo o conceito: existe uma norma em vigor, feita por quem tem poder para tanto, que determina que não se pode fazer x; se você fizer, há a consequência y; você faz x e deve arcar com y. É melhor dizer "deve arcar" e não "arcará" porque não necessariamente isso vai se materializar. Muitos x não acarretaram y nenhum e outros tantos até acarretaram, mas sem efeitos práticos (por exemplo, a punição prescreveu ou o sujeito morreu ou sumiu e talvez nem tenha ficado sabendo que deixou uma condenação para trás).

Violar a lei pode ser algo extremamente frágil. Fazer sinal indicativo com a cabeça para uma pessoa com um revólver na mão, que está correndo atrás de outra que acabou de passar por você – esse nuto o coloca no cenário como cúmplice do assassinato. Mas o exemplo é meramente ilustrativo. No mundo real, será mais um y na constelação dos delitos impunes e contá-los é tão proveitoso quanto contar as estrelas do céu. Tente verificar quantos criminhos você mesmo cometeu ao longo da vida, nem que seja um quase heroico desacato contra autoridades que você considera merecedoras dos piores insultos.

Na verdade, nem parece desejável que absolutamente todos os x gerem y, como se os indivíduos fossem robôs e a Justiça fosse o robô dos robôs. Oscar Wilde escreveu que "uma comunidade se embrutece infinitamente mais pelo emprego frequente da punição do que pela ocasional ocorrência do crime". Mas então quais crimes são para valer e quais são de mentirinha, apenas para assustar?

Nesse limbo, muitos x estão à deriva em pleno Código Penal. Duvida? Pergunte ao Tio Rubão (o tio advogado da família) para ele explicar o que significa "inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar".

IVALDO LEMOS JUNIOR, procurador de justiça

Recuperação judicial sem fim

O Brasil, se fosse uma empresa, teria quebrado no final dos anos 70 com a crise do endividamento externo e o segundo choque do petróleo. Como não é uma empresa, não quebrou, a vida continuou e no início dos anos 80 e 90, tivemos as primeiras grandes recessões econômicas após a crise de 1929. O PIB caiu 6,3% no período 1981-83 e 3,9% no triênio 1990-92.

Na esteira da redemocratização do País, num cenário caótico das contas públicas, moratória da dívida externa, hiperinflação, saldo zero de reservas internacionais, dentre outros, iniciamos no final dos anos 80 e início dos 90 uma espécie de "recuperação judicial", comum no setor privado.

Criamos a Secretaria do Tesouro Nacional, unificamos os orçamentos da União, acabando de vez com a fábrica de emissão de moeda via orçamento monetário, fizemos ajuste fiscal e iniciamos a desestatização com as privatizações. E conseguimos domar o monstro da inflação com o Plano Real em 1994.

Já no final dos anos 90 e início dos anos 2000, continuamos com as ações no bojo da "recuperação judicial". Renegociamos as dívidas dos Estados e saneamos o setor financeiro público e privado. Conseguimos acumular US$ 350 bilhões em reservas internacionais e iniciamos as concessões de serviços públicos de infraestrutura.

No pós-crise do sub-prime, tivemos a recessão econômica do biênio 2015-16, com PIB caindo 6,7%.

Em seguida, realizamos as reformas trabalhista e da previdência social, fomos atropelados pelas crises decorrentes da pandemia da Covid-19 e da guerra Rússia-Ucrânia e, mais recentemente, fizemos a reforma tributária sobre o consumo e o novo arcabouço fiscal. Mas ainda faltam reformas, como a administrativa e a tributária sobre a renda e patrimônio.

A qualidade do debate melhorou muito nas últimas décadas, mas precisa avançar mais, para que possamos sair desta "recuperação judicial" sem fim.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES, diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Empreendedorismo com propósito

Nasci em Nova Iguaçu, cidade do estado do Rio de Janeiro, e comecei a empreender desde muito cedo. Nos meus primeiros passos no empreendedorismo vendi pipa. Já adulto, fui professor voluntário de curso preparatório para alunos que não podiam pagar pelo estudo. Depois virei monitor, coordenador, dono de curso preparatório e, hoje, tenho uma rede de ensino.

Acredito que a chave do sucesso está na sabedoria, em aprender com os acertos e erros dos outros. Empreender é mais do que buscar resultados financeiros, é uma jornada de desenvolvimento pessoal.

O começo é sempre desafiador, mas à medida que avançamos, embora não se torne mais fácil, as coisas começam a fluir. O essencial é dar o primeiro passo, despertar para o seu propósito, investir suas energias no seu sonho e fazer acontecer.

Já enfrentei situações em minha vida em que pensei que seria o fim da minha jornada como empreendedor. Porém, essas fases me tornaram mais fortes e contribuíram para meu crescimento.

O que não te contaram sobre empreendedorismo, eu te conto: a inspiração é o primeiro passo para ter sucesso no seu negócio. Quando abrimos os nossos olhos para exemplos que nos inspiram, enxergamos um mundo de possibilidades que talvez a gente nem sabia que existia. Eu sou fã do apresentador Silvio Santos, por exemplo.

Acho incrível como a história de vida dele é inspiradora. Começando como engraxate aos 13 anos e depois se tornando um visionário e inovador nos negócios. Ele realmente fez uma jornada notável. Sua capacidade de transformar sua própria vida e a vida das pessoas ao seu redor é admirável. Com certeza, ele é um exemplo de empreendedorismo e determinação. É maravilhoso ver como histórias como a dele podem inspirar tantas pessoas.

Enxergo o empreendedorismo como um propósito! É importante estar preparado para enfrentar os desafios que surgem ao longo do caminho. Não vou te iludir e falar que será fácil, mas a mentalidade certa pode fazer a diferença na jornada empreendedora.

LEONARDO CHUCRUTE, gestor em Educação

CHARGE

CARTAS DO LEITOR

Mulheres na medicina

Segundo números do Conselho Federal de Medicina (CFM) 49,92% dos médicos existentes no país são mulheres. E se prevê que ainda neste ano elas sejam a maioria nesta área de grande importância para população. Já com idade abaixo de 40, as mulheres são 58% dos profissionais. O avanço das mulheres nesta área da medicina é surpreendente. Já que, em 1990, elas representavam apenas 30% do total, que, hoje, é formado por 575.930 profissionais, o dobro de 15 anos atrás! E, 70% das áreas de dermatologia, pediatria, endocrinologia e alergia e imunologia no país é atendida por médicas. Já nas áreas de urologia, ortopedia, e neurocirurgia os homens são a maioria, 90% dos profissionais.

Outro dado importante é quanto ao coeficiente de médicos por habitantes em várias áreas do país. Por exemplo, se no Distrito Federal existem 6,31 médicos por mil habitantes, no Maranhão, apenas 1,26. A região Sudeste concentra 51,1% dos profissionais. Os Estados do Norte e Nordeste, infelizmente, são os que tem a menor taxa média de médicos por mil habitantes... Quadro esse que somente será solucionado quando o país tiver governos voltados para o mercado, preocupados com equilíbrio fiscal e que proporcionem crescimento sustentável da economia. O resto serve de balela...

PAULO PANOSSIAN, São Carlos (SP)

Elon Musk X Democracia

Suponhamos que numa mesa de degustação temos várias opções. Frutas, legumes, verduras, etc! Olhamos o que melhor nos agrada aos olhos e faz com que nossas papilas gustativas sejam ativadas e partimos para a escolha. Por que estou dizendo isso? As denúncias abertas pelo CEO do X (Twitter) Elon Musk sobre os perfis bloqueados a revelia da lei vigente no país, nos deu a certeza que o Alexandre de Moraes, presidente do TSE e porta voz do STF, queria que gostássemos apenas de "jiló", para ser mais específica. Isso é democracia?

BEATRIZ CAMPOS, São Paulo

CARTAS PARA A REDAÇÃO:

redacao@grupojbr.com

SIG trecho 1 - Lote 765 - Brasília - DF - CEP 70610-400.
Inclua nome completo, endereço e identidade

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal

PESQUISA

Falta de saneamento afeta Idosos

Pessoas de 60 anos ou mais representaram 79,2% das vítimas em 2022, apontam dados do IBGE

Idosos responderam por quase 80% das mortes associadas a problemas de saúde que podem ser causados pela precariedade de serviços de água e saneamento e pela falta de higiene no Brasil. É o que indicam dados divulgados nessa terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme o órgão, de um total de 9.463 óbitos atribuídos a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene em 2022, uma parcela de 7.492 (79,2%) envolveu vítimas de 60 anos ou mais. Crianças de zero a quatro anos (694 ou 7,3% do total) vieram na sequência.

Especialistas da área de saúde apontam que a falta de saneamento adequado pode provocar, por exemplo, doenças transmitidas a partir da água contaminada ou de vetores atraídos por esgotos a céu aberto.

Os dados divulgados ontem pelo IBGE fazem parte da publicação "Criando Sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20".

No trabalho, o instituto reúne estatísticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que incluem saúde e bem-estar. Uma das metas é, até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

No caso dos óbitos associados a problemas de água, saneamento e higiene, os dados são do Ministério da Saúde e de projeções populacionais do IBGE.

A participação dos idosos nas mortes atribuídas a essas causas (79,2%) é maior do que no número geral de óbitos registrados no Brasil. Em 2022, o país teve um total de 1,5 milhão de mortes por diferentes motivos, e as pessoas de 60 anos ou mais responderam por 71,5% desses casos, de acordo com outra pesquisa do IBGE, divulgada em março.

Principais fatores

Segundo a gerente de Relações Internacionais do instituto, Denise Kronemberger, responsável pela apresentação dos dados, diversos fatores podem explicar os motivos de os idosos serem as principais vítimas de doenças atribuídas a fontes de água e saneamento inseguros e falta de higiene.

Sistema imunológico mais frágil, possível existência de doenças crônicas, acesso limitado aos serviços de saneamento e restrições de mobilidade e de autocuidado fazem parte dessa lista, aponta a porta-voz do IBGE.

O órgão também indicou nesta terça que a taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene no país caiu de 7,2 óbitos por 100 mil habitantes em 2000 para 4,4 em 2022. A redução do indicador foi de 38,9%.

A queda ao longo de mais de duas décadas também ocorreu nas grandes regiões, apesar de os dados ainda mostrarem a permanência de desigualdades (*Da Folhapress*).

SAIBA MAIS

» **Considerando a linha de pobreza de U$ 2,15/dia, Índia, Brasil e Indonésia apresentaram, em 2021, as maiores proporções de pessoas em situação de pobreza, entre os países do G20 que reportaram o indicador, com decréscimo em 2022 sendo observado no Brasil (de 5,8 para 3,5%) e Indonésia (3,5 para 2,5%);**

» **O ODS 1, erradicação da pobreza, mostra que no Brasil a pobreza monetária está concentrada nas pessoas mais jovens, com até 17 anos de idade (46,6% abaixo da linha da pobreza). A proporção da população abaixo da linha nacional de pobreza, segundo a situação do domicílio, é maior na área rural, 38,7% ante 15,3% da área urbana.**

EVARISTO SA / AFP

Especialistas da área de saúde apontam que a falta de saneamento adequado pode provocar, por exemplo, doenças transmitidas a partir da água contaminada ou de vetores atraídos por esgotos a céu aberto

Classe pobre é a que sofre mais

A dificuldade de acesso a serviços como água e esgoto é um problema crônico que afeta parte da população brasileira, principalmente as camadas mais pobres.

Em uma tentativa de atrair investimentos privados para o setor, o marco do saneamento básico, sancionado em 2020 pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL), estabeleceu metas para a universalização dos serviços.

Em 2022, o Brasil ainda tinha o equivalente a 49 milhões de habitantes sem atendimento adequado de esgotamento sanitário e 4,8 milhões de pessoas sem água encanada, apesar do crescimento desses serviços nas últimas décadas, de acordo com dados do Censo Demográfico divulgados em fevereiro pelo IBGE.

No Nordeste, a taxa recuou de 9,8 óbitos por 100 mil habitantes em 2000 para 5,5 em 2022. Mesmo com a baixa, a região seguiu com o maior patamar do país.

No Centro-Oeste, o indicador caiu de 6,1 óbitos por 100 mil habitantes em 2000 para 3,7 em 2022, o menor nível do Brasil. Sudeste (de 6 para 3,9), Sul (de 5,7 para 3,9) e Norte (de 7,7 para 4,8) completam a lista.

LIADINORAH

@liadinorah
liadinorahjornalista@gmail.com

BIG BROTHER

Quando George Orwell escreve a célebre obra "1984", onde o Grande Irmão a todos vê, inspira a cultura pop que passou a pautar narrativas de pessoas sendo vigiadas. Quando Adão e Eva, no paraíso, caem, Deus desce para ver o que aconteceu. E mesmo escondendo-se, o Altíssimo vê e questiona Adão. Nos esquecemos que a Bíblia diz que "os olhos do Senhor percorrem toda a terra". Deus vê, e enxerga onde não conseguimos alcançar. Esses olhos pesam os corações, julgam as ações e executam juízo. O que é feito às sombras, seus olhos trazem a luz. Por isso, vale um exame de consciência, e o refletir antes de agir. Da mesma vale confiar e saber que o mau que não vemos ser feito, seus olhos sabem. E dessa forma o Altíssimo conduz a justiça e o juízo na terra.

Mensagem do Pastor Ricardo Espindola

The best

No ano passado, o BC brasileiro foi classificado pela revista Central Banking como o melhor do mundo, à frente do americano e do inglês. Graças à atuação do presidente Roberto Campos Neto, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,2%, enquanto a do Reino Unido subiu apenas 0,13%, com uma inflação maior do que a do Brasil.

Décadas de história

Já que estou no assunto, no próximo mês Campos Neto fará um evento sobre os 30 anos do Plano Real. Entre os convidados, os economistas e ex-chefes do BC Ilan Goldfajn e Pedro Malan.

Noite italiana

Tiago Correia recebe um grupo de amigos em happy hour, seguido de jantar, no restaurante Cantucci, para festejar o seu aniversário.

HARVARD

Aproveitando o ensejo da Brazil Conference, organizada pelas Universidades de Harvard e MIT, o advogado criminalista Bernardo Fenelon estenderá sua estadia e permanecerá uma semana toda em Cambridge, participando do Curso de Negociação e Liderança promovido pela Harvard Law School. A atualização acadêmica contará com aulas de professores renomados, como Guhan Subramanian, Daniel Shapiro e Debbie Goldstein.

FOTOS: PAULO LIMA

Na solenidade de posse, a senadora Janaína Farias, o advogado Estenio Campelo e o ministro Camilo Santana

NOVA SENADORA

Foi empossada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a nova senadora Janaína Farias, natural de Crateús (CE), substituindo a colega Augusta Brito, que recebeu dispensa do mandato por 121 dias. Augusta é a primeira suplente do senador licenciado Camilo Santana - atual ministro da Educação, que participou da posse no Plenário da Casa. Também estiveram presentes o governador do Ceará, Elmano de Freitas e os ex-senadores Chiquinho Feitosa, Julio Ventura e Valmir Campelo. À noite, o deputado Eunicio Oliveira ofereceu um belo jantar em sua residência para brindar a posse da querida conterrânea.

No elegante jantar, a homenageada e os anfitriões, deputado Eunicio Oliveira e sua Mônica

ANALUIZAPINHEIRO

Goiânia em Dia

Jogo de paixão

Ela faz parte do grupo Divas, que engrandece o cenário do tênis feminino no Country Clube de Goiás. Desde 1987 Dalva Meirelles pratica o esporte. É uma tenista competitiva, já conquistou muitos troféus, mas é a arte do movimento que a impulsiona e amplia seu ânimo. A paixão contaminou também toda a família, que entrou no jogo, no qual ela encontrou a melhor forma de se manter sempre jovem e ativa.

Refinamento

Dono de bom gosto e refinamento irretocáveis, o respeitado jornalista Luís Carlos de Moraes Rodrigues (*foto*) assume mais uma nobre função em sua carreira marcada por glamour entre a alta sociedade: a de professor de Etiqueta Social. Bagagem ele tem de sobra: já promoveu em Goiás evento com Christine Yufon, modelo e empresária que fundou a mais importante escola de etiqueta no Brasil. As lições serão ministradas por ele em seu suntuoso apartamento, localizado no Setor Oeste, em Goiânia, para grupos de até dez pessoas.

Religiosidade

Juíza aposentada e advogada, Maria Luiza Póvoa cumpre peregrinação em Fátima, Portugal, onde está localizado o Santuário homônimo e a Capelinha das Aparições, que marca o local onde teria aparecido a Virgem Maria, no ano de 1917. Faz todo o circuito dos monumentos sagrados dos católicos na linda cidade portuguesa.

Vida e obra

Renomado crítico de arte e curador de importantes mostras, Enock Sacramento está escrevendo um livro sobre a vida e obra do grande artista Waldomiro de Deus, o baiano reconhecido mundialmente que escolheu Goiás para morada definitiva. A publicação será lançada em junho, mês em que o grande pintor completa 50 anos de carreira e 80 de vida. Um reconhecimento maiúsculo do trabalho de Waldomiro, um dos mais proeminentes mestres da arte naïf, autor de pinturas que habitam acervos importantes nos quatro cantos do planeta.

GRUPO equatorial ENERGIA

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.967.244/0001-02

www.equatorialenergia.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas, conforme parecer de orientação da CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/divulgacao-e-resultados/central-de-resultados/equatorial-transmissora-spe-08/;
- https://www.gov.br/cvm/pt-br;
- https://www.b3.com.br/pt_br/; e
- https://jornaldebrasilia.com.br/.

O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis completas foi emitido em 25 de março de 2024, sem modificações na opinião, pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**168**	152
Aplicações financeiras	**58.755**	65.179
Contas a receber de clientes	**24.202**	18.544
Impostos e contribuições a recuperar	**11.897**	15.305
Ativos de contrato	**224.694**	195.289
Outros ativos circulantes	**2.796**	13.214
Total do ativo circulante	**322.512**	307.683
Não circulante		
Impostos e contribuições a recuperar	**30**	30
Intangível	**277**	289
Ativos de contrato	**1.241.833**	1.159.390
Total do ativo não circulante	**1.242.140**	1.159.709
Total do ativo	**1.564.652**	1.467.392

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	**5.703**	6.084
Empréstimos e financiamentos	**31.300**	32.500
Debêntures	**4.276**	2.938
Impostos e contribuições a recolher	**10.901**	8.696
PIS e COFINS diferidos	**7.432**	5.925
Dividendos a pagar	**4.140**	3.656
Outros passivos circulantes	**5.779**	3.047
Total do passivo circulante	**69.531**	62.846
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	**394.458**	422.631
Debêntures	**233.473**	224.677
PIS e COFINS diferidos	**164.739**	146.655
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	**168.208**	147.512
Total do passivo não circulante	**960.878**	941.475
Patrimônio líquido		
Capital social	**171.171**	171.171
Reservas de lucros	**363.072**	291.900
Total do patrimônio líquido	**534.243**	463.071
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.564.652**	1.467.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita operacional líquida	**275.328**	191.210
Custo dos serviços prestados	**(71.373)**	(7.514)
Lucro bruto	**203.955**	183.696
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	**(2.318)**	(1.731)
Outras despesas operacionais	**(45)**	(47)
Total de despesas operacionais	**(2.363)**	(1.778)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**201.592**	181.918
Resultado financeiro	**(43.692)**	(57.650)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**157.900**	124.268
Impostos sobre o lucro	**(29.536)**	(24.608)
Lucro líquido do exercício	**128.364**	99.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)

	TRI	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**38.232**	**128.364**	99.660
Total resultados abrangentes	**38.232**	**128.364**	99.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	171.171	211.441	–	382.612
Dividendos adicionais distribuídos - 2021	–	(15.545)	–	(15.545)
Lucro líquido do exercício	–	–	99.660	99.660
Destinação do lucro:				
Constituição de reserva de incentivo fiscal	–	17.542	(17.542)	–
Constituição de reserva legal	–	4.106	(4.106)	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	–	–	(780)	(780)
Dividendos adicionais propostos	–	20.291	(20.291)	–
Constituição da reserva para investimento e expansão	–	56.941	(56.941)	–
Realização da reserva de lucros a realizar	–	**(2.876)**	–	(2.876)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**171.171**	**291.900**	**–**	**463.071**
Dividendos adicionais distribuídos - 2022	**–**	**(20.291)**	**–**	**(20.291)**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**128.364**	**128.364**
Destinação do lucro				
Constituição de reserva de incentivos fiscais	**–**	**24.479**	**(24.479)**	**–**
Constituição de reserva legal	**–**	**5.194**	**(5.194)**	**–**
Realização de reserva de lucros a realizar	**–**	**(3.153)**	**–**	**(3.153)**
Constituição de reserva para investimento e expansão	**–**	**39.671**	**(39.671)**	**–**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**(987)**	**(987)**
Dividendos intermediários pagos	**–**	**(2.500)**	**(30.261)**	**(32.761)**
Constituição de dividendos adicionais propostos	**–**	**27.772**	**(27.772)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**171.171**	**363.072**	**–**	**534.243**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**69.147**	69.790
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	**17.162**	(56.497)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(86.293)**	(43.931)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**16**	(30.638)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**152**	30.790
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**168**	152
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**16**	(30.638)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receitas	**315.021**	222.573
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	**(69.399)**	(5.440)
Valor adicionado bruto	**245.622**	217.133
Amortização	**(12)**	(10)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**245.610**	217.123
Valor adicionado recebido em transferência	**10.745**	6.027
Valor adicionado total a distribuir	**256.355**	223.150
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	**4.008**	2.821
Tributos	**69.972**	57.163
Remuneração de capitais de terceiros	**54.011**	63.506
Remuneração de capitais próprios	**128.364**	99.660
Valor adicionado	**256.355**	223.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional. A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade de propósito específico, anônima de capital aberto, constituída em 02 de junho de 2017, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistente na: (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230(*) kV, circuito um, circuito simples, com extensão aproximada de 61(*) km, com origem na Subestação Xingu e término na Subestação Altamira; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230(*) kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 188(*) km, com origem na Subestação Altamira e término na Subestação Transamazônica; (c) Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230(*) kV, circuito um, circuito simples, com extensão aproximada de 187(*) km, com origem na Subestação Transamazônica e término na Subestação Tapajós; (d) Subestação Tapajós, em 230/138 - 13,8 kV(*) Tapajós - 2 x 150 MVAR(*); (e) Compensador Síncrono de reativos (-75/+150 MVAR(*)) com transformadores e demais equipamentos associados; e (f) Compensador Síncrono de reativos (-55/+110 MVAR(*)) com. transformadores e demais equipamentos associados. A Companhia tem prazo de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. (*) Informação não auditada. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. 2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3. Políticas contábeis materiais.** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. **3.1. Reconhecimento da receita.** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura.** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. **(b) Receita de operação e manutenção (O&M).** A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. **(c) Remuneração dos ativos da concessão.** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2. Ativos de contrato.** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M). À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4. Subvenções e assistências governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.4.1. Benefícios fiscais. • REIDI:** A Companhia obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições Contribuição para o PIS e COFINS nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 16, de 11 de maio de 2022. **• SUDAM:** Em 30 de dezembro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 98/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. o direito a redução de 75% do IRPJ sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudam, com o prazo de vigência de 2020 até o ano de 2029. **3.5. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.6. PIS e COFINS diferidos.** Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação. **3.7. Instrumentos financeiros. 3.7.1. Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.7.2. Classificação e mensuração subsequente. a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

continua

EQUATORIAL TRANSMISSORA 8 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 27.967.244/0001-02

e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.7.3. Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.7.4. Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8. Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **4. Dividendos a pagar.** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**128.364**	99.660
(-) Reserva de incentivo fiscal	**(24.479)**	(17.542)
(-) Reserva legal	**(5.194)**	(4.106)
Lucro líquido ajustado	**98.691**	78.012
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	**987**	780
Realização da reserva de lucros a realizar – Dividendos mínimos	**3.153**	2.876
Dividendos adicionais propostos	**27.772**	20.291
Total dividendos	**31.912**	23.947

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	8
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	15.545
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	780
Dividendos da reserva de lucros a realizar	2.876
Pagamento de dividendos no exercício	(15.553)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.656
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	**20.291**
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	**987**
Dividendos da reserva de lucros a realizar	**3.153**
Dividendos intermediários distribuídos	**32.761**
Pagamento de dividendos no exercício	**(56.708)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.140**

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal". Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal" e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da "base de cálculo" da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). **5. Eventos subsequentes. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 27.772, decorrentes do resultado do exercício.

Conselho de Administração
Augusto Miranda da Paz Júnior - Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
José Silva Sobral Neto - Carlos Augusto Leone Piani

Comitê de Auditoria Estatutário
Carlos Augusto Leone Piani - João Alberto da Silva Neto - Tiago de Almeida Noel

Diretoria Executiva
Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Financeiro / Relação com os Investidores
Cristiano de Lima Logrado - Diretor
Ailton Costa Ferreira - Diretor
Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor

Geovane Ximenes de Lira - Superintendente - Contador - CRC PE 012996-O-3 S-DF

SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO

Casos de gripe aumentam

No entanto, exames realizados para dengue com resultado positivo teve queda

A cidade de São Paulo apresentou aumento de casos positivos para influenza A (vírus causador da gripe) e VSR (vírus sincicial respiratório) na última semana, segundo levantamento da rede de laboratórios Dasa. Entre os dias 24 de março e 6 de abril, houve um aumento de 3,7 pontos percentuais na positividade, que saltou de 27,4% para 31,1% em uma semana.

Foi o que aconteceu também com Brasília e com o Rio de Janeiro, cidades que obtiveram aumento de 7 e 2,6 pontos percentuais, respectivamente, no mesmo período.

A taxa de positividade se refere ao número de exames realizados em laboratório com resultado positivo para o vírus.

A taxa que se refere ao VSR, que gera complicações principalmente em crianças, subiu de 8% para 9,3% em São Paulo no período, tendência contrária às duas outras capitais, que tiveram redução na positividade.

Em contrapartida, os exames realizados para dengue com resultado positivo na capital paulista apresentaram queda na última semana: de 40,5% entre os dias 24 e 30 de março a 32,6% entre 31 de março e 6 de abril. A redução também foi observada no Rio e em Brasília.

É esperado que São Paulo atinja o platô (isto é, quando há uma estabilização de novos registros antes da queda) de casos em abril.

No último dia 25, teve início a vacinação contra a gripe pelo governo do estado de São Paulo. A vacina aplicada pelo Ministério da Saúde é trivalente - composta de duas cepas do influenza A e uma do B - e pode ser tomada na mesma ocasião de outros imunizantes.

Segundo a diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde (CVE), Tatiana Lang D'Agostini, a chegada do outono proporciona maior prevalência das doenças respiratórias como rinite, sinusite, gripes e resfriados. A mudança de estação pode favorecer o aumento de casos e a vacinação pode prevenir esse cenário.

Na segunda-feira passada, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a primeira vacina em gestantes que protege bebês de até um ano contra o VSR, principal responsável por infecções respiratórias agudas em bebês de até seis meses de idade, como a bronquiolite.

No dia 1º, a Anvisa aprovou a primeira vacina em gestantes que protege bebês de até um ano contra o VSR, principal responsável por infecções respiratórias

PEDRO VENTURA/AGÊNCIA BRASÍLIA

A vacina contra a gripe aplicada pelo Ministério da Saúde é trivalente -composta de duas cepas do influenza A e uma do B- e pode ser tomada na mesma ocasião de outros imunizantes

Recorde de mortes por causa do mosquito

O Brasil já registrou, de 1° de janeiro a 8 de abril deste ano, 1.116 mortes por dengue, segundo dados do Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde. O número já ultrapassa o total de mortes por dengue registrado em 2023, de 1.094 mortes. Dados da pasta mostram que outros 1807 óbitos estão em investigação.

O país havia batido recorde de mortes por dengue em 2023. O recorde anterior ocorreu em 2022, com 1.053 óbitos.

No ano 2000, o país registrou quatro mortes por dengue, em três estados: Minas Gerais (2), Espírito Santo (1) e Goiás (1). Até 2021, o país nunca havia alcançado o patamar de 1 mil mortos.

O número de mortes por dengue, em 2024, corresponde a uma média de 11 pessoas mortas por dia. O país ultrapassou em março o recorde de casos prováveis em um ano. Nessa terça, a marca já era de 2.963.994 casos.

Artigo recém publicado pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz analisa os óbitos por dengue e aponta ainda que a desassistência e a desatenção ao potencial agravamento que os pacientes podem apresentar são as principais razões associadas às mortes por dengue.

Na terça-feira, o Ministério da Saúde afirmou que o Brasil vive um momento de declínio da epidemia de dengue. Em sete estados e no Distrito Federal, o pico já foi atingido e a curva da doença é agora decrescente. Outras 12 unidades da federação estão em estabilidade. Mas sete estados, especialmente do Nordeste, têm tendência de aumento de casos e óbitos. (*Da Folhapress*).

PENITENCIÁRIA DE MOSSORÓ

Fugitivo alega agressões

A advogada Flávia Fróes, responsável pela defesa dos dois presos que fugiram da Penitenciária Federal de Mossoró (RN), afirma que Rogério da Silva Mendonça vem sofrendo agressões dentro do presídio após ser recapturado.

Rogério, conhecido como Martelo, e Deibson Cabral Nascimento, chamado de Tatu ou Deisinho, foram recapturados no Pará após 50 dias de fuga e foram levados de volta para o presídio de Mossoró.

"Rogério relatou que vem sofrendo agressões físicas lá na penitenciária de Mossoró. A defesa solicitou inicialmente um atendimento com o corregedor Walter Nunes e peticionamos para que sejam encaminhados para exame de corpo de delito", disse a advogada.

A declaração de Rogério, segundo a advogada, foi dada para a Polícia Federal e para a Justiça Federal na segunda-feira.

Exame no IML

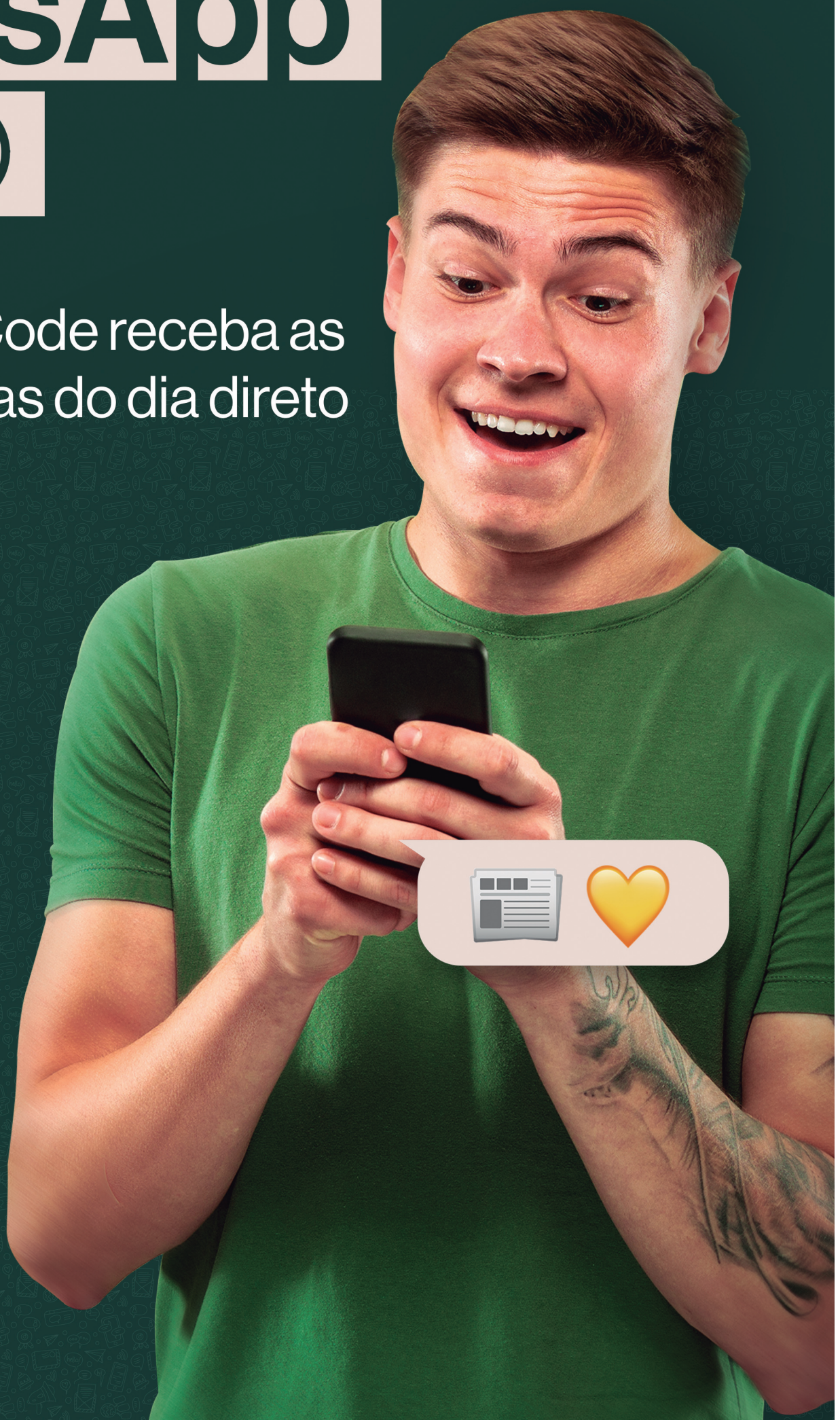
O Ministério da Justiça e Segurança Pública disse, por meio de nota, que os detentos fossem encaminhados ao Instituto Médico Legal (IML) nessa terça-feira para realizarem exames de corpo de delito.

Fróes afirma também que Rogério e Deibson não estão tendo acesso ao banho de sol desde que voltaram para a penitenciária. Sobre este ponto, o Ministério da Justiça afirmou que o banho de sol foi retornado também nesta terça, como estava previsto.

"Informamos, ainda, que o procedimento faz parte da rotina de reingresso ao sistema penitenciário. Ou seja, a retomada do banho de sol não é imediata, leva um tempo", acrescentou a pasta, em nota (*Da Folhapress*).

WhatsApp JBr

Escaneie o Qr Code receba as principais notícias do dia direto no seu celular.

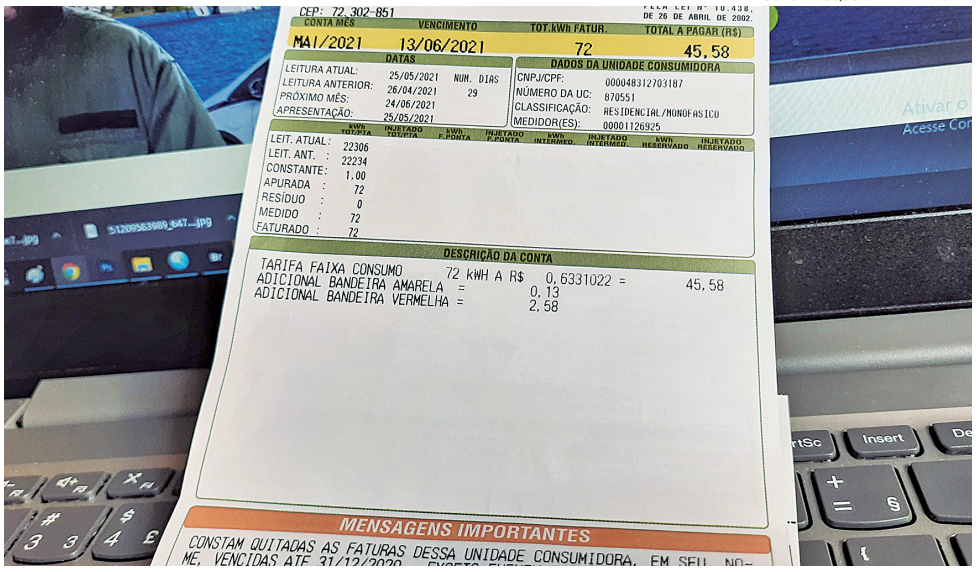


Jornal de Brasília

Economia

ENERGIA

ROSY SANTOS/JORNAL DE BRASÍLIA



O preço da energia é uma das principais preocupações do presidente Lula em meio à queda de popularidade identificada em pesquisas de opinião

Lula assina MP para reduzir conta de luz

Texto permite a antecipação de recursos pagos pela Eletrobras. Queda na tarifa pode chegar a 5%.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, uma MP com o objetivo de cortar as tarifas de luz no país. O preço da energia é uma das principais preocupações do mandatário em meio à queda de popularidade identificada em pesquisas de opinião.

O texto tem como objetivo central permitir a antecipação de recursos que seriam pagos pela Eletrobras, privatizada em 2022, e direcioná-los à redução de valores da conta de luz. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, são R$ 11 bilhões a serem securitizados e até 5% de redução nas tarifas.

O montante vai quitar prestações de dois empréstimos feitos pelo setor elétrico em momentos de crise, a Conta Covid (que cobriu perdas com a queda no consumo na pandemia) e a Conta Escassez Hídrica (que bancou térmicas durante a seca de 2022). Sem a antecipação, esses pagamentos pesariam no bolso do consumidor.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirma que a gestão de Jair Bolsonaro foi responsável pelos empréstimos, que, segundo ele, têm juros altos e encarecem a conta paga por empresas e famílias. "Foi uma bomba de efeito retardado que estourou no meu colo. No colo do consumidor", disse em entrevista à *Folha de S.Paulo.*

A autorização para a securitização dos recursos da Eletrobras é para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entidade privada que tem como tarefa a comercialização de energia no sistema interligado nacional.

Em um segundo ponto, a MP também prorroga prazos de projetos de geração de energia eólica, solar e de biomassa ao cronograma de implantação das linhas de transmissão leiloadas pelo atual governo para escoamento para o centro de carga.

E, em um terceiro ponto, a MP autoriza o redirecionamento de recursos a serem pagos pela Eletrobras em investimentos hídricos e redução de custos de geração ao corte de tarifas. O objetivo era, principalmente, atender o estado do Amapá — que, segundo o ministério, poderia ter um aumento de quase 50% nas contas de luz caso nada fosse feito.

Negociações

Esse ponto da MP passou por negociações de última hora. Conforme noticiou a *Folha de S.Paulo*, o governo passou a preparar mudanças para atender a interesses do Congresso.

O artigo original havia sido idealizado após um acordo entre Lula, o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) e o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O objetivo era justamente atender à demanda do Amapá, onde a conta de luz é a mais cara do país e ainda teria um reajuste de 44% — aumento que está suspenso.

A pedido de parlamentares, no entanto, o governo passou a estudar a supressão de dispositivos que autorizam o uso de dinheiro originalmente destinado à revitalização de rios e bacias hidrográficas para ajudar a reduzir a tarifa de energia elétrica nas áreas beneficiadas por essas verbas.

O impasse com os parlamentares surgiu porque o governo também previu na MP uma autorização para usar, no abatimento das tarifas, investimentos inicialmente carimbados para outras duas áreas de interesse dos congressistas: a revitalização do rio São Francisco e das bacias hidrográficas na área dos reservatórios da usina de Furnas.

Segundo participantes das negociações, a mudança desagradou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é mineiro e já atuou em defesa da preservação de verbas para a região de Furnas em outros momentos.

Diante da insatisfação manifestada por Pacheco e com o objetivo de evitar a derrota em votações no Senado, o governo passou a discutir um meio-termo. A ideia surgida foi manter a possibilidade de abater a tarifa de energia elétrica com os recursos dos investimentos destinados à redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal — trecho que beneficia o Amapá.

Já as autorizações para a redistribuição dos recursos destinados a outras áreas, como revitalizações do São Francisco e de Furnas, devem sair do texto segundo técnicos do governo.

NO NORDESTE

Petrobras anuncia segunda descoberta de petróleo do ano

A Petrobras informou nesta terça-feira que encontrou uma acumulação de petróleo em águas ultraprofundas na bacia Potiguar, na margem equatorial brasileira. É a segunda descoberta feita em 2024 na região, alvo de embate entre as áreas energética e ambiental do governo.

Batizado de Anhangá, o poço responsável pela segunda descoberta foi perfurado perto da divisa entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, a 190 quilômetros de Fortaleza. Fica a 24 quilômetros da primeira descoberta, chamada Pitu Oeste.

É uma região que já tinha atividade petrolífera em mar, o que facilitou a obtenção de licenças ambientais, ao contrário das bacias de Barreirinhas e Foz do Amazonas, para as quais a empresa já ouviu negativas do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A estatal ressaltou em nota que as descobertas ainda demandam avaliações para a comprovação de sua viabilidade econômica. E defendeu a busca por petróleo na região, alvo de críticas de organizações ambientalistas diante dos compromissos de redução do uso de combustíveis fósseis.

"As atividades exploratórias na margem equatorial representam mais um passo no compromisso da Petrobras em buscar a reposição de reservas e o desenvolvimento de novas fronteiras exploratórias que assegurem o atendimento à demanda global de energia durante a transição energética", disse.

No texto, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, diz que a empresa possui um histórico de quase três mil poços perfurados em águas profundas ou ultraprofundas, sem impacto ao meio ambiente, o que a habilita "a abrir novas fronteiras e lidar com total segurança suas operações na margem equatorial."

Exploração no Amapá

A licença ambiental para os dois poços na bacia Potiguar foi emitida pelo Ibama no fim de 2023, levando a Petrobras a rever seu planejamento e enviar para a região a sonda de perfuração que seria usada no bloco 59 da bacia da Foz do Amazonas, no litoral do Amapá.

A empresa, porém, mantém a esperança de rever a posição do Ibama com relação a esse bloco, considerado pelo setor de petróleo um importante teste para avaliar se o Brasil tem potencial para encontrar na região reservas gigantes como as encontradas em países vizinhos.

"O sucesso exploratório na Guiana e no Suriname corroboram a importância de a Petrobras continuar sua campanha nas Bacias da Margem Equatorial brasileira, conforme previsto no seu Plano Estratégico 2024-2028", afirma a Petrobras no comunicado divulgado nesta terça.

O plano prevê US$ 3,1 bilhões (cerca de R$ 15 bilhões) para a exploração da margem equatorial, com a previsão de 16 poços na região *(Da Folhapress)*.

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

Batizado de Anhangá, o poço responsável pela segunda descoberta foi perfurado perto da divisa entre o Rio Grande do Norte e o Ceará

GRUPO equatorial ENERGIA

Equatorial Transmissão S.A.

CNPJ/MF nº 23.520.790/0001-31

www.equatorialenergia.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissão S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R$ 1,137 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. O investimento em 2023, atingiram a marca R$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Entidades controladas.** A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	2023	2022
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	**100,00%**	100,00%
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	**100,00%**	100,00%
Echoenergia Participações S.A.	**100,00%**	100,00%
Echoenergia Crescimento S.A.	**100,00%**	100,00%

Resumo do percentual em operação por SPE:

	Status de operação comercial	RAP anual garantida após 100% de operação
Equatorial Transmissora 01	100,00%	R$ 108.720
Equatorial Transmissora 02	100,00%	R$ 99.100
Equatorial Transmissora 03	100,00%	R$ 145.827
Equatorial Transmissora 04	100,00%	R$ 259.021
Equatorial Transmissora 05	100,00%	R$ 121.615
Equatorial Transmissora 06	100,00%	R$ 151.666
Equatorial Transmissora 07	100,00%	R$ 129.172
Equatorial Transmissora 08	100,00%	R$ 181.60
Total		R$ 1.196.724

3. Relatório de Ações Sociais. Equatorial Transmissora 03. Foi assinado em março de 2022, o Acordo de Cooperação entre a Equatorial Transmissora 3 SPE e a Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio – PI, para a construção de uma quadra poliesportiva no bairro Aeroporto, solicitado pela prefeita Maria das Virgens, quando da nossa presença no município com um dos canteiros de obras para a implantação da LT 500kV Buritama – Queimada Nova. O projeto da quadra poliesportiva (futebol, vôlei e basquete) conta com alambrado, arquibancada para aproximadamente 250 pessoas, iluminação e banheiros (feminino, masculino e PCD). As obras da quadra poliesportiva (futebol, vôlei e basquete) foram iniciadas em novembro de 2022 e finalizadas em abril de 2023. O custo de investimento social foi de 508 mil. **4. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R$ 2,49 bilhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2023, o total de custos e despesas foi de R$ 1,012 bilhões. **EBITDA.** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R$ 1,96 bilhão. **Resultado financeiro.** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 703,47 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R$ 254,37 milhões. **Lucro líquido.** Em 2023, a Equatorial Transmissão S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R$ 502,79 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R$ 11,06 bilhões. As dívidas têm 19,78% de vencimentos no curto prazo.

Relacionamento com auditores externos: A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira, Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Ailton Costa Ferreira - Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor. Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**712.905**	267.857	**1.330.819**	826.673
Aplicações financeiras	5	**87.777**	30.816	**884.402**	500.293
Contas a receber de clientes		**–**	**–**	**287.291**	252.134
Dividendos a receber	6	**55.831**	**44.060**	**–**	–
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	**864**	**–**	**7.607**	–
Impostos e contribuições a recuperar		**–**	**–**	**19.991**	11.239
Mútuo a receber		**59.539**	–	**–**	**–**
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**9.684**	**4.300**	**114.636**	122.107
Adiantamento a fornecedores		**–**	999	**12.681**	56.067
Compromissos futuros	27	**–**	–	**10.744**	–
Outras contas a receber		**6.474**	29.004	**85.896**	82.381
Ativos de contrato	9	**–**	**–**	**1.388.395**	1.238.435
Total do ativo circulante		**933.074**	377.036	**4.142.462**	3.089.329
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	**–**	**–**	**509.470**	523.122
Contas a receber de clientes		**–**	**–**	**36.363**	**38.230**
Impostos e contribuições a recuperar		**2**	**–**	**32**	**30**
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**–**	**–**	**387**	6.980
Depósitos judiciais	18	**–**	**–**	**20.113**	18.392
Compromissos futuros	27	**–**	**–**	**13.115**	–
Outras contas a receber		**–**	**–**	**14.568**	5.337
Investimentos	7	**11.506.645**	10.319.215	**–**	**–**
Imobilizado	8	**1.789**	1.522	**7.168.146**	4.925.018
Intangível	10	**12.617**	7.752	**5.058.308**	5.362.361
Ativos de contrato	9	**–**	**–**	**8.784.939**	8.544.763
Direito de uso		**–**	**–**	**486.480**	**106.872**
Total do ativo não circulante		**11.521.053**	10.328.489	**22.091.921**	19.531.105
Total do ativo		**12.454.127**	10.705.525	**26.234.383**	22.620.434

Passivo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	11	**1.922**	3.032	**165.374**	142.710
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		**478**	2.166	**17.303**	22.541
Empréstimos e financiamentos	12	**200.079**	**–**	**1.994.129**	388.448
Debêntures	13	**82.778**	**79.825**	**193.813**	168.177
Impostos e contribuições a recolher		**1.273**	369	**31.744**	23.309
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		**32**	8	**77.627**	70.710
Dividendos a pagar	17	**47.302**	36.962	**47.302**	36.962
Participação nos lucros		**–**	**5.566**	**6.852**	**5.566**
PIS e COFINS diferidos	15	**–**	–	**49.441**	42.859
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	**–**	**–**	**20.147**	**15.719**
Passivo de arrendamento		**–**	**–**	**1.723**	**2.510**
Compromissos futuros	27	**–**	**–**	**10.527**	**–**
Provisão para ressarcimento	14	**–**	**–**	**157.047**	**164.215**
Outras contas a pagar		**1.988**	**1.993**	**64.344**	76.079
Total do passivo circulante		**335.852**	129.921	**2.837.373**	1.159.805
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	**–**	**–**	**6.426.674**	6.359.699
Debêntures	13	**931.912**	**956.627**	**2.444.543**	2.789.233
Impostos e contribuições a recolher		**–**	**–**	**3.628**	5.133
PIS e COFINS diferidos	15	**–**	**–**	**1.096.063**	**1.004.448**
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	16.1	**–**	**–**	**1.460.385**	1.327.670
Provisão para riscos judiciais	18	**–**	**–**	**7.000**	7.000
Passivo de arrendamento		**–**	**–**	**64.347**	**64.893**
Compromissos futuros	27	**–**	**–**	**12.024**	**–**
Provisão para ressarcimento	14	**–**	**–**	**112.003**	**64.520**
Outras contas a pagar		**–**	**–**	**583.980**	219.056
Total do passivo não circulante		**931.912**	956.627	**12.210.647**	11.841.652
Patrimônio líquido					
Capital social	19.1	**8.535.042**	7.427.042	**8.535.042**	7.427.042
Reserva de capital		**8.727**	8.112	**8.727**	8.112
Reserva de lucros	19.2	**2.655.026**	2.199.542	**2.655.026**	2.199.542
Ajuste de avaliação patrimonial		**(12.432)**	(15.719)	**(12.432)**	(15.719)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia					
Participação dos acionistas não controladores		**11.186.363**	9.618.977	**11.186.363**	9.618.977
Total do patrimônio líquido		**11.186.363**	9.618.977	**11.186.363**	9.618.977
Total do passivo e patrimônio líquido		**12.454.127**	10.705.525	**26.234.383**	22.620.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Reservas de lucros: Reserva para investimento e expansão	Reservas de lucros: Reserva de dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		288.318	6.850	104.640	1.751.908	135.466	51.574	–	–	2.338.756
Aumento de capital		7.138.724	–	(104.640)	–	–	–	–	–	7.034.084
Valor justo das opções de compra (*vesting period*)		–	1.262	–	–	–	–	–	–	1.262
Resultado abrangente do exercício										
Resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa		–	–	–	–	–	–	(15.719)	–	(15.719)
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos		–	–	–	–	–	(51.574)	–	–	(51.574)
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	–	(33.645)	–	–	–	–	(33.645)
Destinação do lucro				–						
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	349.130	349.130
Constituição da reserva legal		–	–	17.457	–	–	–	–	(17.457)	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	–	(3.317)	(3.317)
Constituição da reserva para investimentos e expansão		–	–	–	–	328.356	–	–	(328.356)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		7.427.042	8.112	17.457	1.718.263	463.822	–	(15.719)	–	9.618.977
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**7.427.042**	**8.112**	**17.457**	**1.718.263**	**463.822**	**–**	**(15.719)**	**–**	**9.618.977**
Aumento de capital		**1.108.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.108.000**
Valor justo das opções de compra *(vesting period)*		–	615	–	–	–	–	–	–	615
Resultado abrangente do exercício										
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.287**	**–**	**3.287**
Realização da reserva de lucros a realizar		**–**	**–**	**–**	**(42.526)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(42.526)**
Destinação do lucro										
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**502.786**	**502.786**
Constituição da reserva legal		**–**	**–**	**25.139**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(25.139)**	**–**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(4.776)**	**(4.776)**
Constituição de dividendos adicionais propostos		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**69.985**	**–**	**(69.985)**	**–**
Constituição da reserva para investimentos e expansão		**–**	**–**	**–**	**–**	**402.886**	**–**	**–**	**(402.886)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**8.535.042**	**8.727**	**42.596**	**1.675.737**	**866.708**	**69.985**	**(12.432)**	**–**	**11.186.363**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**502.786**	349.130	**502.786**	349.130
Ajuste para:				
Amortização e depreciação	104	816	224.641	212.355
Amortização do direito de concessão	–	–	283.180	239.430
Resultado de equivalência patrimonial	(604.851)	(462.544)	–	–
Margem da receita de construção	–	–	–	(125.348)
Remuneração de ativo contratual	–	–	(1.463.750)	(1.422.140)
Receita de operação e manutenção	–	–	(133.629)	–
Baixa de imobilizado e intangível	–	–	30.335	20.386
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	111.715	112.629	903.003	904.503
Provisão e atualização de encargos setoriais	–	–	–	11.477
Rendimentos de aplicações financeiras	(13.076)	(17.118)	(207.922)	(177.721)
PIS e COFINS diferidos	–	–	98.197	94.616
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	–	–	132.715	142.536
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	–	–	121.653	91.845
Valor justo das opções de compra	615	1.262	615	1.262
Provisão da participação nos lucros	–	5.388	–	5.388
Outros resultados abrangentes	–	–	(4.267)	–
	(2.707)	(10.437)	487.557	347.719
Variações em:				
Contas a receber de clientes	–	–	1.271.831	1.221.670
Mútuo a receber	(59.539)	–	–	–
Depósitos judiciais	–	–	(1.721)	(1.513)
Impostos e contribuições a recuperar	(2)	(2.814)	(8.754)	(5.782)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(5.384)	–	(3.541)	(50.345)
Ativos de contrato	–	–	(97.878)	(5.465)
Adiantamentos a fornecedores	999	(200)	43.386	(18.089)
Dividendos recebidos	409.948	–	–	–
Outras contas a receber	22.530	(20.971)	(12.746)	196.651
Compromisso futuro	–	–	(1.308)	–
Fornecedores	(1.110)	1.459	22.664	21.719
Impostos e contribuições a recolher	904	(171)	6.930	5.038
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	24	1	(64.129)	(10.293)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(1.688)	(781)	(5.238)	6.338
Participação nos lucros	(5.566)	(5.677)	1.286	(5.677)
Provisão para ressarcimento	–	–	40.315	62.830
Outras contas a pagar	(5)	1.993	267.252	(193.298)
Passivo de arrendamento	–	–	(300.301)	–
Recebimento de dividendo	–	290.177	–	–
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**361.111**	**263.016**	**1.158.048**	**1.223.784**
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(33.002)	(33.871)
Juros pagos/recebidos	(61.663)	(51.195)	(538.987)	(574.171)
	(61.663)	(51.195)	(571.989)	(608.042)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**296.741**	**201.384**	**1.073.616**	**963.461**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no ativo intangível e imobilizado	(5.236)	(4.200)	(2.471.175)	(200.601)
Aumento de capital em investidas	(1.001.800)	(1.311)	–	–
Aquisição de investimento	–	(7.008.993)	–	–
Caixa líquido adquirido na aquisição de investimento	–	–	–	(6.623.668)
Aplicações financeiras	(43.885)	98.205	(162.535)	149.604
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.050.921)	(6.916.299)	(2.633.710)	(6.674.665)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	200.000	–	2.038.000	39.612
Amortização de empréstimos e financiamentos	–	–	(566.795)	(322.398)
Amortização de debêntures	(71.735)	–	(478.003)	(82.944)
Emissão de instrumento financeiro	(75)	–	–	–
Amortização de passivo de arrendamentos	–	–	–	(748)
Partes relacionadas - Amortização de principal de mútuo	–	–	–	(130.000)
Aumento de capital	1.108.000	7.034.084	1.108.000	7.034.084
Dividendos pagos	(36.962)	(51.574)	(36.962)	(51.574)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.199.228	6.982.510	2.064.240	6.486.032
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**445.048**	**267.595**	**504.146**	**774.828**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	267.857	262	826.673	51.845
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	712.905	267.857	1.330.819	826.673
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**445.048**	**267.595**	**504.146**	**774.828**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas	20	**–**	**–**	**1.227.796**	947.649
Receita de remuneração de ativos de contrato	20	**–**	**–**	**1.268.167**	1.290.592
Receita operacional líquida	20	**–**	**–**	**2.495.963**	2.238.241
Custo dos serviços prestados	21	**–**	**–**	**(654.303)**	(553.616)
Lucro bruto		**–**	**–**	**1.841.660**	1.684.625
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	**(19.567)**	(20.708)	**(358.327)**	(318.887)
Resultado da equivalência patrimonial	7	**604.851**	462.544	**–**	**–**
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	22	**(2.126)**	**(170)**	**(22.704)**	**780**
Total de receitas (despesas) operacionais		**583.158**	441.666	**(381.031)**	(318.107)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		**583.158**	441.666	**1.460.629**	1.366.518
Receitas financeiras	23	**52.882**	22.240	**246.651**	185.689
Despesas financeiras	23	**(133.254)**	(114.776)	**(950.126)**	(968.696)
Resultado financeiro		**(80.372)**	(92.536)	**(703.475)**	(783.007)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**502.786**	349.130	**757.154**	583.511
Imposto de renda e contribuição social - correntes	16.4	**–**	**–**	**(121.653)**	(91.845)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16.4	**–**	**–**	**(132.715)**	(142.536)
Impostos sobre o lucro		**–**	**–**	**(254.368)**	(234.381)
Lucro líquido do exercício		**502.786**	349.130	**502.786**	349.130
Lucro por ação básico e díluido - R$	19.4	**0,05891**	0,04768		
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhares de ações)		**7.553.747**	**7.322.318**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**502.786**	349.130	**2.495.963**	349.130
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa	**3.287**	**(15.719)**	**3.287**	**(15.719)**
Total de outros resultados abrangentes	**506.073**	333.411	**2.499.250**	333.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Receitas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	**–**	–	**97.878**	107.282
Receita de remuneração de ativos de contrato	**–**	–	**1.463.750**	1.422.140
Receita de operação e manutenção	**–**	–	**133.629**	93.685
Receita de geração eólica	**–**	–	**1.067.985**	871.697
Outras receitas operacionais líquidas	**–**	–	**3**	127
	–	–	**2.763.245**	2.494.931
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos serviços prestados	**–**	–	**(99.858)**	(11.124)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(7.081)**	(5.255)	**(328.613)**	(266.209)
Variações das margens dos ativos de contrato	**–**	–	**–**	(70.154)
Outras receitas	**(2.126)**	(170)	**(22.704)**	780
	(9.207)	(5.425)	**(451.175)**	(346.707)
Valor adicionado bruto	**(9.207)**	(5.425)	**2.312.070**	2.148.224
Depreciação e amortização	**(104)**	(816)	**(218.585)**	(212.355)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**(9.311)**	(6.241)	**2.093.485**	1.935.869
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	**54.634**	23.325	**253.928**	190.680
Resultado de equivalência patrimonial	**604.851**	462.544	**–**	–
Amortização do direito da concessão	**–**	–	**(283.180)**	(239.430)
	659.485	485.869	**(29.252)**	(48.750)
Valor adicionado total a distribuir	**650.174**	479.628	**2.064.233**	1.887.119
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	**6.506**	3.463	**54.649**	55.120
Benefícios	**4.177**	4.569	**13.322**	10.034
FGTS	**429**	1.468	**2.506**	3.056
	11.112	9.500	**70.477**	68.210
Tributos				
Federais	**3.022**	5.862	**540.448**	500.047
Estaduais	**–**	–	**15**	92
Municipais	**–**	–	**4**	–
	3.022	5.862	**540.467**	500.139
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	**131.974**	112.629	**868.708**	894.926
Aluguéis	**–**	360	**377**	944
Outros	**1.280**	2.147	**81.418**	73.770
	133.254	115.136	**950.503**	969.640
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	**–**	3.317	**–**	3.317
Lucro líquido retido no exercício	**502.786**	345.813	**502.786**	345.813
	502.786	349.130	**502.786**	349.130
Valor adicionado	**650.174**	479.628	**2.064.233**	1.887.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSÃO S.A. | CNPJ/MF nº 23.520.790/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissão S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, foi constituída em 16 de setembro de 2015, com objetivo de: (a) transmitir energia, comercializar energia e prestar serviços correlatados; (b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de transmissão de energia; (c) implementar e explorar ativos de geração e comercialização de energia elétrica de fontes renováveis, principalmente eólica; (d) prestar serviço de consultoria e engenharia dentro de sua área de atuação; (e) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial; e (f) participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Equatorial Energia S.A. é controladora da "Equatorial Transmissão S.A."

1.1 Entidades Controladas

A Companhia mantém investimentos conforme desmonstrados a seguir:

Transmissão de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado (Sede)	Área de operação (linha de transmissão)	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Término da concessão	RAP + CDE(*)	Índice de reajuste RAP(**)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Brasília	Bahia	007/2017	30 anos	09/02/2047	R$ 119.686	3,94%
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Brasília	Bahia	008/2017	30 anos	09/02/2047	R$ 108.325	3,94%
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Brasília	Bahia e Piauí	010/2017	30 anos	09/02/2047	R$ 156.063	3,94%
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	012/2017	30 anos	09/02/2047	R$ 284.664	3,94%
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	013/2017	30 anos	09/02/2047	R$ 130.845	3,94%
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Brasília	Bahia e Minas Gerais	014/2017	30 anos	09/02/2047	R$ 162.812	3,94%
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	Sociedade anônima aberta	Direta, 100%	Brasília	Pará	020/2017	30 anos	09/02/2047	R$ 139.553	3,94%
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	Sociedade anônima aberta	Direta, 100%	Brasília	Pará	048/2017	30 anos	20/07/2047	R$ 203.173	3,94%

Geração de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado	Área de operação	Energia contratada (MWm)	Inicio outorga	Final outorga
Eólica Baixa Verde S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	6	11/08/2010	11/08/2045
Eólica Moxotó S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	8,4	18/04/2011	18/04/2046
Eólica Pedra do Reino S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	Bahia	10	30/06/2010	30/06/2045
Eólicatec Sobradinho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Bahia	Bahia	6,8	03/08/2011	03/08/2046
Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	26/12/2018	26/12/2053
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	26/12/2018	26/12/2053
Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	26/12/2018	26/12/2053
Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	21/03/2019	21/03/2054
Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	21/03/2019	21/03/2054
Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	21/03/2019	21/03/2054
Vila Echoenergia Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	26/03/2019	26/03/2054

Geração de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado	Área de operação	Energia contratada (MWm) (***)	Inicio outorga	Final outorga
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Rio Grande do Norte	Variável	26/03/2019	26/03/2054
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Piauí	Não operacional	–	(a)	–
Serra do Mel VIII Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Serra do Mel IX Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Serra do Mel X Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	15,3	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	14,2	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	14,5	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta,100%	Pernambuco	Pernambuco	14,6	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	15,7	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	13,3	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	10,7	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Pernambuco	Pernambuco	9,5	27/11/2014	27/11/2049
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,1	30/06/2011	30/06/2046
Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	14	08/07/2011	08/07/2046
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,5	08/07/2011	08/07/2046
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	14,1	04/07/2011	04/07/2046
Nova Ventos de Tianguá do Norte Energias Renováveis S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará	Ceará	13,1	04/07/2011	04/07/2046
Eólica Serra de Santana S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	8,1	17/08/2011	17/08/2046
Eólica Lagoa Nova S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,5	03/08/2011	03/08/2046
Eólica Seridó S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	12,7	11/08/2011	11/08/2046
Eólica Paraíso S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	9	02/05/2012	02/05/2047
Eólica Lanchinha S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,2	02/05/2012	02/05/2047
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	13,6	14/07/2014	14/07/2049
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	9	18/07/2014	18/07/2049
Eólica Pedra Rajada S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	11	02/04/2015	02/04/2050
Eólica Pedra Rajada II S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	10,1	02/04/2015	02/04/2050
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Bahia	9,7	12/05/2016	12/05/2051
Eólica Boa Esperança I S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	14,4	20/08/2015	20/08/2050
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Variável	12/03/2020	12/03/2055
Ribeiro Gonçalves Solar V S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Sertão Solar Barreiras XV S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Sertão Solar Barreiras XVI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Sertão Solar Barreiras XVII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Sertão Solar Barreiras XIX S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Sertão Solar Barreiras XX S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–
Sertão Solar Barreiras XXI S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo	Não operacional	–	(a)	–

Comercialização de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado
Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo

Prestação de serviços:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte

Holdings:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado
Echoenergia Participações S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	São Paulo
Echoenergia Crescimento S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	São Paulo
Echo Holding 1 S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará
Ventos de São Clemente Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará
Ventos de São Jorge Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Ceará
Serra do Mel Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	São Paulo
Serras Holding S.A.	Sociedade anônima fechada	Indireta, 100%	Rio Grande do Norte
Ribeiro Gonçalves Solar Holding Ltda.	Sociedade limitada	Indireta, 100%	São Paulo

(*) Receita Anual Permitida (RAP). Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). (**) A ANEEL realizou a revisão tarifária nas SPEs 01 a 07 e reajuste tarifário da SPE 08, e por meio da Resolução Homologatória 3.216/2023 (vigente a partir 04 de julho de 2023) reajustou a RAP das SPEs 01 a 08. (***) Referente ao total de energia contratada em MWm. Informação não revisada. (a) Empresas pré-operacionais e com previsão para a entrada em operação no segundo semestre de 2024. As controladas SPE 01, SPE 02, SPE 03, SPE 04, SPE 05, SPE 06, SPE 07, SPE 08, Echoenergia Participações S.A. e a Echoenergia Crescimento S.A. serão doravante mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como "controladas diretas". As Transmissoras controladas da Companhia encontram-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. Contudo, a energização dos empreendimentos e sua colocação em operação comercial, não encerra todos os demais custos inerentes à construção. Em 31 de dezembro de 2023, os custos de construção referem-se aos reforços e melhorias em andamento da SPE 08, relacionados a REA nº 10.861/2021, com prazo de conclusão até 24 meses e ao Despacho nº 2.940/2022, com prazo de conclusão de até 18 meses e da SPE 01, relacionados a REA nº 14.106/2023, com prazo de conclusão até 12 meses e Contrato de Concessão nº 07/2017. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme na Companhia e suas controladas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação. **1.2. Cisão parcial Echoenergia Participações S.A. e Echoenergia Crescimento S.A.** Em 21 de julho de 2023 foi concluído o processo de cisão parcial de determinados ativos e passivos da Companhia, aprovada por meio de Assembleia Geral Extraordinária, concretizada com o objetivo de transferir operações contratadas pela Companhia Echoenergia Participações S.A. iniciando o processo de segregação dos ativos em construção dos projetos remanescentes de Barreiras que estão alocados nas investidas Sertão Solar Barreiras XV, Sertão Solar Barreiras XVI, Sertão Solar Barreiras XVII, Sertão Solar Barreiras XVIII, Sertão Solar Barreiras XIX, Sertão Solar Barreiras XX e Sertão Solar Barreiras XXI, assim como os ativos em construção dos projetos de Ribeiro Gonçalves, Sol Serra do Mel VIII, Sol Serra do Mel IX e Sol Serra do Mel X. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. 2.1 Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As controladas da Companhia também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de março de 2024. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3 Moeda funcional e de apresentação.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. 2.4.1 Julgamentos sobre premissas e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Consolidação	Nota 3.1	Determinação de valor justo de ativos e passivos adquiridos, bem como da contraprestação transferida.
Equivalência patrimonial em investidas	Notas 3.1.2 e 7	Determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
Receita operacional líquida	Notas 3.2 e 20	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção;
Ativos de contrato	Notas 3.4 e 9	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão;
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	Notas 3.6.2 e 16	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias;
Instrumentos financeiros	Notas 3.7 e 24	Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos intrumentos financeiros.
Imobilizado	Notas 3.13 e 8	Cálculo da depreciação do ativo imobilizado e provisão para desmobilização;
Intangível	Nota 10	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão
Combinação de negócios	Nota 1.2	Processo de Cisão parcial da Echoenergia Participações S.A. e Echoenergia Crescimento S.A.
Provisão para riscos judiciais	Nota 18	Reconhecimento de provisões para riscos judiciais por meio da avaliação da probabilidade de perda.

2.4.2 Mensuração do valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *(inputs)* utilizadas nas técnicas de avaliação da forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 24.2 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.14.2. **3.1 Base de consolidação. 3.1.1 Controladas.** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **3.1.2 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui investimentos em coligadas ou controladas em conjunto. **3.1.3 Transações eliminadas na consolidação.** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo nas controladas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2. Reconhecimento de receita.** As controladas da Companhia reconhecem as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47/ IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, ou à medida que satisfazem a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida o cliente obtém os serviços contratados. As controladas da Companhia reconhecem receita das principais fontes de receitas a seguir: **3.2.1 Transmissão. (i) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura.** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. **(ii) Receita de operação e manutenção (O&M).** A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. **(iii) Remuneração dos ativos da concessão.** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre o ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear , sob a rubrica remuneração do ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2.2 Geração de energia renovável. (i) Receitas provenientes da geração e comercialização de energia elétrica.** A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas indiretas da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pelas controladas indiretas da Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada); e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos das controladas indiretas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada. Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia. As controladas indiretas da Companhia consideram que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia e suas controladas mensuram a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.4 Ativos de contrato.** O serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e as controladas transmissoras da Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que as controladas transmissoras da Companhia realizem a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. As controladas da Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebem a título de contraprestação da Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M). À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativos de contrato, até a devida homologação pela ANEEL, e início da fase de operação. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que as controladas da Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contrato se originam na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. Os ativos contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que as controladas da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, as controladas transmissoras da Companhia estimam a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativos de contrato reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa das controladas da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativos de contrato é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando as controladas da Companhia avaliam que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.5 Subvenções e assistências governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando as controladas da Companhia receberem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.5.1 Benefícios fiscais.** A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiram Laudos Constitutivos que outorgam às controladas da Companhia o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, diversificação de empreendimento de infraestrutura e implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudene:

Empresa	Benefício Fiscal	Emissão	Laudo Constitutivo	Vigência
SPE 01	SUDENE	26/10/2020	80/2020	2021 a 2030
SPE 02	SUDENE	26/10/2020	79/2020	2021 a 2030
SPE 03	SUDENE	19/10/2021	146/2021	2022 a 2031
SPE 04	SUDENE	18/08/2021	104/2021	2021 a 2030
SPE 05	SUDENE	18/08/2021	105/2021	2022 a 2031
SPE 06	SUDENE	22/12/2021	216/2021	2022 a 2031
SPE 07	SUDAM	03/05/2022	10/2022	2022 a 2031
SPE 08	SUDAM	30/12/2020	98/2020	2020 a 2029

REIDI. A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A, controlada da Companhia, obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 16, de 11 de maio de 2022. **3.6 Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social,

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSÃO S.A. | CNPJ/MF n° 23.520.790/0001-31

limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia e suas controladas. **3.6.1 Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6.2 Imposto de renda e contribuição social diferido.** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.7 Instrumentos financeiros. 3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial.** Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.7.2 Classificação e mensuração subsequente. (a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia e suas controladas não possuem ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio.** A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia e de suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.7.3 Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros.** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros.** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.7.4 Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*.** A controlada direta Echoenergia mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo: ***Hedge* de fluxo de caixa.** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 23.3 – Instrumentos financeiros derivativos. **3.8 Capital social. 3.8.1 Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstradas no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.9 Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 1% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores. A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*).** As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia e suas controladas concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.11 Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais.** As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12 Demonstração de valor adicionado.** A Companhia e suas controladas elaboraram a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **3.13 Imobilizado. 3.13.1 Reconhecimento e mensuração.** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros". Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão ou distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. Os montantes registrados de bens e instalações fazem parte do ativo vinculado às respectivas concessões. Portanto, fazem parte do escopo das políticas descritas nas notas 3.5 Ativo financeiro da concessão e 3.7 Ativos intangíveis. **3.13.2 Depreciação.** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. No exercício de 2023, as vidas úteis dos ativos imobilizados das empresas investidas da Echoenergia Participações S.A. foram revistas por meio de estudos realizados por consultores externos, cujo objetivo era avaliar a vida útil dos bens mediante a utilização dos mesmos. Os bens sofreram recálculo das cotas de depreciação a partir do valor contábil em janeiro de 2023 e vidas úteis remanescentes. Os ajustes das diferenças entre os valores contabilizados ao longo do exercício de 2023 (janeiro a dezembro) foram registrados no mês de dezembro. Por se tratar de mudança de estimativa, nos moldes do Pronunciamento Técnico CPC 23 -Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e Retificação de erro, os impactos das revisões das vidas úteis foram reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras. O impacto positivo ocasionado por esta mudança de estimativa foi de R$ 48 milhões no resultado do exercício. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores que os prazos de autorização dos parques eólicos.

Unidade de geração eólica – Pás	25 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	30 anos
Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft	20 anos
Unidade de geração eólica – Poste e torre	35 anos
Unidade de geração eólica – Transformador	40 anos
Construções e benfeitorias	50 anos
Máquinas e equipamentos (geral)	26 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamento de informática	5 anos

3.13.3 Provisão para desmobilização. As provisões para desmobilização são reconhecidas pelas controladas que, ao final do prazo contratual de arrendamento (entre os anos de 2047 e 2066), têm a obrigação de restituir as terras nas condições anteriores à implementação dos parques eólicos. Estas provisões são mensuradas com base na estimativa dos custos relacionados à desmontagem dos aerogeradores, locação de gruas, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para a desmontagem e a destinação final dos itens descartados, sendo reconhecidas a valor presente. O valor presente da obrigação com desmobilização é calculado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores presentes no parque eólico. A Companhia reconhece no resultado o ajuste a valor presente em relação ao fluxo de caixa futuro como custo de financiamento. **3.14 Principais mudanças nas políticas contábeis. 3.14.1 Novas normas, alterações e interpretações.** O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e suas controladas e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50				
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia e suas controladas
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20				
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21				
Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em-preendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) –Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Sem impactos relevantes nas políticas contábeis da Companhia
Alteração no IFRS 16				
O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de *sale and laseback*	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Sem impactos relevantes nas políticas contábeis da Companhia

3.14.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
(a) CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)				
Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	IFRS 7/ IAS 7	26/12/2023	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Medida Provisória n° 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e depósitos bancários à vista	33	28	**72.357**	21.599
Equivalentes de caixa				
Aplicação direta				
Certificado de depósito bancário - CDB (a)	**712.872**	111.654	**1.182.937**	630.847
Operações compromissadas	**–**	156.175	**19.498**	157.650
Fundo de investimento				
Operações Compromissadas	–	–	**34.903**	6.227
Certificado de Depósito Bancário – CDB (a)	–	–	**19.634**	8.468
Títulos públicos	–	–	**1.490**	1.882
Subtotal de caixa e equivalentes	**712.872**	267.829	**1.258.462**	805.074
Total	**712.905**	267.857	**1.330.819**	826.673

(a) Referem-se a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 102,17% do CDI (99,40% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

5. Aplicações financeiras

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fundos de investimentos (a)				
Cotas de fundos de investimento	**87.777**	30.816	**659.621**	357.711
Cotas de fundos de investimento (FIDC)	**–**	–	**258**	–
Títulos públicos	**–**	–	**94.504**	19.113
Letra financeira	**–**	–	**52.303**	17.899
Fundo de investimento aberto	**–**	–	**–**	2.027
Recursos vinculados (b)	**–**	–	**77.716**	103.543
Total circulante	**87.777**	30.816	**884.402**	500.293
Não circulante				
Recursos vinculados (b)	**–**	**–**	**509.470**	482.446
Contas centralizadoras	**–**	**–**	**–**	40.676
Total não circulante	**–**	**–**	**509.470**	523.122
Total	**87.777**	30.816	**1.393.872**	1.023.415

(a) Os fundos de investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido), conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; (b) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos; e A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, equivale a 98,44% do CDI (97,80 % do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente, dos contratos de compartilhamentos, empréstimos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	Controladora 2023 Ativo (passivo)	Controladora 2023 Efeito no resultado receita (despesa)	Controladora 2022 Ativo (passivo)	Controladora 2022 Efeito no resultado receita (despesa)
Clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		–	–	–	1.443
Total		–	–	–	1.443
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		–	–	–	955
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		–	–	–	1.121
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		–	–	–	216
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		–	–	–	351
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)		–	–	–	2.054
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a)	**1.159**	**4.126**	860	1.781
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a)	**1.142**	**4.066**	852	1.617
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a)	**1.503**	**5.367**	1.123	2.352
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.		**–**	**–**	–	3.708
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	**1.208**	**3.824**	724	1.708
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.		**–**	**–**	–	2.117
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	**480**	**1.667**	329	1.342
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	**698**	**2.424**	479	2.019
Total		**6.190**	**21.474**	4.367	21.341
Dividendos a receber					
Controladas diretas					
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.		**9.552**	–	2.116	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.		**1.588**	–	6.381	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A		**7.115**	–	4.647	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.		**11.539**	–	9.962	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.		**6.665**	–	4.412	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.		**9.024**	–	7.123	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.		**6.208**	–	5.763	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.		**4.140**	–	3.656	–
Total		**55.831**	–	44.060	–
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços	(b)	**(10)**	–	–	–
Equatorial Telecomunicações S.A.	(c)	**(2)**	**(14)**	–	–
Equatorial Energia S.A.	(d)	**(461)**	**(461)**	–	–
Total:		**(473)**	**(475)**	–	–
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Echoenergia Participações S.A.	(e)	**(1.981)**	–	(1.981)	–
Dividendos a pagar					
Controladora					
Equatorial Energia S.A.		**(47.302)**	–	(36.962)	–
Empréstimos					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Echoenergia Crescimento S.A.	(f)	**(59.541)**	–	–	–

Empresas	Nota	Consolidado 2023 Ativo (passivo)	Consolidado 2023 Efeito no resultado receita (despesa)	Consolidado 2022 Ativo (passivo)	Consolidado 2022 Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(g)	**1.123**	**–**	1.091	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(g)	**7.244**	**–**	7.007	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(g)	**722**	**–**	722	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(g)	**770**	**–**	786	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	(g)	**2.339**	**–**	1.925	–
Companhia de Eletricidade do Amapá	(g)	**127**	**–**	127	–
Equatorial Goias Distribuidora de Energia S.A.	(g)	**2.129**	**–**	–	–
Total		**14.454**	**–**	11.658	–
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(h)	**300**	**792**	3	958
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(h)	**985**	**1.104**	4	1.125
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(h)	**125**	**332**	1	217
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(h)	**209**	**552**	2	353
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	(h)	**169**	**451**	2	2
Companhia de Eletricidade do Amapá	(h)	**23**	**61**	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(h)	**1.794**	**419**	–	2.054
Solenergias Comercializadora de Energia S.A.	(h)	**2.450**	**–**	–	–
Echoenergia Crescimento S.A.	(i)	**952**	**–**	–	–
Echoenergia Participações S.A.	(h)	**–**	**–**	6.348	–
Equatorial Transmissão S.A.	(h)	**1.981**	**–**	–	–
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(h)	**2.277**	**4.387**	–	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(h)	**2.242**	**4.322**	–	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(h)	**3.137**	**5.750**	–	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(h)	**1**	**5**	–	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(h)	**2.419**	**4.106**	–	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(h)	**1.361**	**316**	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(h)	**1.917**	**2.001**	–	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(h)	**2.584**	**2.862**	–	–
Total		**24.926**	**27.460**	6.360	4.709
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Energia S.A.	(d)	**(461)**	**(461)**	–	–
Equatorial Serviços	(b)	**(47)**	**(112)**	(16)	(145)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(c)	**(2)**	**(14)**	(795)	(804)
Echoenergia Participações S.A.	(i)	**(952)**	**–**	–	–
Instituto Equatorial	(j)	**(2.300)**	**(2.300)**	–	–
Subtotal		**(3.762)**	**(2.887)**	(811)	(949)

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSÃO S.A. | CNPJ/MF nº 23.520.790/0001-31

Empresas	Nota	Consolidado 2023 Ativo (passivo)	2023 Efeito no resultado receita (despesa)	2022 Ativo (passivo)	2022 Efeito no resultado receita (despesa)
Outros tipos de partes relacionadas					
Instituto Equatorial		–	–	(2.814)	(2.814)
Total		(3.762)	(2.887)	(3.625)	(3.763)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Energia S.A.	(a)	(4.906)	(17.646)	(4.552)	(4.552)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(1.009)	(3.368)	(882)	(3.321)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(121)	(1.325)	(264)	(1.150)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(112)	(627)	(244)	(485)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(103)	(415)	(101)	(414)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	(g)	(99)	(473)	(4)	(4)
Companhia de Eletricidade do Amapá	(g)	(34)	(101)	(14)	(14)
Equatorial Transmissão S.A.	(g)	(65.731)	(21.474)	–	–
Solenergias Comercializadora de Energia S.A.	(g)	–	–	(4.367)	–
Echoenergia Participações S.A.	(g)	(2.933)	–	–	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(g)	–	(4)	–	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g)	(9.747)	(2.261)	–	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g)	–	(1)	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(g)	(1)	(7)	–	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(g)	–	(2)	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(g)	(9)	(18)	–	(5)
Total		(84.805)	(47.722)	(10.428)	(9.945)
Empréstimos					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Energia S.A.	(k)	–	(1.311)	(17.485)	(2.025)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		–	–	–	(11.270)
Echoenergia Crescimento S.A.	(f)	(59.541)	–	–	–
Total		(59.541)	(1.311)	(17.485)	(13.295)
Dividendos a pagar					
Controladora					
Equatorial Energia S.A.		(47.302)	–	(36.962)	–
Compromissos futuros					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Solenergias Comercializadora de Energia S.A.	(l)	3.711	(4.507)	(36.962)	–

(a) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas transmissoras (Contratantes) e as (Contratadas) Equatorial Energia S.A. e Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (b) Os valores provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; (c) A contratação de serviço é proveniente a serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado; (d) Saldo referente a custos de licenciamento anual de software; (e) Saldo proveniente do plano de pagamento baseado em ações previsto pela controlada Echoenergia, referente aos encargos trabalhistas; (f) Contrato de empréstimo entre Echoenergia Crescimento S.A. e Equatorial Transmissão; (g) Valores referem-se a RAP faturadas e recebidas decorrentes de operações do mesmo grupo econômico das controladas transmissoras da Companhia, por meio da Tarifa de Uso de Sistema de Transmissão (TUST); (h) Refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021; (i) A Echoenergia Crescimento possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a receber com a Echoenergia Participações. O critério de rateio se dá com base na receita em face do total de receita consolidada para todo o Grupo. Os principais gastos compartilhados são: Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação e; Despesas legais e advocatícias, seguros e demais serviços de terceiros; (j) Os valores com o Instituto referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; (k) Empréstimo mútuo realizado entre Equatorial Transmissão 03 e a Companhia no montante de R$ 15.000 a taxa correspondente de 105,5% do CDI a.a., com vingência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 15 de julho de 2021; (l) Saldo de compromisso futuro entre a Echoenergia Crescimento e a Solenergias; Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas demonstrações contábeis consolidadas. **Remuneração de pessoal-chave da Administração.** O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração foi fixada em até R$ 7.000, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2023 (R$ 7.000 em 25 de abril de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não possuem para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; e b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Os diretores executivos da Companhia e de suas controladas possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 19.5 – Planos de opção de compras de ações. Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Diretoria Estatutária	%
Remuneração fixa anual	439	12%
Salário ou pró-labore	405	11%
Benefícios diretos e indiretos	34	1%
Remuneração variável	3.246	85%
Remuneração baseada em ações	108	3%
Valor total da remuneração	3.793	100%

Garantias. A Equatorial Energia S.A., controladora da Companhia, e a própria Companhia prestam garantias como avalista e/ou fiadora da Companhia e de suas controladas sem ônus nas fianças e apólices de seguro e com ônus (remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor) nos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures das concessionarias. **7. Investimentos (Controladora):** As principais informações sobre os investimentos nas controladas estão conforme a seguir demonstradas:

	Participação	2023	2022
Avaliados por equivalência patrimonial:			
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	100,00%	285.150	267.350
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	100,00%	248.921	223.825
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	100,00%	543.481	484.786
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	100,00%	837.725	713.033
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	100,00%	419.750	437.455
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	100,00%	556.702	481.998
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	100,00%	489.658	469.133
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	100,00%	534.241	463.071
Echoenergia Participações S.A.	100,00%	6.859.390	6.778.564
Echoenergia Crescimento S.A.	100,00%	731.627	–
Total investimentos		11.506.645	10.319.215

7.1 Movimentação dos investimentos em controladas- Controladora

Controladas	2022	Aumento de capital	Redução de capital	Dividendos mínimos	Dividendos adicionais	Resultado de equivalência patrimonial	Amortização do direito de concessão	Outros resultados abrangentes	2023
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	267.350	–	–	–	(59.434)	77.234	–	–	285.150
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	223.825	–	–	(481)	(37.666)	63.243	–	–	248.921
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	484.786	–	–	(783)	(41.520)	100.998	–	–	543.481
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	713.033	–	–	(1.226)	(30.922)	156.840	–	–	837.725
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	437.455	–	–	(662)	(100.900)	83.857	–	–	419.750
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	481.998	–	–	(831)	(22.797)	98.332	–	–	556.702
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	469.133	–	–	(663)	(66.640)	87.828	–	–	489.658
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	463.071	–	–	(987)	(56.207)	128.364	–	–	534.241
Echoenergia Participações S.A. (a)	6.778.564	752.988	(497.028)	–	–	92.328	(283.180)	15.718	6.859.390
Echoenergia Crescimento S.A. (b)	–	745.840	–	–	–	(993)	–	(13.220)	731.627
Total investimentos	10.319.215	1.498.828	(497.028)	(5.633)	(416.086)	888.031	(283.180)	2.498	11.506.645

(a) Aportes de capital realizados no mês de janeiro/2023 no valor de R$ 225.800 e no mês de junho/2023 no valor de R$ 215.188, conforme ata de aprovação. Transferência de capital para Echoenergia Crescimento no mês de setembro/2023 no valor de R$ 497.028 e no mês de dezembro no valor de R$ 312.000 conforme ata de aprovação; (b) Aportes de capital realizados no mês de junho/2023 no valor de R$ 168.812, no mês de setembro/2023 no valor de R$ 497.028 e no mês de dezembro/2023 no valor de R$ 80.000 conforme ata de aprovação.

Controladas	2021	Aquisição de investimentos	Aumento de capital	Dividendos mínimos	Dividendos adicionais	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	2022
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	209.056	–	–	(490)	(3.363)	62.147	–	267.350
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	170.924	–	–	(448)	(1.978)	55.327	–	223.825
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	417.606	–	–	(594)	(9.435)	77.209	–	484.786
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	748.415	–	–	(1.155)	(176.300)	142.073	–	713.033
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	368.168	–	–	(625)	(10.591)	80.503	–	437.455
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	487.531	–	–	(768)	(93.769)	89.004	–	481.998
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	406.960	–	–	(555)	(9.914)	72.642	–	469.133
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	382.612	–	–	(780)	(18.421)	99.660	–	463.071
Echoenergia Participações S.A.	–	7.008.993	1.311	–	–	(216.021)	(15.719)	6.778.564
Total investimentos	3.191.272	7.008.993	1.311	(5.415)	(323.771)	462.544	(15.719)	10.319.215

7.2 Informações das controladas: A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas individualmente.

Saldos em 2023	Participação societária	Balanço patrimonial – Circulante Ativo	Circulante Passivo	Não circulante Ativo	Não circulante Passivo	Patrimônio líquido	Resultado em 2023 – Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	100,00%	187.410	56.257	740.085	586.086	285.152	143.038	123.272	(1.664)	(28.292)	(16.082)	77.234
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	100,00%	179.344	43.155	665.907	553.175	248.921	112.183	104.078	(627)	(27.407)	(12.801)	63.243
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	100,00%	271.899	66.183	1.144.590	806.826	543.480	168.276	163.927	(1.486)	(37.932)	(23.511)	100.998
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	100,00%	678.846	110.769	1.957.569	1.687.921	837.725	302.386	290.465	(3.207)	(93.030)	(37.388)	156.840
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	100,00%	203.399	47.997	942.979	678.631	419.750	141.003	131.084	(1.361)	(28.719)	(17.147)	83.857
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	100,00%	381.285	62.577	1.153.633	915.640	556.701	173.906	169.434	(999)	(42.678)	(27.425)	98.332
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	100,00%	215.733	49.656	991.589	668.009	489.657	151.881	133.861	(3.579)	(25.528)	(16.926)	87.828
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	100,00%	322.512	69.532	1.242.140	960.878	534.242	275.328	203.955	(2.363)	(43.692)	(29.536)	128.364
Echoenergia Participações S.A.	100,00%	746.895	560.333	6.191.421	4.119.466	2.258.517	1.019.531	521.586	(98.640)	(295.054)	(60.396)	67.496
Echoenergia Crescimento S.A.	100,00%	156.308	1.569.305	2.608.435	463.811	731.627	8.431	(2)	96	(771)	(316)	(993)
		3.343.631	2.635.764	17.638.348	11.440.443	6.905.772	2.495.963	1.841.660	(113.830)	(623.103)	(241.528)	863.199

Saldos em 2022	Participação societária	Balanço patrimonial – Circulante Ativo	Circulante Passivo	Não circulante Ativo	Não circulante Passivo	Patrimônio líquido	Resultado em 2023 – Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	100,00%	176.101	38.505	713.217	583.463	267.350	99.936	115.959	(1.217)	(36.666)	(15.929)	62.147
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	100,00%	163.938	40.631	657.056	556.538	223.825	87.914	108.746	(1.056)	(36.425)	(15.938)	55.327
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	100,00%	223.627	70.917	1.135.704	803.628	484.786	191.046	146.547	(1.351)	(50.620)	(17.367)	77.209
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	100,00%	519.711	96.639	1.924.566	1.634.605	713.033	310.036	284.994	(2.612)	(98.413)	(41.896)	142.073
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	100,00%	235.300	44.685	917.705	670.865	437.455	152.865	135.651	(1.400)	(34.703)	(19.045)	80.503
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	100,00%	292.743	60.961	1.133.115	882.899	481.998	190.476	165.636	(1.222)	(45.789)	(29.621)	89.004
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	100,00%	221.371	54.015	959.729	657.952	469.133	175.201	126.099	(128)	(37.657)	(15.672)	72.642
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	100,00%	307.683	62.846	1.159.709	941.475	463.071	191.210	183.696	(1.778)	(57.650)	(24.608)	99.660
Echoenergia Participações S.A.	100,00%	626.611	615.477	6.236.448	4.328.148	1.919.434	839.557	398.714	(78.504)	(292.548)	(44.230)	(16.568)
		2.767.085	1.084.676	14.837.249	11.059.573	5.460.085	2.238.241	1.666.042	(89.268)	(690.471)	(224.306)	661.997

7.3 Conciliação dos investimentos

Controladas	2023 – Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado/ Equivalência patrimonial (b)	Amortização do direito da concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (a)	Valor do investimento
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	100,00%	285.150	77.234	–	285.150	–	285.150
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	100,00%	248.921	63.243	–	248.921	–	248.921
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	100,00%	543.481	100.998	–	543.481	–	543.481
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	100,00%	837.725	156.840	–	837.725	–	837.725
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	100,00%	419.750	83.857	–	419.750	–	419.750
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	100,00%	556.702	98.332	–	556.702	–	556.702
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	100,00%	489.658	87.828	–	489.658	–	489.658
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	100,00%	534.241	128.364	–	534.241	–	534.241
Echoenergia Participações S.A.	100,00%	2.258.517	92.328	(283.180)	2.258.517	4.600.873	6.859.390
Echoenergia Crescimento S.A.	100,00%	731.627	(993)	–	731.627	–	731.627
		6.905.772	888.031	(283.180)	6.905.772	4.600.873	11.506.645

Controladas	2022 – Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado/ Equivalência patrimonial (b)	Amortização do direito da concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (a)	Valor do investimento
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	100,00%	267.350	62.147	–	267.350	–	267.350
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	100,00%	223.825	55.327	–	223.825	–	223.825
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	100,00%	484.786	77.209	–	484.786	–	484.786
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	100,00%	713.033	142.073	–	713.033	–	713.033
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	100,00%	437.455	80.503	–	437.455	–	437.455
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	100,00%	481.998	89.004	–	481.998	–	481.998
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	100,00%	469.133	72.642	–	469.133	–	469.133
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	100,00%	463.071	99.660	–	463.071	–	463.071
Echoenergia Participações S.A.	100,00%	1.919.434	23.409	(239.430)	1.919.434	4.859.130	6.778.564
		5.460.085	701.974	(239.430)	5.460.085	4.859.130	10.319.215

(a) Refere-se ao saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA – *Purchase Price Allocation*) na aquisição da controlada Echoenergia Participações S.A.; e (b) O resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R$ 283.180 em 31 de dezembro de 2023 (239.430 em 31 de dezembro de 2022), conforme item 23, letra (a), do ICPC 09.

8. Imobilizado (Consolidado). A composição do ativo imobilizado está apresentada da seguinte forma:

Imobilizado	Vida útil	2023 Custo	2023 Depreciação Acumulada	2023 Valor Líquido	2022 Valor Líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	111.639	(18.577)	93.062	92.743
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	6.007.179	(1.421.547)	4.585.632	4.765.691
Móveis e utensílios	16 anos	2.256	(1.150)	1.106	1.458
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	2.678	(1.235)	1.443	2.050
Imobilizado em andamento	–	2.486.903	–	2.486.903	61.802
Desmobilização de ativos	–	163	(163)	–	1.274
Total		8.610.818	(1.442.672)	7.168.146	4.925.018

8.1. Movimentação do ativo imobilizado

Custo do imobilizado	Saldo em 2022	Adição	Baixa	Transferências	Saldo em 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	104.946	785	–	5.908	111.639
Máquinas e equipamentos	5.985.255	44	(18.360)	40.240	6.007.179
Móveis e utensílios	3.395	–	–	(1.139)	2.256
Equipamentos de processamento de dados	2.848	25	(1.014)	819	2.678
Imobilizado em andamento	61.802	2.477.890	(6.297)	(46.492)	2.486.903
Desmobilização de ativos	1.406	–	(1.273)	30	163
Total do custo de imobilizado	6.159.652	2.477.959	(26.159)	(634)	8.610.818

Depreciação acumulada	Saldo em 2022	Adição	Baixa	Transferências	Saldo em 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.203)	(3.805)	–	(2.569)	(18.577)
Máquinas e equipamentos	(1.219.564)	(204.064)	–	2.081	(1.421.547)
Móveis e utensílios	(1.937)	(366)	–	1.153	(1.150)
Equipamentos de processamento de dados	(798)	(437)	–	–	(1.235)
Desmobilização de ativos	(132)	–	–	(31)	(163)
Total da depreciação acumulada	(1.234.634)	(208.672)	–	634	(1.442.672)
Total do custo de imobilizado	4.925.018	2.269.287	(26.159)	–	7.168.146

Os ativos imobilizados da controlada Echoenergia são dados como garantia em face dos financiamentos obtidos. Para mais informações, consultar a nota explicativa 12.3 - Garantias. As controladas da Companhia concluíram suas análises de *impairment* e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme nota 10.2 Avaiação de *Impairment*. **9. Ativos de contrato (Consolidado).** A movimentação do ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

9.1. Movimentação do ativos de contrato

	2022	Adições	Remuneração (a)	Amortização (c)	2023
Em curso (b)	–	97.878	–	–	97.878
Em serviço	9.783.198	133.629	1.463.750	(1.305.121)	10.075.456
Total	9.783.198	231.507	1.463.750	(1.305.121)	10.173.334
Circulante	1.238.435	–	–	–	1.388.395
Não circulante	8.544.763	–	–	–	8.784.939

	2021	Adições	Remuneração (a)	Amortização (c)	Perda de realização	2022
Em curso (b)	–	11.631	–	–		11.631
Em serviço	9.426.969	189.334	1.422.140	(1.196.723)	(70.153)	9.771.567
Total	9.426.969	200.965	1.422.140	(1.196.723)	(70.153)	9.783.198
Circulante	1.212.314	–	–	–	–	1.238.435
Não circulante	8.214.655	–	–	–	–	8.544.763

(a) A atualização do ativos de contrato é feita com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); (b) Refere-se aos reforços e melhorias em andamento, relacionado a REA nº 14.106/2023 para a SPE01 e a REA nº 10.861/2021 relacionada a SPE08; (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento.

10. Intangível (Consolidado). O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

2023	Taxas anuais*	Custo	Amortização	Valor líquido
Transmissão				
Em serviço - (Direito de outorga)	4,34%	8.287	(2.311)	5.976
Em curso		12.617	–	12.617
Subtotal		20.904	(2.311)	18.593
Geração Eólica				
Direito de exploração (a)	5,65%	3.073.437	(381.952)	2.691.485
Direito de autorização (a)	2,68%	2.385.402	(143.357)	2.242.045
Outros		128.968	(22.783)	106.185
Subtotal		5.587.807	(548.092)	5.039.715
Total do Intangível		5.608.711	(550.403)	5.058.308

2022	Taxas anuais*	Custo	Amortização	Valor líquido
Transmissão				
Em serviço - (Direito de outorga)	4,34%	8.287	(2.016)	6.271
Em curso		7.713	–	7.713
Subtotal		16.000	(2.016)	13.984
Geração Eólica				
Direito de exploração (a)	5,65%	3.073.437	(177.175)	2.896.262
Direito de autorização (a)	2,68%	2.385.402	(62.255)	2.323.147
Outros		128.968	–	128.968
Subtotal		5.587.807	(239.430)	5.348.377
Total do Intangível		5.603.807	(241.446)	5.362.361

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%). (a) O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão. Refere-se ao ajuste a valor justo do ativo intangível em combinação de negócio através da Alocação do Preço Pago – PPA, sendo classificado como intangível, por tratar-se de direitos contratuais e outros direitos legais, em conformidade com o CPC 04 / IAS 38 – Ativo intangível.

10.1. Movimentação do ativo intangível (Consolidado)

Transmissão	2022	Adições	Baixas	Outros (a)	2023
Em serviço	583	–	–	–	583
(-) Amortização	(544)	(39)	–	–	(583)
Total em serviço	39	(39)	–	–	–
Em curso	7.713	4.904	–	–	12.617
Outros	7.704	–	–	–	7.704
(-) Amortização	(1.472)	(256)	–	–	(1.728)
Total em serviço	6.232	(256)	–	–	5.976
Total Transmissão	13.984	4.609	–	–	18.593
Geração eólica					
Direito de exploração	3.073.437	–	–	–	3.073.437
(-) Amortização direito de exploração	(177.175)	(204.777)	–	–	(381.952)
Direito de autorização	2.385.402	–	(2.700)	–	2.382.702
(-) Amortização direito de autorização	(62.255)	(78.402)	–	–	(140.657)
Subtotal	5.219.409	(283.179)	(2.700)	–	4.933.530
Desenvolvimento de projetos	124.227	1.235	(1.476)	(34.619)	89.367
Outros intangíveis	4.741	15.636	–	–	20.377
(-) Amortização outros intangíveis	–	(3.559)	–	–	(3.559)
Total Geração eólica	5.348.377	(269.867)	(4.176)	(34.619)	5.039.715
Intangível total	5.362.361	(265.258)	(4.176)	(34.619)	5.058.308

(a) O valor de outros corresponde ao projeto Barreiras 2, ao qual a administração reavaliou temporariamente a obrigação do desenvolvimento do projeto. **10.2. Avaliação de *Impairment*. • Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida.** A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia e suas controladas realizaram o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e consideram, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuam revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovados pela Alta Administração, durante o período da Outorga da controlada Echoenergia. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável. **• Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos. a) Taxa de desconto.** Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da outorga da controlada analisada, ou seja, 22 anos para Echoenergia. A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. A taxas de desconto utilizadas foi de 15,15%. **b) Sensibilidade.** As projeções de fluxo de caixa consideraram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 10% percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.**11. Fornecedores (Consolidado)**

	2023	2022
Encargos de uso da rede elétrica	79	65
Materiais e serviços (a)	161.200	125.662
Partes relacionadas – nota explicativa nº 6	2.810	3.625
Outros	1.285	13.358
Total (b)	165.374	142.710

(a) Referem-se, principalmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações das controladas das Companhia; (b) Alguns fornecedores das controladas da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para as controladas da Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante destas operações era de R$ 275 (R$ 623 em 31 de dezembro de 2022); e **12. Empréstimos e financiamentos. 12.1. Composição do saldo (Controladora)**

Moeda Estrangeira (USD)	Custo da dívida (% a.a.)	2023 Principal e encargos – Circulante	Não circulante	Total	2022 Principal e encargos – Circulante	Não circulante	Total
BOCOM	CDI + 1,45%	200.079	–	200.079	–	–	–

12.2. Composição do saldo (Consolidado)

Moeda Estrangeira (USD)	Custo da dívida (% a.a.)	2023 Principal e encargos – Circulante	Não circulante	Total	2022 Principal e encargos – Circulante	Não circulante	Total
BOCOM	CDI + 1,45%	200.079	–	200.079	–	–	–
Santander I	CDI + 1,58%	126.933	–	126.933	–	–	–
Safra	CDI + 1,70% a 1,75%	303.364	–	303.364	–	–	–
Total moeda estrangeira		630.376	–	630.376	–	–	–

Moeda Nacional (R$)	Custo da dívida (% a.a.)	2023 Principal e encargos – Circulante	Não circulante	Total	2022 Principal e encargos – Circulante	Não circulante	Total
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	TJLP + 2,02% a 2,88% / IPCA + 4,93% a 5,32% e 7,57%	176.329	2.920.297	3.096.626	165.432	2.638.814	2.804.246
Banco do Brasil	IPCA + 0,96% a 1,62%	82.725	1.042.728	1.125.453	59.963	950.733	1.010.696
Banco do Nordeste	IPCA + 1,83% a 2,67%/ CDI + 2,18% e 2,50%	202.132	2.522.752	2.724.884	149.736	2.819.475	2.969.211
Nota Comercial	CDI + 1,60% a 1,65%	907.949	–	907.949	–	–	–
Mútuo – Equatorial Energia	105,5% do CDI	–	–	–	17.485	–	17.485
Subtotal		1.369.135	6.485.777	7.854.912	392.616	6.409.022	6.801.638
(-) Custo de captação		(5.382)	(59.103)	(64.485)	(4.168)	(49.323)	(53.491)
Total moeda nacional		1.363.753	6.426.674	7.790.427	388.448	6.359.699	6.748.147
Total		1.994.129	6.426.674	8.420.803	388.448	6.359.699	6.748.147

12.3. Garantias

Moeda nacional	Garantias
Bocom	Aval/Fiança + Fiança Bancária.
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Aval/Fiança + Conta Reserva + Alienação Fiduciária + Penhor de Ações + Penhor de Equipamentos + Penhor Direitos Emergentes + Penhor Direitos Creditórios.
Banco do Brasil	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis + Alienação Fiduciária/ Penhor de Ações + Alienação Fiduciária/Penhor de Equipamentos + Cessão Fifuciária/Penhor de Direitos Emergentes.
Banco do Nordeste	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva + Penhor de Ações + Penhor de Equipamentos + Penhor de Direitos Emergentes+ Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

12.4. Cronograma de amortização da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	2023 Valor	%
Circulante	1.994.129	24%
2025	399.047	5%
2026	410.493	5%
2027	421.188	5%
2028	431.084	5%
De 2028 a 2046	4.823.961	57%
Subtotal	6.485.773	77%
Custo de captação/ ajuste a valor presente (Não circulante)	(59.099)	-1%
Não circulante	6.426.674	76%
Total	8.420.803	100%

12.5. Movimentação de empréstimos e financiamentos. A movimentação dos empréstimos no exercício está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Passivo circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2022	–
Ingressos	200.000
Encargos	8.103
Variação monetária e cambial	79
Pagamento de juros	(8.103)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	200.079

Consolidado

	Moeda Nacional – Passivo circulante	Moeda Nacional – Passivo não circulante	Moeda Estrangeira (USD) – Passivo circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	388.448	6.359.699	–	6.748.147
Ingressos	931.000	347.000	760.000	2.038.000
Encargos	457.323	–	19.850	477.173
Variação monetária e cambial	38.541	79.281	(2.488)	115.334
Transferências	348.419	(348.419)	–	–
Amortizações de principal	(439.175)	–	(127.620)	(566.795)
Pagamento de juros	(360.696)	–	(19.366)	(380.062)
Custo de captação (a)	(107)	(10.887)	–	(10.994)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	1.363.753	6.426.674	630.376	8.420.803

(a) Refere-se a movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSÃO S.A. | CNPJ/MF nº 23.520.790/0001-31

12.6. Ingressos

Controladas	Instituição	Ingresso	Data do ingresso	Pagamento de juros	Amortização	Destinação do recurso	Encargo financeiro (a.a)	Taxa efetiva com derivativo (a.a)
Ribeiro Goncalves Solar Holding	BNDES	97.000	mai-23	Mensal após carência	Mensal após carência	Investimento	IPCA + 7,57%	Não se aplica
Equatorial Transmissão	*Bocom*	200.000	jun-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 7,97%	CDI + 1,45%
Ribeiro Goncalves Solar Holding	BNDES	250.000	jul-23	Mensal após carência	Mensal após carência	Investimento	IPCA + 7,57%	Não se aplica
Sertão Solar Barreiras XV	Banco Safra	45.000	jul-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 7,70%	CDI + 1,70%
Sertão Solar Barreiras XVI	Banco Safra	33.000	jul-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 7,70%	CDI + 1,70%
Sertão Solar Barreiras XVII	Banco Safra	33.000	jul-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 7,70%	CDI + 1,70%
Sertão Solar Barreiras XVIII	Banco Safra	39.000	jul-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 7,70%	CDI + 1,70%
Sertão Solar Barreiras XIX	1ª Nota Comercial	35.000	ago-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica
Sertão Solar Barreiras XX	1ª Nota Comercial	55.000	ago-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica
Sertão Solar Barreiras XVII	1ª Nota Comercial	50.000	ago-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica
Sertão Solar Barreiras XXI	1ª Nota Comercial	66.000	ago-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica
Sertão Solar Barreiras XVIII	1ª Nota Comercial	50.000	ago-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica
Sertão Solar Barreiras XIX	1ª Nota Comercial	55.000	ago-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica
Sertão Solar Barreiras XV	1ª Nota Comercial	10.000	ago-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,60%	Não se aplica
Controladas	**Instituição**	**Ingresso**	**Data do ingresso**	**Pagamento de juros**	**Amortização**	**Destinação do recurso**	**Encargo financeiro (a.a)**	**Taxa efetiva com derivativo (a.a)**
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Banco Safra	150.000	set-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 7,62%	CDI + 1,75%
Sertao Solar Barreiras XVI	2ª Nota Comercial	60.000	set-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XX	2ª Nota Comercial	100.000	set-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XVII	2ª Nota Comercial	70.000	set-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XXI	2ª Nota Comercial	80.000	set-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XVIII	2ª Nota Comercial	75.000	set-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XIX	2ª Nota Comercial	100.000	set-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica
Sertao Solar Barreiras XV	2ª Nota Comercial	65.000	set-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Banco Santander	130.000	set-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 7,62%	CDI + 1,60%
Ribeiro Goncalves Solar Holding	Banco Santander	130.000	dez-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 7,63%	CDI + 1,58%
Sertao Solar Barreiras XVI	BNB	60.000	dez-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 2,18%	Não se aplica
	Total:	**2.038.000**						

12.7. Covenants dos empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas possuem garantias fidejussórias, recebíveis, penhor de ações, fianças e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Adicionalmente, as companhias possuem *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual. Em 31 de dezembro de 2023, as controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos índices financeiros estipulados nos contratos, com exceção da controlada indireta Serras Holding S.A. Em 29 de dezembro de 2023, devido à previsão do não atingimento do ICSD, a controlada indireta obteve autorização do BNDES para extinção temporária da entrega deste índice no exercício de 2023. **13. Debêntures. 13.1. Movimentação das debêntures.** A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

Controladora

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	79.825	956.627	1.036.452
Encargos	**53.270**	**–**	**53.270**
Transferências	**49.521**	**(49.521)**	**–**
Amortização de principal	**(71.735)**	**–**	**(71.735)**
Pagamento de juros	**(53.560)**	**–**	**(53.560)**
Variação monetária	**22.617**	**24.806**	**47.423**
Custo de captação (a)	**2.840**	**–**	**2.840**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**82.778**	**931.912**	**1.014.690**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.354	964.664	975.018
Encargos	**51.759**	**–**	**51.759**
Transferências	**49.411**	**(49.411)**	**–**
Pagamento de juros	**(51.195)**	**–**	**(51.195)**
Variação monetária	**16.656**	**41.374**	**58.030**
Custo de captação (a)	**2.840**	**–**	**2.840**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**79.825**	**956.627**	**1.036.452**

(b) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui as seguintes emissões vigentes:

Emissão	Característica	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Venc. final	Em 31 de dezembro de 2023 Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36	11.049	931.912	942.961
2ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	104.500	IPCA + 5,77% a.a.	out/21	nov/24	71.729	–	71.729
Total							82.778	931.912	1.014.690

(1) Emissão pública de debêntures simples; (3) Não conversíveis em ações; (4) Espécie quirografária; (5) Debêntures incentivadas; (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura

Consolidado

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	168.177	2.789.233	2.957.410
Encargos	**153.999**	**–**	**153.999**
Transferência	**430.206**	**(430.206)**	**–**
Amortização de principal	**(478.003)**	**–**	**(478.003)**
Pagamento de juros	**(156.083)**	**–**	**(156.083)**
Variação monetária	**68.778**	**85.516**	**154.294**
Custo de captação (a)	**6.739**	**–**	**6.739**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**193.813**	**2.444.543**	**2.638.356**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.276	1.621.700	1.639.976
Aquisição	110.581	1.131.871	1.242.452
Encargos	115.530	–	115.530
Transferência	92.517	(92.517)	–
Amortização de principal	(82.944)	–	(82.944)
Pagamento de juros	(160.805)	–	(160.805)
Variação monetária	62.800	134.175	196.975
Custo de captação (a)	12.222	(5.996)	6.226
Saldo em 31 de dezembro de 2022	168.177	2.789.233	2.957.410

(a) Refere-se a movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo significa, adição.

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia possuem as seguintes emissões vigentes:

Controlada	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Em 31 de dezembro de 2023 Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
Equatorial Transmissão S.A.	1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36	**11.049**	**931.912**	**942.961**
Equatorial Transmissão S.A.	2ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	104.500	IPCA + 5,77% a.a.	out/21	nov/24	**71.729**	**–**	**71.729**
Equatorial Transmissora 1 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	**7.508**	**61.883**	**69.391**
Equatorial Transmissora 2 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	**5.739**	**51.616**	**57.355**
Equatorial Transmissora 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33	**6.890**	**50.781**	**57.671**
Equatorial Transmissora 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	**7.168**	**46.366**	**53.534**
Equatorial Transmissora 5 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	**1.478**	**81.364**	**82.842**
Equatorial Transmissora 7 (a)	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	**3.232**	**164.896**	**168.128**
Equatorial Transmissora 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	**2.071**	**122.511**	**124.582**
Equatorial Transmissora 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	**2.205**	**110.962**	**113.167**
Echoenergia Participações S.A. (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	180.000	IPCA + 6,90% a.a.	jun/20	jun/30	**7.329**	**208.633**	**215.962**
Echoenergia Participações S.A. (a)	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	140.000	IPCA + 4,75% a.a.	jan/21	jan/31	**20.477**	**139.784**	**160.261**
Ventos de São Clemente Holding S.A. (a)	3ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	180.000	IPCA + 8,00% a.a.	abr/17	out/30	**20.117**	**173.465**	**193.582**
Ventos de São Clemente Holding S.A.	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	20.000	IPCA + 7,06% a.a.	abr/20	dez/29	**2.564**	**16.368**	**18.932**
Serras Holding S.A.	2ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	40.000	IPCA + 7,64% a.a.	jul/18	jul/32	**4.475**	**44.208**	**48.683**
São Jorge Holding S.A.	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	45.000	IPCA + 9,00% a.a.	mai/17	jul/28	**14.600**	**53.977**	**68.577**
Vila Piaui 1 Empreendimentos e Participações S.A (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	43.000	IPCA + 5,95% a.a.	jul/20	jun/35	**2.479**	**32.920**	**35.399**
Vila Piaui 2 Empreendimentos e Participações S.A. (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	44.000	IPCA + 5,95% a.a.	jul/20	jun/35	**2.540**	**34.426**	**36.966**
Serra do Mel Holding S.A	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	142.000	IPCA + 5,29% a.a.	mar/21	dez/35	**163**	**118.471**	**118.634**
Total:								**193.813**	**2.444.543**	**2.638.356**

(1) Emissão pública de debêntures simples; (3) Não conversíveis em ações; (4) Espécie quirografária; (5) Debêntures incentivadas; (6) Garantia adicional fidejussória; e (7) Garantia adicional real. (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura. As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia, cujos prazos não são determinados para a aplicação dos mesmos. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pelas controladas da Companhia para esse fim.

13.2. Cronograma de amortização da dívida. Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

Controladora

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	**82.778**	**8%**
2025	**79.475**	**8%**
2026	**79.475**	**8%**
2027	**79.475**	**8%**
2028	**79.475**	**8%**
De 2029 a 2036	**635.805**	**63%**
Subtotal	**953.705**	**94%**
Custo de captação (não circulante)	**(21.793)**	**-2%**
Não circulante	**931.912**	**92%**
Total	**1.014.690**	**100%**

Consolidado

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	**193.813**	**7%**
2025	**189.728**	**7%**
2026	**203.816**	**8%**
2027	**226.113**	**9%**
2028	**244.025**	**9%**
De 2028 a 2039	**1.633.863**	**62%**
Subtotal	**2.497.545**	**95%**
Custo de captação (não circulante)	**(53.002)**	**-2%**
Não circulante	**2.444.543**	**93%**
Total	**2.638.356**	**100%**

13.3 Garantias

Controladas	Garantias
Equatorial Transmissão 1	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 2	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 3	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 5	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 7	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 8	Aval/Fiança
Echoenergia Participações S.A	Fiança Bancária
Ventos de São Clemente Holding S.A	Contrato de Cessão Fiduciária e Direitos Creditórios / Alienação Fiduciária de Ações e Equipamentos/Aval/Fiança
Serras Holding S.A.	Contrato de Cessão Fiduciária e Direitos Creditórios / Alienação Fiduciária de Ações e Equipamentos
São Jorge Holding S.A.	Contrato de Cessão Fiduciária e Direitos Creditórios / Alienação Fiduciária de Ações e Equipamentos
Vila Piaui 1 Empreendimentos e Participações S.A	Fiança Bancária/ Contrato de Cessão Fiduciária e Direitos Creditórios / Penhor de Ações e Equipamentos
Vila Piaui 2 Empreendimentos e Participações S.A	Fiança Bancária/ Contrato de Cessão Fiduciária e Direitos Creditórios / Penhor de Ações e Equipamentos
Serra do Mel Holding S.A.	Fiança Bancária/ Contrato de Cessão Fiduciária e Direitos Creditórios / Penhor de Ações e Equipamentos

13.4 *Covenants* das debêntures: As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem garantias fidejussórias e reais, *covenants* não financeiros e financeiros cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2023, as controladas mantiveram-se dentro dos limites dos *inputs* estipulados nos contratos com excessão da controlada indireta Serras Holding S.A. Em 31 de dezembro de 2023, devido à previsão do não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, a Companhia obteve em 29 de dezembro de 2023, autorização pelo BNDES da extinção temporária para entrega do índice no exercício.

Equatorial Transmissão

Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=5,0	4,7	4,7

Controladas diretas

SPE 1

Covenants debêntures	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA Companhia: <=4,5	3,3

SPE 2

Covenants debêntures	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA Companhia: <=4,5	3,7

SPE 3

Covenants debêntures	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA Companhia: <=4,5	3,1

SPE 5

Covenants debêntures	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA Companhia: <=4,5	3,2

SPE 7

Covenants debêntures	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA Companhia: <=4,5	3,3

SPE 8

Covenants debêntures	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA Companhia: <=4,5	3,7

14. Provisão para ressarcimento (Consolidado): Os parques eólicos que operam com os leilões (i) Leilão de Fontes Alternativas (LFA) (ii) Energia de Reserva (LER) (iii) Energia Nova (LEN) pela modalidade de disponibilidade, onde os contratos estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa do leilão, incluindo aplicação de bônus ou penalidades de acordo com as faixas de desvio. Os desvios negativos de geração são apresentados na rubrica de Provisão de ressarcimento, já os desvios positivos de geração são apresentados na rubrica de contas a receber, subgrupo de excedente de geração (nota explicativa 7), ambos têm como contrapartida a receita de venda de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo do passivo de ressarcimento apresentou um aumento nas modalidades anual e quadrienal formados, principalmente pelos fatores abaixo apresentados: • Encerramento do quadriênio dos contratos de parte das controladas. Desta forma, toda geração anual entre 90% a 100% da obrigação contratual para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 foi acumulada e será paga quando da resolução do *Constrained-off*. • Impacto do despacho Aneel 2303 de 2019 que determinou a suspensão do pagamento do ressarcimento anual de 2019 (que seria pago inicialmente em 2020 e 2021), portanto, mantido como ressarcimento a pagar em 2022. • *Constrained-off* - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) suspendeu, através do despacho 2.303 de 2019, o pagamento dos ressarcimentos anuais e quadrienais a partir de agosto de 2019, aguardando a divulgação dos critérios para o reconhecimento do *Constrained-off*. Em 23/03/2021, a ANEEL estabeleceu os procedimentos para a apuração e pagamento do *Constrained-off* de usinas eólicas; no entanto, em 26/11/2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) postergou o processamento devido a inconsistências apontadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2022, por meio da resolução normativa nº 1030, a ANEEL consolidou os procedimentos para a apuração e pagamento do *Constrained-off*. Com isso, a Companhia procedeu ao reconhecimento dos valores apurados de acordo com a referida regra, os quais serão abatidos do valor total do ressarcimento a pagar, apresentando-se como redutor na rubrica de ressarcimento, identificado como "(-) *Constrained-off* a compensar" nesta nota explicativa. Adicionalmente, no exercício de 2023, as Controladas da Companhia reconheceram o montante de R$ 6.428 (R$ 15.772 em 31 de dezembro de 2022), referente à correção monetária dos períodos formados, em despesa financeira, na rubrica atualização monetária de ressarcimento. Os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para ressarcimento		
Provisão para ressarcimento Anual em Formação	**1.503**	–
Provisão para ressarcimento Anual Formado	**66.727**	70.979
Provisão para ressarcimento Quadrienal Formado	**93.622**	93.236
Provisão para ressarcimento Quadrienal em Formação	**107.198**	64.520
Total:	**269.050**	228.735
Passivo circulante	**157.047**	164.215
Passivo não circulante	**112.003**	64.520

15. PIS e COFINS diferidos (Consolidado): Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	**97.878**	107.282
Receita de atualização do ativos de contrato	**1.463.750**	1.422.140
Perda na realização do ativos de contrato	**–**	(70.154)
Marcação a mercado - Comercializadora	**(528)**	1.561
	1.561.100	1.460.829
PIS/COFINS diferido (9,25%) (i)	**144.428**	135.127
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	**(46.231)**	(40.511)
Saldo no início do exercício (iii)	**1.047.307**	952.691
Saldo no final do exercício (i + ii + iii)	**1.145.504**	1.047.307
Passivo circulante	**49.441**	42.859
Passivo não circulante	**1.096.063**	1.004.448

(a) As controladas transmissoras da Companhia amortizam o PIS/COFINS diferido constituído no período de concessão, conforme recebimento da receita mensal. **16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. 16.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2023	2022
Ativos de:		
Prejuízo fiscal (a)	**55.527**	60.782
Base negativa (a)	**3.957**	12.704
Diferenças temporárias		
Provisão para participação nos lucros	**1.376**	–
Total	**60.860**	73.486
Passivos de:		
Diferenças temporárias		
Custo/Receita - CPC 47	**(1.520.539)**	(1.401.156)
Receita de Comercialização	**220**	–
IRPJ e CSLL diferido outros	**(926)**	–
Total	**(1.521.245)**	(1.401.156)
Total IRPJ e CSLL passivo diferidos	**(1.460.385)**	**(1.327.670)**

(a) O saldo de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição e diferença temporária de Provisão para participação nos lucros representa o imposto de renda e contribuição social diferidos nas controladas diretas SPEs 01 a 08. Os impostos diferidos totalizaram R$ 60.860 e estão embasados em projeções de recuperabilidade futura aprovadas pelo Conselho de Administração.

16.2 Movimentação dos tributos diferidos

	2022	Reconhecimento no resultado	2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	60.782	**(5.255)**	**55.527**	**55.527**	**–**
Base negativa de CSLL	12.704	**(8.747)**	**3.957**	**3.957**	**–**
Provisão para participação nos lucros	–	**1.376**	**1.376**	**1.376**	**–**
Custo/Receita - CPC 47	(1.401.156)	**(119.383)**	**(1.520.539)**	**–**	**(1.520.539)**
Contratos de comercialização	–	**220**	**220**	**–**	**220**
IRPJ e CSLL diferido outros	–	**(926)**	**(926)**	**–**	**(926)**
Total	(1.327.670)	**(132.715)**	**(1.460.385)**	**60.860**	**(1.521.245)**

	2021	Reconhecimento no resultado	2022	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	70.421	(9.639)	60.782	60.782	–
Base negativa de CSLL	23.030	(10.326)	12.704	12.704	–
Custo de construção - CPC 47	2.426.889	373.438	2.800.327	2.800.327	–
Receita de construção - CPC 47	(3.705.474)	(496.009)	(4.201.483)	–	(4.201.483)
Total	(1.185.134)	(142.536)	(1.327.670)	2.873.813	(4.201.483)

16.3 Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração das controladas SPEs 01 a 08 estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2026.

Expectativa de realização	2024	2025	2026	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	28.290	25.465	7.105	60.860

16.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

Controladora	2023 IRPJ	2023 CSLL	2022 IRPJ	2022 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**502.786**	**502.786**	349.130	349.130
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	**125.697**	**45.251**	87.283	31.422
Adições:				
Equivalência patrimonial	**98.013**	**35.285**	34.698	12.491
Outras	**2.572**	**923**	1.695	415
Total adições (B)	**100.585**	**36.208**	**36.393**	**12.906**
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	**(249.226)**	**(89.721)**	(191.039)	(68.774)
Outras	**20**	**7**	–	–
Total exclusões (C)	**(249.206)**	**(89.714)**	**(191.039)**	**(68.774)**
Dedutibilidade fiscal (limite legal) (A+B+C)	**–**	**–**	(67.363)	(24.446)
IRPJ e CSLL correntes no resultado	**–**	**–**	–	–
Alíquota efetiva	**–**	**–**	–	–

Consolidado	2023 IRPJ	2023 CSLL	2022 IRPJ	2022 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**757.154**	**757.154**	583.511	583.511
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	**189.289**	**68.144**	145.878	52.516
Adições:				
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	**16.274**	**5.858**	35.007	12.603
Remuneração e RAP – Ativos de contrato	**261.799**	**94.248**	239.580	86.249
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	**653**	**235**	–	–
Outras provisões	**625**	**222**	1.059	403
Outras adições permanentes	**110.134**	**39.477**	105.164	41.222
Total adições (B)	**389.485**	**140.040**	380.810	140.477
Exclusões:				
Receita de construção – CPC 47/IFRS 15	**(365.854)**	**(131.706)**	(364.713)	(131.296)
Variação Swap	**20**	**7**	–	–
Outras provisões	**(892)**	**(173)**	–	–
Outras exclusões	**(4.676)**	**(1.612)**	(627)	(152)
Total exclusões (C)	**(371.402)**	**(133.484)**	**(365.340)**	**(131.448)**
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	**(5.255)**	**(8.749)**	(9.639)	(10.326)
Incentivo PAT	**(16)**	**–**	–	–
Total compensações (D)	**(5.271)**	**(8.749)**	(9.639)	(10.326)
IRPJ subvenção governamental	**(145.536)**	**–**	(111.083)	–
IRPJ Subvenção Governamental Reivestimento	**(863)**	**–**	–	–
Total outras deduções (E)	**(146.399)**	**–**	**(111.083)**	**–**
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	**(55.702)**	**(65.951)**	40.626	51.219
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	**(92.650)**	**(40.065)**	99.381	43.155
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	**(148.352)**	**(106.016)**	140.007	94.374
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	**20%**	**14%**	24%	16%

17. Dividendos a pagar (Controlada): O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado, em 31 de dezembro de 2023 (1% (um por cento em 31 de dezembro de 2022)), nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**502.786**	349.130
(-) Reserva legal (5%)	**(25.139)**	(17.457)
Lucro líquido ajustado	**477.647**	331.673
Dividendos mínimos obrigatórios	**4.776**	3.317
Realização da reserva de lucros a realizar - dividendos mínimos	**42.526**	33.645
Total dividendos mínimos obrigatórios	**47.302**	36.962

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta e declaração de dividendos em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2024. A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	–
Dividendos reservas de lucros a realizar 2021	51.574
Dividendos mínimos obrigatórios 2022	3.317
Dividendos reservas de lucros a realizar 2022	33.645
Pagamento de dividendos	(51.574)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.962
Dividendos reservas de lucros a realizar 2022	**33.645**
Dividendos mínimos obrigatórios 2023	**4.776**
Dividendos reservas de lucros a realizar 2023	**42.526**
Pagamento de dividendos	**(70.607)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**47.302**

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal". Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal" e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da "base de cálculo" da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). **18. Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados (Consolidado):** As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2023 Provisão	2023 Depósitos vinculados	2022 Provisão	2022 Depósitos vinculados
Cível	**2.482**	**6.340**	**2.482**	**12.601**
Fiscal	**4.518**	**13.773**	**4.518**	**5.791**
Total	**7.000**	**20.113**	**7.000**	**18.392**
Não circulante	**7.000**	**20.113**	**7.000**	**18.392**

Cível: A Companhia e suas controladas figuram, em 31 de dezembro de 2023, na condição de ré em 41 processos cíveis (64 em 31 de dezembro de 2022), os quais em sua maioria, referem-se a demandas que versam sobre indenização a moradores de comunidades locais por potenciais danos aos imóveis em decorrência das obras e poluição sonora, pleitos de revisão dos valores de arrendamento, execução de título de cobrança extrajudicial e ações envolvendo discussão sobre valores supostamente devidos pelas controladas indiretas SPEs Eólica Pedra Rajada S.A. e Eólica Pedra Rajada II S.A. a Ecocil – Empresa de Construções Civis Ltda., uma subcontratada da TSK Energia e Desenvolvimento Ltda. Destes processos, foram classificados com expectativas de perdas prováveis o montante de R$ 2.428 (R$ 2.428 em 31 de dezembro de 2022). As contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2023 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia e de suas controladas com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível no montante de R$ 28.157 (R$ 4.415 em 31 dezembro de 2022), para as quais não foi constituída provisão. **Fiscal:** A Companhia e suas controladas figuram, em 31 de dezembro de 2023, na condição de ré em 45 processos fiscais (45 em 31 de dezembro de 2022), os quais em sua maioria, referem-se a demandas diversas. Destes processos, foram classificados com expectativas de perdas prováveis o montante de R$ 7.000 (R$ 7.000 em 31 de dezembro de 2022). As contingências fiscais cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2023 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia e de suas controladas com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível no montante de R$ 9.815 (R$ 4.518 em 31 dezembro de 2022), para as quais não foi constituída provisão. **Trabalhista:** O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2023 é composto por 5 reclamações ajuizadas (5 em 31 de dezembro de 2022), motivadas por ações de ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade de subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. A possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2023 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível no montante de R$ 1.407 (R$ 1.135 em 31 de dezembro de 2022), para as quais não foram constituídas provisões. **Ambiental:** Existem contingências ambientais, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2023 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 829 (R$ 840 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão. **19. Patrimônio líquido. 19.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia subscrito e integralizado era R$ 8.535.042 (R$ 7.427.042 em 31 de dezembro de 2022), representado por 8.136.388.296 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Energia S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Acionistas	Ações ordinárias	%
Equatorial Energia	8.136.388.296	100%

Em 22 de setembro de 2023, conforme Ata de Assembleia geral extraordinária, foi aprovado, o aumento no capital no valor de R$ 310.000, mediante a emissão de 231.429 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, previsto no plano de negócios da Companhia. Em 19 de dezembro, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado, o aumento no capital no valor de R$ 677.000, mediante a emissão de 494.295.391 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, previsto no plano de negócios da Companhia. Em 27 de dezembro, conforme Ata de Assembleia geral extraordinária, foi aprovado, o aumento no capital no valor de R$ 121.000 mediante a emissão de 88.345.262 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, previsto no plano de negócios da Companhia. **19.2 Reserva de lucros**

	2023	2022
Reserva legal	**42.596**	17.457
Reserva de dividendos adicionais (19.2.2)	**69.985**	–
Reserva de lucros a realizar	**1.675.737**	1.718.263
Reserva para investimento e expansão	**866.708**	463.822
Total de reservas de lucros	**2.655.026**	2.199.542

19.2.1 Reserva legal: Constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal era de R$ 42.596 (R$ 17.457 em 31 de dezembro de 2022). **19.2.2 Reserva de dividendos adicionais:** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede o previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva era R$ 69.985 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). **19.2.3 Reserva de lucros a realizar:** Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude das controladas da Companhia estarem em operação, a reserva é utilizada para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar era R$ 1.675.737 (R$ 1.718.263 em 31 de dezembro de 2022). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.718.263	1.751.908
Realização	**(42.526)**	(33.645)
Saldo final em 31 de dezembro	**1.675.737**	1.718.263

19.2.4 Reserva para investimento e expansão: A reserva é constituída com base no excesso do lucro do exercício não destinado de acordo com o art. 194 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros era R$ 866.708 (R$ 463.822 em 31 de dezembro de 2022). Reserva estatuária prevista no Art. 30, item IX do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica. **19.3 Ajuste de avaliação patrimonial:** Ajustes de avaliação patrimonial incluem a variação líquida do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa no valor de R$ 3.286 que se refere à parcela efetiva da variação até o seu reconhecimento e que foram protegidos (ver nota explicativa nº 23.3). Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de *hedge* de fluxo de caixa era de R$ 12.433 (R$ 15.719 em 31 de dezembro de 2022). **19.4 Lucro por ação:** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2023 Ações ordinárias	2022 Ações ordinárias
Numerador:		
Lucro líquido do exercício:	**502.786**	349.130
Média ponderada por classe de ações	**8.535.043**	7.322.318
Lucro básico e diluído por ação	**0,05891**	0,04768

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSÃO S.A. | CNPJ/MF nº 23.520.790/0001-31

19.5 Planos de opção de compra de ações: O Grupo possui planos para outorga de opções de ações aos seus colaboradores. Estes planos visam integrar os profissionais no processo de desenvolvimento das controladas a médio e longo prazo. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período. Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A., através de um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **19.5.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações:** No dia 22 de julho de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da Equatorial Energia S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano"). O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e de suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e de suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis. Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano. O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga. As ações sujeitas as regras do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria, adquiridas em programa de recompra ou a serem emitidas. O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo *"Black & Scholes"* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

1ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A.)

	2023	2022
Valor justo na data de outorga	6,78	6,78
Data da outorga: 17/12/2019		
Quantidade outorgada	1.300.000	1.300.000

	2023	2022
Preço da ação na data de outorga	22,06	22,08
Valor justo ponderado do *vesting period*	18,62	17,32
Volatilidade esperada (média ponderada)	22,96%	22,96%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,40%	6,40%

(a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco: Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação da Equatorial Energia S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura. **(b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:** O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no exercício. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2020 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos. **(c) Forma de determinação da volatilidade esperada:** Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Em opções	Número de opções 2023	Valor justo ponderado do preço 2023	Número de opções 2022	Valor justo ponderado do preço 2022
Existentes em 1° de janeiro	1.300.000	18,90	1.300.000	20,10
Existentes ao fim do período/ exercício 1° outorga	1.300.000	18,62	1.300.000	20,10

21. Custos dos serviços prestados e despesas operacionais (Consolidado)

	2023						2022					
	Custo de O&M	Custo de construção (a)	Outros custos	Custos de geração	Total dos custos	Despesas administrativas	Custo de O&M	Custo de construção (a)	Outros custos	Custos de geração	Total dos custos	Despesas administrativas
Pessoal	(18.130)	–	(175)	(28.338)	(46.643)	(35.375)	(17.653)	–	(72)	(24.781)	(42.506)	(36.271)
Material	(2.018)	(46.106)	(21)	(12.910)	(61.055)	(535)	(1.940)	(2.564)	–	(8.438)	(12.942)	(375)
Serviços de terceiros	(60.046)	(18.987)	(1.809)	(14.897)	(95.739)	(19.315)	(38.764)	(2.494)	(2.349)	(6.766)	(50.373)	(29.017)
Variações das margens do ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(63.664)	–	(63.664)
Depreciação/Amortização (b)	–	–	(268)	(211.954)	(212.222)	(289.554)	–	–	(229)	(207.273)	(207.502)	(241.271)
Energia elétrica comprada para revenda	–	–	–	(34.761)	(34.761)	–	–	–	–	(5.659)	(5.659)	–
Outros	(332)	(4)	(29)	(203.518)	(203.883)	(13.548)	(540)	(407)	(680)	(169.343)	(170.970)	(11.953)
Total	(80.526)	(65.097)	(2.302)	(506.378)	(654.303)	(358.327)	(58.897)	(5.465)	(66.994)	(422.260)	(553.616)	(318.887)

(a) O custo de construção são todos os custos das controladas transmissoras da Companhia para a implementação da infraestrutura, o aumento no exercício em comparação ao exercício anterior é reflexo das obras de operação e manutenção das SPEs 1 e 8. (b) Na aquisição da Echoenergia Participações S.A., foi feito um estudo para mensurar o valor justo dos ativos e passivos da mesma, tal estudo gerou uma mais valia, a qual passou a ser amortizada de acordo com tempo de autorização/ contrato, não havendo nenhum efeito caixa nessa transação.

22. Outras despesas/receitas operacionais (Consolidado)

Outras receitas operacionais	2023	2022
Outras receitas operacionais	1.496	801
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (a)	(10.683)	–
Indenização por danos a terceiros	(17)	(21)
Outras despesas operacionais (b)	(13.500)	–
Total de outras despesas operacionais	(24.200)	(21)
Total outras despesas/receitas operacionais, líquidas	(22.704)	780

(a) O aumento das perdas pela desativação de bens é, principalmente, devido a manutenções de componentes ocorridas no exercício de 2023; (b) O aumento de outras despesas operacionais é devido, principalmente, a conciliação e baixa de adiantamentos a fornecedores de longo prazo. **23. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita financeira				
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	13.076	17.118	207.922	177.721
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.752)	(1.085)	(7.290)	(4.991)
Variação monetária da dívida (b)	14.022	–	14.057	–
Remuneração de aval	21.474	–	21.474	–
Outras receitas financeiras	6.062	6.207	10.488	12.959
Total de receitas financeiras	52.882	22.240	246.651	185.689
Despesas financeiras				
Encargos da dívida (b)	(64.212)	(54.599)	(677.367)	(700.222)
Variação monetária da dívida (b)	(61.839)	(58.030)	(185.419)	(194.704)
Outras despesas financeiras	(7.203)	(2.147)	(87.340)	(73.770)
Total de despesas financeiras	(133.254)	(114.776)	(950.126)	(968.696)
Resultado financeiro líquido	(80.372)	(92.536)	(703.475)	(783.007)

(a) Em rendimentos de aplicação financeira, os principais impactos foram a alta do CDI, que estava em 12,39% acumulado dezembro de 2022, e 13,04% acumulado em 2023, e também devido ao crescimento das disponibilidades do consolidado, em 32,1%. Na controladora houve um saldo médio de disponibilidades menor no ano de 2023, o que justifica a redução no rendimento de aplicação financeira; (b) A despesa com encargos e variação monetária da dívida foi reduzida, principalmente, pela queda do IPCA, indexador com participações na dívida das controladas, que acumulou 5,79% em 2022, e acumulou 4,62% em 2023. Na controladora, a receita com variação cambial é devido a captação de empréstimos em moeda estrangeira no ano de 2023. **24. Instrumentos financeiros. 24.1 Considerações gerais:** A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA ajustado (DL/EBITDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL). **24.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. **(i) Mensuração do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão identificados conforme a seguir:

Controladora Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	712.905	712.905	267.857	267.857
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	87.777	87.777	30.816	30.816
Total do ativo			800.682	800.682	298.673	298.673

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Fornecedores	–	Custo amortizado	1.922	1.922	3.032	3.032
Empréstimo e financiamento		Custo amortizado	200.079	200.864	–	–
Debêntures	–	Custo amortizado	1.014.690	1.152.562	1.036.452	896.894
Total do passivo			1.216.691	1.355.348	1.039.484	899.926

Consolidado Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	1.330.819	1.330.819	826.673	826.673
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.393.872	1.393.872	1.023.415	1.023.415
Contas a receber de clientes	–	Custo amortizado	323.654	323.654	290.364	290.364
Total do ativo	–		3.048.345	3.048.345	2.140.452	2.140.452

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Fornecedores	–	Custo amortizado	165.374	165.374	142.710	142.710
Empréstimos e financiamentos	–	Custo amortizado	8.480.343	8.546.158	6.748.147	6.801.342
Debêntures	–	Custo amortizado	2.638.390	2.904.009	2.957.410	2.671.322
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	20.147	20.147	15.719	15.719
Passivo de arrendamento	–	Custo amortizado	66.070	66.070	67.403	232.311
Total do passivo			11.370.324	11.701.758	9.931.389	9.863.404

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo; **Aplicações financeiras (ativo circulante)** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; **Aplicações financeiras (ativo não circulante)** - referem-se a aplicações financeiras não alocadas em disponibilidade, classificados como valor justo por meio resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma está refletido no valor da cota do fundo; **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações das controladas da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swap, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e de suas controladas e são classificados como passivo ao custo amortizado; **Empréstimos e financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos das controladas da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais); **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e B3 S.A; e **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o exercício de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado. **24.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A controlada Echoenergia Crescimento S.A. utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a controlada Echoenergia Crescimento S.A. possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. A controlada Echoenergia Crescimento S.A. possui compromissos firmes com fornecedores referentes à compra de ativos imobilizados atrelados ao dólar norte americano, os quais se qualificavam para a aplicação da contabilidade de *hedge*. Com o intuito de proteger o caixa das oscilações da moeda estrangeira, o Grupo estabeleceu operações com derivativos por meio de contratos de câmbio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os Contratos a Termo - Contratos de Câmbio não geraram entradas líquidas de caixa. Abaixo são demonstrados os valores registrados com derivativos, designados com *hedge* de fluxo de caixa durante o exercício de 2023 e 2022, reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Controlada	Instituição financeira e objetivo de proteção de risco de mercado	Ingresso	Vencimento	Ponta Ativa	Ponta passiva	2023 Valor justo Total
Equatorial Transmissão	Bocom	29/06/2023	28/03/2024	200.864	(200.000)	864
Sertao Solar Barreiras XXI S.A.	XP / Objetivo: proteger a exposição da Companhia à variabilidade nos fluxos de caixa referentes a compra de módulos fotovoltaicos	24/11/2022	10/01/2024	–	(12.248)	(12.248)
Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE Ltda.	BTG / R$ / Objetivo: proteger a exposição da Companhia à variabilidade nos fluxos de caixa referentes a compra de módulos fotovoltaicos	27/12/2022	10/01/2024	–	(245)	(245)
Sertao Solar Barreiras XVIII S.A.	BTG / R$ / Objetivo: proteger a exposição da Companhia à variabilidade nos fluxos de caixa referentes a compra de módulos fotovoltaicos	27/12/2022	10/01/2024	–	(61)	(61)
Sertao Solar Barreiras XX S.A.	BTG / R$ / Objetivo: proteger a exposição da Companhia à variabilidade nos fluxos de caixa referentes a compra de módulos fotovoltaicos	27/12/2022	10/01/2024	–	(61)	(61)
Sertao Solar Barreiras XIX S.A.	BTG / R$ / Objetivo: proteger a exposição da Companhia à variabilidade nos fluxos de caixa referentes a compra de módulos fotovoltaicos	27/12/2022	10/01/2024	–	(306)	(306)
Sertao Solar Barreiras XXI S.A.	BTG / R$ / Objetivo: proteger a exposição da Companhia à variabilidade nos fluxos de caixa referentes a compra de módulos fotovoltaicos	27/12/2022	10/01/2024	–	(31)	(31)
Sertao Solar Barreiras XV S.A.	Safra	28/07/2023	24/01/2024	48.873	(46.850)	2.023
Sertao Solar Barreiras XVI S.A.	Safra	28/07/2023	24/01/2024	35.840	(34.357)	1.483
Sertao Solar Barreiras XVII S.A.	Safra	28/07/2023	24/01/2024	35.840	(34.357)	1.483
Sertao Solar Barreiras XVIII S.A.	Safra	28/07/2023	24/01/2024	42.357	(40.604)	1.753
Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE Ltda.	Safra	01/09/2023	28/02/2024	153.482	(154.830)	(1.348)
Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE Ltda.	Santander	27/12/2023	27/03/2024	127.197	(133.043)	(5.846)
Total				644.453	(656.993)	(12.540)
Ativo circulante						7.607
Passivo circulante						(20.147)

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes nas controladas da Companhia:

		2023 Valor contábil			2023 Valor contábil		
Controlada	Risco cambial	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído	Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Echoenergia Crescimento S.A.	Contrato de SWAP *Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	430.000	6.743	(7.194)	Instrumentos financeiros derivativos	(267)	N/A
Equatorial Transmissão S.A.	Contrato de SWAP *Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	200.000	864	–	Instrumentos financeiros derivativos	789	N/A
Echoenergia Crescimento S.A.	Contrato a termo	91.308	–	(12.953)	Instrumentos financeiros derivativos	2.765	N/A

		2022 Valor contábil			2022 Valor contábil		
Controlada	Risco cambial	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído	Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Echoenergia Participações S.A.	Contrato a termo	1.016.447	–	(15.719)	Instrumentos financeiros derivativos	(15.719)	N/A

24.4 Gerenciamento dos riscos financeiros: O Conselho de Administração da Companhia, bem como de suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior. **(a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco das controladas da Companhia incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado no montante de R$ 712.905 e R$ 1.330.819, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 (R$ 267.857 e R$826.673 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber:** O Contas a receber das controladas da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a Receita Anual Permitida (RAP) de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ; e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes. Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo (ONS) para evitar risco de inadimplência. **(b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações. Informações com melhor detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas nas notas explicativas n° 12 - Empréstimos e financiamentos e n° 13 - Debêntures. A Companhia e suas controladas têm obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e de suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia e suas controladas estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(i) Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora

	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	200.079	205.921	–	205.921	–	–	–
Títulos de dívida emitidos com garantia	942.960	1.607.045	–	47.038	130.020	392.368	1.037.619
Títulos de dívida emitidos sem garantia	71.730	78.880	–	78.880	–	–	–
Subtotal - Debêntures	1.014.690	1.685.925	–	125.918	130.020	392.368	1.037.619
Fornecedores	1.922	1.922	1.922	–	–	–	–
Total	1.216.691	1.893.768	1.922	331.839	130.020	392.368	1.037.619

Consolidado

	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	8.420.803	11.324.882	406.985	1.787.889	592.966	1.814.726	6.722.316
Títulos de dívida emitidos com garantia	942.960	1.607045	–	47.038	130.020	392.368	1037619
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.695.396	2.487881	30.013	196.475	154.736	576.525	1.530.132
Subtotal - Debêntures	2.638.356	4.094.926	30.013	243.513	284.756	968.893	2.567.751
Passivo de arrendamento financeiro	66.070	66.070	258	1.465	1.876	6.092	56.379
Fornecedores	165.099	165.099	55.451	109.648	–	–	–
Fornecedores (risco sacado)	275	275	275	–	–	–	–
Total	11.290.603	15.651.252	492.982	2.142.515	879.598	2.789.711	9.346.446

* Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas n° 12 - Empréstimos e financiamentos e n° 13 - Debêntures, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Riscos de mercado.** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. As controladas da Companhia utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, as controladas da Companhia buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e sua controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2023 a exposição de forma consolidada ao câmbio, é de 5,7% (0% em 31 de dezembro de 2022), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia e sua controladas possuem dívidas em moeda estrangeira, e possui swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa n° 24.3 - Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

			Controladora				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Impacto no Resultado				
Operações	Risco	Saldo em R$ Mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US$	(200.079)	(207.933)	(259.916)	(311.900)	(155.950)	(103.967)
Impacto no resultado do exercício				(51.983)	(103.967)	51.983	103.967
Swap – Ponta Ativa	US$	200.864	208.750	260.937	313.124	156.562	104.375
Impacto em outros resultados abrangentes				204	408	(204)	(408)
Impacto no resultado do exercício				51.983	103.967	(51.983)	(103.967)
Impacto líquido no resultado do exercício total				–	–	–	–

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSÃO S.A. | CNPJ/MF nº 23.520.790/0001-31

Consolidado — Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial — Impacto no Resultado							
Operações	Risco	Saldo em R$ Mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US$	(630.375)	(655.122)	(818.903)	(982.683)	(491.342)	(327.561)
Impacto no resultado do exercício				(163.781)	(327.561)	163.781	327.561
Swap – Ponta Ativa	US$	640.727	665.879	832.349	998.819	499.409	332.940
Impacto em outros resultados abrangentes				2.689	5.379	(2.689)	(5.379)
Impacto no resultado do exercício				163.780	327.561	(163.780)	(327.561)
Impacto líquido no resultado do exercício total				-	-	-	-

Referência para passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 2023	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R$ (12 meses)	5,03	4,84	6,29	7,55	3,77	2,52

Fonte: B3.

(e) Risco de taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e de suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia e de suas controladas. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Controladora — Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros							
Operação	Risco	Saldo em R$ Mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	800.649	881.034	901.130	921.227	860.938	840.841
Impacto no resultado do exercício		–	–	20.096	40.193	(20.096)	(40.193)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(1.039.211)	(1.104.889)	(1.121.309)	(1.137.728)	(1.088.469)	(1.072.050)
	IPCA	–	(65.678)	(16.420)	(32.839)	16.420	32.839
Impacto no resultado do exercício		–	–	(16.420)	(32.839)	16.420	32.839
Swap - Ponta Ativa (Curva)		(200.000)	(220.080)	(248.778)	(280.000)	(322.168)	(346.427)
Impacto no resultado do exercício		–	–	(5.020)	(10.040)	5.020	10.040
Impacto líquido no resultado do exercício total		–	–	(1.344)	(2.686)	1.344	2.686

Consolidado — Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros							
Operações	Risco	Saldo em R$ Mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	2.652.334	2.918.628	2.985.202	3.051.775	2.852.054	2.785.481
Impacto no resultado do exercício				66.574	133.147	(66.574)	(133.147)
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.027.553)	(1.130.719)	(1.156.511)	(1.182.302)	(1.104.927)	(1.079.136)
	TJLP	(1.015.874)	(1.081.499)	(1.097.905)	(1.114.312)	(1.065.093)	(1.048.686)
	IPCA	(8.093.780)	(8.605.307)	(8.733.189)	(8.861.070)	(8.477.425)	(8.349.544)
Total de passivos financeiros		(10.137.207)	(10.817.525)	(10.987.605)	(11.157.684)	(10.647.445)	(10.477.366)
	CDI		(103.122)	(25.780)	(51.583)	25.792	51.583
	TJLP		(65.625)	(16.406)	(32.813)	16.406	32.813
	IPCA		(511.527)	(127.882)	(255.763)	127.882	255.763
Impacto no resultado do exercício				(170.080)	(340.159)	170.080	340.159
Impacto líquido no resultado do exercício total				(103.506)	(207.012)	103.506	207.012

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 2023	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
TJLP (% 12 meses)	6,46%	6,96%	8,08%	9,69%	4,85%	3,23%
IPCA (% 12 meses)	6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3 e Santander

(f) Risco de vencimento antecipado. A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 12 – Empréstimos e financiamentos e nº 13 - Debêntures. **(g) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento.** Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da Receita Anual Permitida (RAP) será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico--financeiro da Concessão, devidamente comprovado pelas controladas, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração. **(h) Riscos regulatórios e operacionais.** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e de suas controladas e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços. Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso as controladas da Companhia expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade. Risco regulatório: caso as controladas não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa. **(i) Risco ambiental.** A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere à implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia e suas controladas têm a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte. **24.5 Gestão do capital.** A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. A Companhia e suas controladas entendem que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures e o financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia repassados pelo Banco do Brasil. **25. Demonstração dos fluxos de caixa. 25.1 Transações não envolvendo caixa.** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Controladora

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Hedge accounting de fluxo de caixa	788
Atividades de investimento	
Dividendos a receber	373.560
Dividendos mínimos obrigatórios	4.776
Realização da reserva de lucro a realizar	42.526
Total de atividades de financiamento	**420.862**
Total	**421.650**

Consolidado

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Hedge accounting de fluxo de caixa	3.801
Atividades de investimento	
Baixa da RAP	1.305.122
Dividendos mínimos obrigatórios	4.776
Realização da reserva de lucro a realizar	42.526
Total de atividades de financiamento	**1.352.424**
Total	**1.356.225**

25.1.1 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Controladora	2022	Ingresso	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	–	200.000	–	(8.103)	8.182	200.079
Debêntures	1.036.452	–	(71.735)	(53.560)	103.533	1.014.690
Dividendos a pagar	36.962	–	(36.962)	–	47.302	47.302
Capital social	7.427.042	1.108.000	–	–	–	8.535.042
Total	8.500.456	1.308.000	(108.697)	(61.663)	159.017	9.797.113

Consolidado	2022	Ingresso	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	6.748.147	2.038.000	(566.795)	(380.062)	581.513	8.420.803
Debêntures	2.957.410	–	(478.003)	(156.083)	315.032	2.638.356
Instrumentos financeiros derivativos	15.719	–	–	–	4.428	20.147
Passivo de arrendamento	67.403	–	(7.217)	–	5.884	66.070
Dividendos a pagar	36.962	–	(36.962)	–	47.302	47.302
Capital social	7.427.042	1.108.000	–	–	–	8.535.042
Total	17.252.683	3.146.000	(1.088.977)	(536.145)	954.159	19.727.720

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício.

26 Segmento de negócios. A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes. A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Desta forma, os segmentos econômicos em que atua são: Transmissão e Geração Eólica[1] cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

2023	Transmissão	Geração eólica	Conciliação — Administração	Conciliação — Eliminações	Total
Clientes externos	1.339.331	1.027.962	–		2.367.293
Intersegmento	128.670	–	–	–	128.670
Custos e despesas operacionais	(163.211)	(567.159)	(304.964)	–	(1.035.334)
Resultado oper. antes do resultado financeiro	1.304.790	460.803	(304.964)	–	1.460.629
Receita financeira	101.728	113.515	52.882	(21.474)	246.651
Despesa financeira	(429.006)	(409.340)	(133.254)	21.474	(950.126)
Resultado financeiro	(327.278)	(295.825)	(80.372)	–	(703.475)
Resultado de participações societárias	–	–	888.122	(888.122)	–
Imposto de renda e contribuição social	(180.816)	(73.552)	–	–	(254.368)
Lucro líquido do exercício	796.696	91.426	502.786	(888.122)	502.786

2022	Transmissão	Geração eólica	Conciliação — Administração	Conciliação — Eliminações	Total
Clientes externos	1.300.519	839.557	–	–	2.140.076
Intersegmento	98.165	–	–	–	98.165
Custos e despesas operacionais	(142.120)	(469.295)	(260.308)	–	(871.723)
Resultado oper. antes do resultado financeiro	1.256.564	370.262	(260.308)	–	1.366.518
Receita financeira	80.109	83.340	22.240	–	185.689
Despesa financeira	(478.032)	(375.888)	(114.776)	–	(968.696)
Resultado financeiro	(397.923)	(292.548)	(92.536)	–	(783.007)
Resultado de participações societárias	–	–	701.974	(701.974)	–
Imposto de renda e contribuição social	(180.076)	(54.305)	–	–	(234.381)
Lucro líquido do exercício	678.565	23.409	349.130	(701.974)	349.130

[1]Diz respeito à implementação e exploração de ativos de geração e comercialização de energia elétrica de fontes renováveis.

2023	Transmissão	Geração eólica	Conciliação — Administração	Conciliação — Eliminações	Total
Ativos operacionais	**11.278.920**	**14.142.224**	**12.454.126**	**(11.640.886)**	**26.234.384**
Passivos operacionais	**7.315.133**	**6.551.207**	**1.220.463**	**(86.082)**	**15.000.721**

2022	Transmissão	Geração eólica	Conciliação — Administração	Conciliação — Eliminações	Total
Ativos operacionais	10.741.275	11.547.641	10.705.525	(10.374.007)	22.620.434
Passivos operacionais	7.200.624	4.769.077	1.086.548	(54.792)	13.001.457

26.1 Receita operacional por segmento

2023	Transmissão	Geração eólica	Total
Receita de construção	**97.878**	**–**	**97.878**
Receita de operação e manutenção	**133.629**	**–**	**133.629**
Receita com venda de energia	**–**	**1.067.589**	**1.067.589**
Receita de remuneração de ativos de contrato	**1.374.586**	**–**	**1.374.587**
Outras receitas	**–**	**396**	**396**
Total da receita bruta	**1.606.093**	**1.067.985**	**2.674.078**

2022	Transmissão	Geração eólica	Total
Receita de construção	107.282	–	107.282
Receita de operação e manutenção	93.685	–	93.685
Receita com venda de energia	–	862.231	862.231
Receita de remuneração de ativos de contrato	1.290.592	–	1.290.592
Outras receitas	127	9.466	9.593
Total da receita bruta	1.491.686	871.697	2.363.383

27 Compromissos futuros (Consolidado). A controlada da Companhia, Echoenergia Crescimento S.A. opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com suas contrapartes. Estas transações resultaram em ganhos e perdas para o Grupo, que foram reconhecidas pelos seus valores justos no resultado do exercício.

	2023 Ativo	2023 Passivo	2022 Ativo	2022 Passivo
Controladas				
Echoenergia Crescimento S.A.	**23.859**	**22.551**	–	–
Circulante	**10.744**	**10.527**	–	–
Não circulante	**13.115**	**12.024**	–	–

28 Contratos futuros (Consolidado)

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026*
Energia contratada	2023 a 2037	19.578	22.100	8.568	8.355
Energia contratada (em MhW)	2023 a 2037	113	134	46	46

(*) estimado em 8 anos após 2026.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026*
Encargos de uso do sistema de transmissão (CUST/CCT) e distribuição (CUSD)	2023 a 2037	66.930	66.930	66.930	736.234
Contratos de operação e manutenção	2023 a 2038	104.251	113.335	122.479	277.256

(*) estimado em 12 anos após 2026

29 Eventos subsequentes. Equatorial Transmissora SPE 7 S.A.: Resolução autorizativa; Em 23 de janeiro de 2024, através da resolução autorizativa nº 15.016/2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, autorizou a Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., Contrato de Concessão nº 020/2017, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabeleceu os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida (RAP) no total de R$ 5.471. **SPE 01. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 27.406, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 02. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 21.187, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 03. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 39.106, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 04. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 53.841, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 05. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 30.637, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 06. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 30.684, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 07. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 34.650, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 08. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 27.772, decorrentes do resultado do exercício. **Barreiras Holding S.A.. Emissão de Debêntures em andamento.** A controlada indireta da Companhia possui em andamento a 1ª Emissão de Debêntures para reembolso de despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas ao Projeto totalizando R$ 950 milhões, conforme portarias nº 2.343/SNTEP/MME, 2.344/SNTEP/MME, 2.340/SNTEP/MME, 2.341/SNTEP/MME, 2.314/SNTEP/MME, 2.315/SNTEP/MME, 2.316/SNTEP/MME aprovadas pelo ministério. O volume será de até R$ 950 milhões e a taxa teto será a maior entre IPCA+"NTN-B 35+1,15% a.a." ou IPCA+6,72% a.a., ainda sujeitos a processo de bookbuilding. A previsão de Liquidação está para a primeira quinzena de abril. O prazo da oferta é de 20 anos com amortização e juros semestrais customizados. A debênture possui garantia fidejussória da controladora(s). **Captação de empréstimo.** Em 22 de março de 2024, as controladas Sertão Solar Barreiras XVI S.A., Sertão Solar Barreiras XVII S.A. e Sertão Solar Barreiras XVIII S.A., através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovaram a contratação de empréstimo de longo prazo no montante de R$ 380.000.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Augusto Miranda da Paz Júnior | Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima | José Silva Sobral Neto

DIRETORIA EXECUTIVA
Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor
Ailton Costa Ferreira - Diretor   Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor
Cristiano de Lima Logrado - Diretor

Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-3-S-DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Conselho de Administração e Diretoria da **Equatorial Transmissão S.A.** Brasília - Distrito Federal. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Transmissão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Mensuração de ativos contratuais de transmissão. Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia e suas controladas avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia e suas controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R$ 1.062.945 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Controles gerais de tecnologia de informação. A Companhia e suas controadas, impactadas pelos seus elevados números de transações, utilizam-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve serviço público de distribuição de energia elétrica, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia e suas controladas para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia e suas controladas. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia e suas controladas para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos.** *Demonstração do valor adicionado.* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

No JBr as notícias chegam de

bike

Acesse o site **Jornal de Brasília** e conheça **Afonso Ventania**, o Bikerrepórter que pedala pelo DF trazendo conteúdos especiais aos brasilienses.

Jornal de Brasília

EMBAIXADA MEXICANA

Brasil condena invasão

Local foi alvo de operação para captura do ex-vice-presidente do Equador

Na reprimenda mais dura até aqui, o Brasil afirmou que o Equador cruzou uma linha vermelha ao invadir a embaixada do México em Quito na última semana para deter o ex-vice-presidente Jorge Glas.

"Nem nos piores e nos mais sombrios tempos das ditaduras militares em nosso continente o direito à inviolabilidade dos locais de missão diplomática foi violado", disse a diplomacia brasileira em um debate nesta terça-feira, na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os países-membros da organização negociam uma resolução simbólica que condene a ação do governo do presidente Daniel Noboa contra o serviço diplomático mexicano, um movimento que surpreendeu a toda a vizinhança e despertou uma onda de condenações.

O discurso da posição brasileira, lido pelo embaixador Benoni Belli ao Conselho Permanente da OEA em Washington, diz que "a medida levada a cabo pelo governo equatoriano constitui grave precedente, atinge em cheio um princípio fundamental das relações internacionais, e merece enérgico repúdio pelos efeitos nocivos que tende a gerar".

Também há defesa do direito ao asilo político, que o México concedeu a Glas pouco antes de o ex-vice equatoriano ser retirado da embaixada em Quito por policiais fortemente armados que o carregaram pelas mãos e pelos pés sob amplo protesto de diplomatas mexicanos.

HANDOUT / ECUADORIAN POLICE / AFP

Ex-vice-presidente Jorge Glas foi capturado pela polícia na sexta, durante invasão da embaixada do México

Entenda

Vice do ex-presidente de esquerda Rafael Correa, condenado por corrupção e hoje morando na Bélgica, Glas estava desde dezembro passado abrigado na embaixada mexicana. Naquele mês, pediu asilo político alegando ser perseguido pela Justiça equatoriana.

Ele já havia sido condenado a oito anos de prisão em 2017, época em que era vice do sucessor de Correa, Lenin Moreno, por corrupção após receber subornos da construtora Odebrecht. Em novembro de 2022, conseguiu liberdade condicional e deixou a prisão.

Mas no final de 2023, pouco antes de se refugiar na embaixada do México, Glas virou novamente alvo da Justiça ao ser investigado em outro caso de corrupção, dessa vez envolvendo a utilização de dinheiro público.

Ruptura do direito internacional

A diplomacia brasileira já havia condenado as ações do Equador, mas em manifestação de menor escala. Horas após a invasão da embaixada em Quito, o Itamaraty disse em nota que as ação "constitui grave precedente". No X, o presidente Lula (PT) prestou solidariedade a seu homólogo mexicano, Andrés Manoel López Obrador.

Também nesta terça, desta vez em conversa com López Obrador, o petista disse que a invasão é "grave ruptura do direito internacional". Ele ainda sinalizou que Brasília acompanhará o tema na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), que ainda nesta semana debaterá o assunto.

Obrador rompeu as relações diplomáticas com o Equador após a ação. Diversas autoridades mexicanas condenaram a invasão de sua embaixada. Um dos principais nomes do debate político local, no entanto, também criticou a ação de conceder asilo a Glas.

Principal nome opositor e candidata de uma importante coalizão, a ex-senadora Xóchitl Gálvez disse nesta terça-feira que em um possível governo seu "as embaixadas não serão antros de delinquentes".

SAIBAMAIS

» **A inviolabilidade das embaixadas mencionada por Brasil e muitos outros países em meio a esse debate está fundamentada na chamada Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, uma das pedras fundamentais da diplomacia.**

» **Seu artigo 22 diz que locais de uma missão diplomática são invioláveis, podendo ser acessados por agentes do Estado onde se encontram somente com o consentimento do chefe dessa missão. Foi o contrário do que ocorreu em Quito.**

» **Na ocasião da invasão do espaço, o chefe da missão e segundo na hierarquia, o diplomata Roberto Canseco, tentou impedir os policiais, que o ignoraram e chegaram a apontar armas para ele.**

» **Nesta segunda-feira (8), ao falar sobre o assunto, o equatoriano Daniel Noboa disse que era sua obrigação cumprir "as decisões da Justiça". "Não podíamos permitir que ali se asilassem delinquentes condenados e envolvidos em crimes muito graves", afirmou em comunicado.**

» **Glas foi capturado pela polícia na sexta-feira (5). Na segunda-feira ele foi hospitalizado após fazer uma greve de fome na prisão. Ele havia consumido antidepressivos e sedativos em excesso e foi encontrado inconsciente pelos agentes carcerários, segundo um relatório policial, mas já foi levado de volta à penitenciária.**

SANÇÕES

Aumenta a pressão sobre Israel

A pressão sobre Israel aumentou nessa terça-feira após a França ameaçar sanções e a Turquia declarar a suspensão de exportações de vários produtos ao país. Na semana passada, o presidente dos EUA, Joe Biden, havia pedido uma mudança na abordagem israelense no conflito.

O chanceler da França, Stéphane Séjourné, sinalizou que Paris poderia punir Israel para forçar o país a permitir a entrada de mais ajuda humanitária em Gaza. "Sanções permitiriam que a ajuda humanitária atravesse os postos de controle", disse Séjourné, lembrando que foi a França o primeiro país da União Europeia a propor sanções aos colonos israelenses na Cisjordânia.

A preocupação da França é com a ameaça de fome generalizada. De acordo com relatório da ONU, o número de desnutridos quase duplicou desde dezembro em Gaza. Israel afirma que não está bloqueando a entrada de ajuda humanitária e culpa as ONGs e o Hamas por falta de organização.

Já o governo turco saiu do campo da retórica e restringiu a exportação de produtos israelenses de 54 categorias diferentes até que um cessar-fogo seja declarado em Gaza. Segundo o Ministério do Comércio da Turquia, as restrições incluem ferro, aço e equipamentos de construção.

O anúncio ocorre após Israel negar o pedido turco para enviar ajuda humanitária para o enclave palestino pela via aérea. Diversos países do Ocidente como EUA, França e Espanha já fazem isso desde o mês passado. Israel respondeu, dizendo que vai boicotar produtos turcos e pedir aos EUA que façam o mesmo.

Enquanto isso, as negociações para um cessar-fogo continuam. O Hamas informou ontem que está examinando uma proposta de trégua de várias semanas na Faixa de Gaza e a libertação de reféns israelenses em troca de prisioneiros palestinos.

LIBERTADORES

Não dá nem tempo para comemorar

Flamengo volta a campo hoje, às 21h30, contra o Palestino. Equipe fará sequência de 16 jogos em 53 dias.

Três dias após conquistar o título Carioca, o Flamengo entra em campo na noite de hoje para o início de uma longa sequência de partidas em competições de alto nível. O primeiro dos desafios é diante do Palestino, do Chile, pela segunda rodada da Libertadores da América. A partida, no Maracanã, será às 21h30.

Ao longo desse mês, o rubro-negro possui seis jogos agendados, além de outros dois já disputados entre os dias 2 e 7 de abril. Em função do calendário apertado do futebol brasileiro, a próxima folga será no entre os dias 3 a 11 de junho, em função da Data Fifa. Até essa data, serão 16 jogos em 53 dias, uma média de um jogo a cada três dias.

Esse é o primeiro jogo do rubro-negro diante de sua torcida na competição continental. Após o empate em 1 a 1 na estreia, contra o Millonário, na altitude de Bogotá (COL), o clima de ansiedade por parte de torcedores e jogadores é grande. Até a última projeção, mais de 44 mil ingressos haviam sido vendidos, além das gratuidades por lei municipal e estadual.

"Assim como a torcida, a gente também tem uma expectativa muito grande. Creio que é a competição mais almejada ultimamente pelos times sul-americanos. A competição tem crescido absurdamente. A gente almeja com certeza não só ela, como todas as outras. Obviamente que é muito difícil você conquistar todos esses títulos, mas a gente vai entrar com bastante ambição aí porque sabe que tem todas as condições", destacou o meia Everton Cebolinha, durante a premiação dos melhores jogadores do Campeonato Carioca, que aconteceu na noite de segunda-feira, no Rio de Janeiro.

Outros jogos

Outros dois times brasileiros também entram em campo na noite de hoje pela Libertadores da América.

Em Belo Horizonte, o atual campeão mineiro Atlético-MG enfrenta o Rosario Central (ARG), às 19h. Mais tarde, às 21h30, o São Paulo enfrenta o Cobresal (CHI), no estádio MorumBis.

Outras quatro partidas movimentam a 2ª rodada da Libertadores na noite de hoje. Às 19h, tem Independiente Del Valle (EQU) x San Lorenzo (ARG); e Cerro Porteño (PAR) x Alianza Lima (PER). Mais tarde, às 21h, é a vez do duelo entre Peñarol (URU) x Caracas (VEN). O último jogo do dia é entre Barcelona de Guayaquil (EQU) x Talleres (ARG), às 23h.

MARCELO CORTES/ FLAMENGO

Everton Cebolinha está empolgado com o jogo de logo mais, no Maraca

SAIBAMAIS

» **Seis partidas dão continuidade a segunda rodada da Copa Sul-Americana na noite de hoje, sendo três partidas envolvendo equipes brasileiras.**

» **O primeiro time do país a entrar em campo é o Fortaleza, que enfrenta o Nacional Potosí (BOL), às 19h, no Castelão.**

» **Um pouco mais tarde, às 21h, é a vez do Internacional encarar o Real Tomayapo (BOL), no Beira Rio, em Porto Alegre.**

» **Por fim, às 21h30, é a vez do Red Bull Bragantino enfrentar o Racing (ARG). A equipe de Bragança Paulista é a única que joga fora de casa, em Avellaneda.**

» **Os demais jogos são: Defensa y Justicia (ARG) x Always Ready (BOL); Unión La Calera (CHI) x Universidad de Quito (EQU); e Independiente Medellín (COL) x Universidad César Vallejo (PER).**

Palmeiras irá poupar de novo

O Palmeiras terá em campo, mais uma vez, um time com muitas modificações em uma partida de Copa Libertadores. Endrick, Mayke e Zé Rafael serão três desfalques certos para a partida de amanhã, contra o Liverpool (URU), pela segunda rodada da fase de grupos.

O atacante sofre com um trauma na coxa direita, o lateral sentiu lesão na perna esquerda na decisão e Zé tem muitas dores nas costas.

O time modificado já estava no planejamento do clube. A comissão técnica imaginava que o desgaste após a final do Paulistão seria muito alto, e por isso adotou a estratégia de preservar alguns atletas contra o Liverpool-URU jogando no Allianz Parque com aquele que é o time visto como menos perigoso do grupo.

Além de recuperar seus titulares, Palmeiras conseguirá equilibrar o elenco. Abel Ferreira quer que todos os atletas em seu elenco estejam com bom ritmo de jogo e nível técnico, e ao poupar na Libertadores ele consegue dar mais chances aos que não estão atuando por muitos minutos, mas que têm correspondido.

PSG X BARCELONA

Hora de dar a volta por cima

Após duas temporadas caindo nas oitavas de final da Liga dos Campeões, o Paris Saint-Germain (PSG) volta às quartas de final da competição. O duelo de hoje será contra o Barcelona, que assim como a equipe francesa, também passou por maus bocados recentemente. Os espanhóis não obtiveram sequer a vaga para a fase mata-mata nas últimas duas temporadas da competição europeia. A partida entre as duas equipes será às 16h.

Apesar de o PSG ter sofrido nas temporadas anteriores, não estando entre os oito melhores do Velho Continente, ao menos teve em seu currículo duas semifinais nas últimas quatro temporadas. Curiosamente, ambas durante o período da pandemia da covid-19. Em 2019/20, chegou à decisão como favorito contra o Bayern de Munique, mas perdeu por 1 a 0. No ano seguinte, perdeu nas semifinais para o Manchester City. O título da Champions League é o de maior ambição para a equipe francesa, principalmente em função da grande fragilidade do campeonato nacional.

Por outro lado, o Barcelona, que já obteve quatro taças da competição, chegou a sofrer um bocado nas edições anteriores, tendo ficado apenas na terceira colocação de seus grupos nas temporadas 2021/22 e 2022/23. A última vez que a equipe espanhola alcançou as semifinais foi em 2018/19, quando perdeu para o Liverpool.

Outros jogos

Os dois jogos que abriram as quartas de final foram repletos de gols. Em Madri, Real Madrid e Manchester City fizeram um belo jogo, com direito a duas viradas no marcador, em um 3 a 3. Já em Londres, Arsenal teve que buscar o empate em 2 a 2 contra o Bayern.

Na Espanha, quem saiu em vantagem foram os ingleses, com gol de Bernardo Silva, aos 2. Doze minutos depois, o Real Madrid já estava com o 2 a 1, com gols de Ruben Dias (contra) e Rodrygo. Na segunda etapa, o City ainda virou, com Foden e Gvardiol, mas cedeu o empate aos 34, com gol de Valverde para o Real

Em Londres, o Arsenal ficou no 2 a 2 contra o Bayern de Munique. Saka e Trossard marcaram para os ingleses enquanto Gnabry e Kane para os alemães.

CASO ROBINHO

Gonet se manifesta contra soltura

Paulo Gonet, procurador-geral da República, enviou dois pareceres ao Supremo Tribunal Federal (STF) na noite de segunda-feira se manifestando contrário à soltura de Robinho e defendendo que o jogador cumpra no Brasil a pena de nove anos de prisão determinada pela Justiça da Itália pelo estupro de uma mulher em uma casa noturna de Milão.

A defesa do jogador pede que o STF não reconheça a competência do STJ para determinar a prisão de Robinho. Porém, Gonet sustenta que o início do cumprimento da pena na prisão não está condicionado a um pedido do Ministério Público ou de outra parte interessada.

"Acontece que sua culpabilidade não é discutida no processo de homologação de sentença estrangeira, no qual o STJ se limita a realizar juízo de delibação e não reanalisa o mérito da causa, esta já decidida pela jurisdição do Estado requerente. Não há garantia constitucional para que o brasileiro responda em liberdade até o trânsito em julgado da decisão homologatória de sentença estrangeira", argumentou a procuradoria.

"Na espécie, agiu corretamente a Corte (STJ) ao encaminhar a determinação de cumprimento da pena ao primeiro grau, onde, a partir de então, tramitará o processo de execução penal e todos seus incidentes", concluiu Gonet.

O jogador, que alega inocência, está preso no Complexo de Tremembé, no interior de São Paulo, desde o dia 21 de março após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) homologar a sentença italiana.

VEIA DA IRREVERÊNCIA

Conic se torna reduto da resistência cultural da capital

Por trás das aparências, o centro comercial esconde um espaço rico em diversidade e cheio de histórias

POR FERNANDO VIANA, ESPECIAL PARA O *JBr*
redacao@grupojbr.com

Por quase duas décadas, desde o final de 1960 até o início dos anos 1980, o Conic manteve o posto como o mais importante centro cultural brasiliense. Eram 10 livrarias, oito cinemas, seis boates, duas saunas e muitos bares e restaurantes escondidinhos. Um labirinto efervescente, composto por 13 prédios, que, com o deslocamento dos centros de lazer para outros pontos de Brasília, nunca deixou de pulsar, mas mudou seu estilo. Localizado no Setor de Diversões Sul, bem no centro da capital federal, quis, ele, ser reduto da resistência cultural.

A proximidade à Rodoviária do Plano Piloto ajudou. E a vista para um dos principais monumentos, o Teatro Nacional de Brasília, o colocou como um contraponto para as mais diferentes formas de expressões: a cultura hip hop, os bailes de charme, os encontros de RPG, as feiras de vinil e de fanzines, os encontros de b-boys e b-girls, batalhas de MCs. As lojas de vinil, de camisetas punk, rock, de afirmação brasiliense, os grafites, os michês da madrugada... Sim, a inegável veia da irreverência também conectou sua imagem à insegurança.

A novidade é que o Conic quer aliar diversão, ecletismo e segurança. Por isso, agora, o Setor de Diversões Sul apresenta novidades e melhorias, incluindo atividades culturais gratuitas e um sistema de segurança inovador para o espaço.

EMANUELLE SENA/ADMINISTRACAO DO PLANO PILOTO

Com melhorias, incluindo atividades culturais gratuitas, o Conic quer aliar diversão, ecletismo e segurança

SERVIÇO

Lugares imperdíveis no Conic. Confira:

BIROSCA
- **A Birosca (@biroscadoconic) já é uma figurinha carimbada nas noites de Brasília. Uma festa democrática e livre de preconceito, com programação variada. A casa é diversão garantida no centro do quadradinho.**

PALA CONIC
- **O Pala (@palaconic) é a nova casa noturna do Conic. No lugar do consagrado "Samba do Chicão", o estabelecimento que tem apenas um mês de inauguração traz o melhor do reggae a Brasília e pretende fazer o mesmo sucesso do antecessor.**

MERCADINHO DO NATINHO
- **A loja (@mercadinhodonatinho) do artista plástico, músico e cinegrafista existe desde 2012 no Conic. O estabelecimento conta com diversas camisetas estampadas com serigrafia tradicional, em malha 100% algodão.**

FUNHOUSE DISCOS
- **Com um estilo mais vintage, o lugar (@funhousediscos) aposta em discos, tocas discos, amplificadores, tudo isso em uma versão mais antiga.**

OVERSTREET SKATEBOARDS
- **No Conic também tem lojas para os amantes dos elementos da rua, a cultura que une skate, rap e hip hop. A OverStreet oferece tudo para os seguidores do nicho, desde a montagem dos skates até looks que compõem o estilo.**

Homenagem a ícones locais

DIVULGAÇÃO

A mudança marca também a restauração do painel de Toninho de Souza (*foto*). Nascido na Bahia, o artista plástico se firmou na capital do país nos anos 1980, mas especificamente em Sobradinho. Toninho é conhecido nas artes visuais, e criou três movimentos no Brasil, sendo eles: Melanciacultura (1981), Melantucanarismo (19913) e a Arte Pós-Contemporânea de Toninho de Souza (2016).

Outra personalidade brasiliense que ganha um painel é o Natinho. O músico, artista plástico e serigrafista é considerado uma lenda viva do underground candango. Ele começou sua carreira "esticando cordão" em portas de show, onde vendia camisetas, e hoje, comanda uma das mais tradicionais lojas de camisetas do Brasil: o mercadinho do Natinho, no Conic.

Segurança para comerciantes

PAULO H. CARVALHO/AGÊNCIA BRASÍLIA

Um novo destaque é o botão do pânico entregue para cada comerciante do Conic. O novo sistema de segurança visa proteger os comerciantes e também as pessoas que passam pelo local.

"A entrega desse novo sistema representa um avanço significativo para a segurança dos comerciantes do Conic. Essa iniciativa demonstra o compromisso em proporcionar um ambiente mais seguro para todos que frequentam o Setor de Diversões Sul. Estamos empenhados em expandi-lo para todos os prédios, garantindo a tranquilidade e a proteção de todos os que fazem parte dessa comunidade", reforça a prefeita do Conic, Flávia Portela.

CANAL1

Flávio Ricco
com José Carlos Nery
tvcanal1@terra.com.br

MORTE DE SENNA: CABRINI VOLTA AO AUTÓDROMO DE ÍMOLA 30 ANOS DEPOIS

ARQUIVO PESSOAL

A foto que acompanha esta matéria é do Roberto Cabrini no circuito de Ímola, na Itália, com as torres de cronometragem ao fundo, tirada nesta última segunda-feira.

Nada mais apropriado que esta imagem, a mais característica do autódromo, para poder ilustrar a produção de um documentário - "30 anos sem Senna - O dia que não terminou" - que será exibido no dia 28, na Record, com trechos no "Domingo Espetacular" e na íntegra, em seguida, no "Câmera Record".

E também ninguém melhor do que o Cabrini como seu responsável.

Ele que estava lá, há exatas três décadas, naquele 1º de maio de 1994, data do acidente com Ayrton Senna e que ele, acompanhando tudo muito de perto, teve a missão de anunciar o triste desfecho a todos os brasileiros, direto do Hospital Maggiore, de Bolonha.

Uma volta completa no circuito, a curva Tamburello, agora transformada em uma chicane, inclusive detalhes da câmera on board, que a FOCA, na época, dizia que não tinha e só entregaram depois dele ter provado que tinha.

Enfim, um apanhado de tudo o que aconteceu naquele fatídico dia será reunido neste seu trabalho, com a entrega e características do Cabrini.

Triste coincidência

Ontem, no instante em que a nota acima estava sendo redigida, veio a notícia da morte de Ubirajara Guimarães, o querido Bira, amigo muito próximo de Ayrton Senna.

Os dois, inclusive, foram sócios em vários negócios, inclusive na vinda da Audi para o Brasil.

Bira teve também negócios com Roberto Carlos na área da construção civil e na área automobilística.

Série dramática

Em seis episódios, está pronta a primeira temporada de "Caminhos", série baseada em fatos reais dos atendimentos terapêuticos da psicanalista Ângela Sirino. Produção da Manhattan Films, tocada por Mario Bregieira e roteiro de Camilo Pellegrini.

No elenco: Day Mesquita, Cirilo Luna, Pérola Faria, Malu Falangola, Luci Pereira, entre outros. Bregieira ainda está fechando o veículo de exibição.

Desligamento

Kallyna Sabino deixou o "Fofocalizando", do SBT, em função de ajustes processados no programa, entre eles a redução do horário em uma hora. Ela chegou em março do ano passado com a proposta de apresentar um bloco de notícias.

Porém, além do tempo menor, também houve mudanças na editoria, que não usa mais jornalismo. Kallyna sai com as portas abertas.

Baque

A informação é que a plataforma de streaming Paramount +, segundo o pessoal de lá, parou mesmo com a produção de originais no Brasil.

Esse trabalho só terá sequência em países que exista obrigação de produção local por lei. Pelo visto, só o futebol está funcionando.

Preocupante

Ainda sobre essa questão de produção de conteúdo no streaming, comenta-se no mercado que a Amazon só deverá fazer no máximo três séries por ano.

Também por aí, as empresas brasileiras de conteúdo (Conspiração, Gullane, Afroreggae...) andam de olho na Globoplay, uma vez que o streaming da Globo tem esse plano de ampliar sua produção internamente e diminuir a ação de parceiros.

Azedou

Na festa do Paulistão, segunda-feira, embora não estivesse entre os oferecimentos, teve o seu momento "torta de climão".

Milton Neves tomou um vácuo, quando foi cumprimentar Edu Zebini, o número 1 da Paramount+, e este nem tchuns. Virou as costas e foi embora. Com certeza, pendências do passado. Alguém fez alguma coisa que não devia.

Agenda movimentada

Eduardo Sterblitch integra o elenco da série "Os Outros", da Globoplay, que estreia dia 18 na Globo. É o Sérgio, um tipo cuja especialidade é passar despercebido entre as pessoas.

Sterblitch também será o novo integrante do "Papo de Segunda", a partir do dia 22 no GNT, e está em cartaz nos cinemas com "Dois é demais em Orlando" e "O Grande Sertão", além do musical "Beetlejuice" nos palcos de São Paulo.

Por encanto

Tem muita gente querendo saber que fim levou a série "O Coro: Sucesso, Aqui Vou Eu", do Miguel Falabella, produzida para o Disney+.

Um mistério o seu desaparecimento. Assim, meio que por encanto.

Prejuízo

A plataforma Disney+, além de provocar o desaparecimento do conteúdo da primeira, por alguma razão, também não se mostra interessada em mostrar a segunda temporada, já inteiramente gravada há muito tempo. Fala-se, até, que caiu no esquecimento.

Procurada desde a semana passada, a Disney não se manifestou sobre o caso.

Sozinho

Marcão do Povo, nesses últimos dias, está apresentando o "Tá na Hora", do SBT, sozinho.

Christina Rocha, por problemas familiares, foi obrigada a se afastar. Está no Rio de Janeiro.

Visual

Elisà Romero, caracterizada para a nova fase da princesa Bastet, em "Reis" – A Decadência, com estreia dia 22 na Record.

A atriz já encerrou sua participação nas gravações.

C´est fini

- A produtora Rubi deu a largada nas filmagens da comédia "O Rei da Feira", mais uma estrelada por Leandro Hassum, com direção de Felipe Joffily.
- Também no elenco, Pedro Wagner, Luana Martau, Thalita Younan, Davi Salino, Clarissa Pinheiro, Dani Fontan, Kesia Estácio, Vinicius Moreno e Renata Gaspar.

BATE REBATE

» **Ana Clara, apresentadora, revelou que o reality musical "Estrela da Casa" vai estrear em agosto na Globo.**

» **Irene Ravache será homenageada nesta quarta-feira, no espetáculo "Ser Artista", em cartaz no Teatro dos 4, no Rio...**

» **... Já, a atriz Cris Munhôz, especialista em acessibilidade cultural para neurodivergentes, comanda uma palestra, também nesta quarta, às 17h, no CCBB Rio.**

» **Repórter Jackson Pinheiro acerta com a Paramount+ e já será colocado nas escaldas de transmissões da Libertadores.**

» **TV Cultura voltou a se dar bem com o esporte, algo que durante muito tempo foi rifado da sua grade...**

» **... Aliás, uma das besteiras cometidas pelas administrações anteriores...**

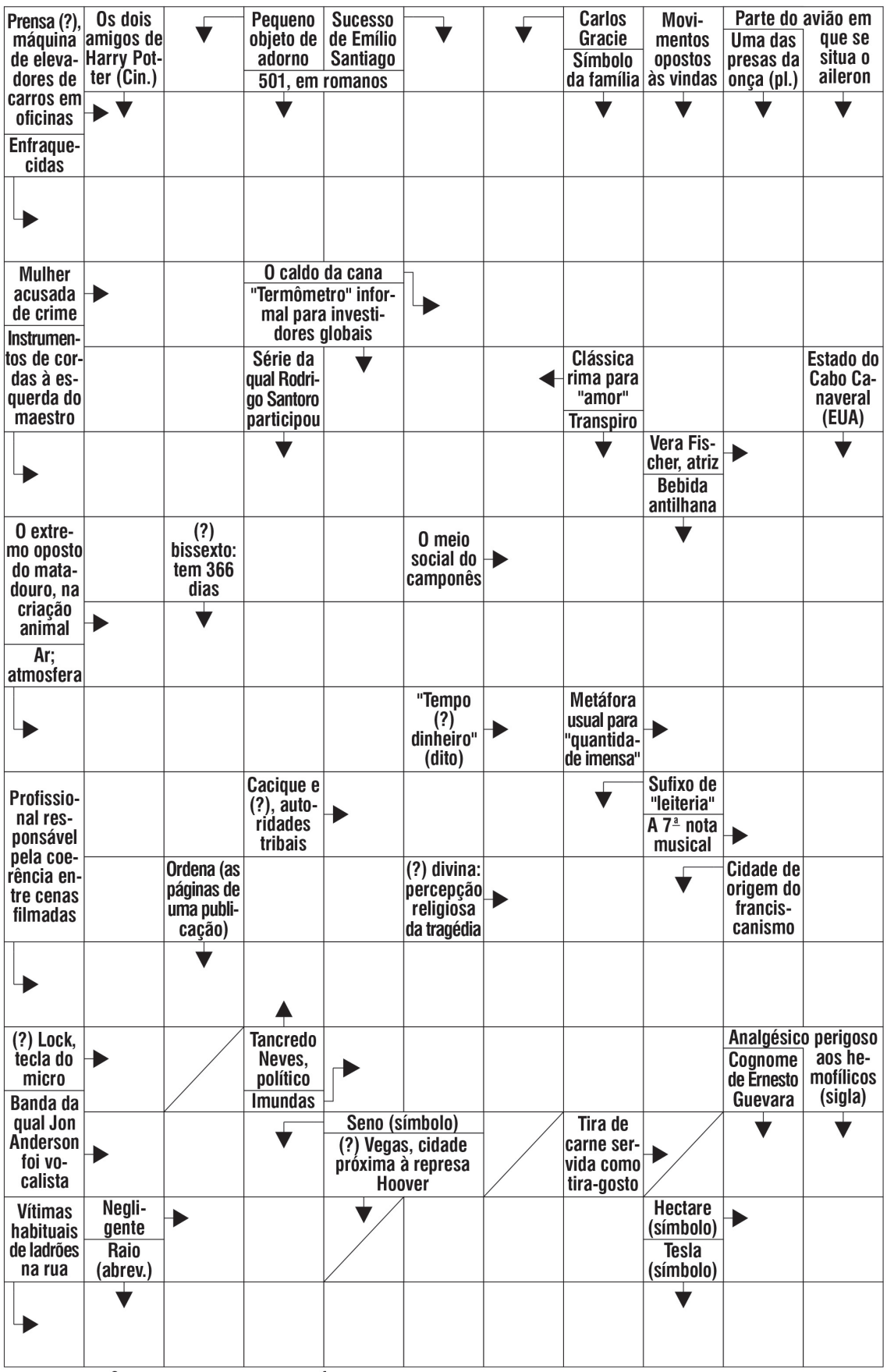
» **... Entre futebol, basquete e automobilismo, são resultados que sempre se destacam.**

» **Adriana Rezende, ex-Record, estreou ontem no RJTV da Globo RJ.**

» **Direção da Band está esperando o telefone tocar. Não chega a ser tanta assim, mas ainda há esperança de sobrar alguma coisa da Série B.**

CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL



BANCO 3/che — yes. 4/lost. 6/bibelô — saigon.

59

Solução

SUDOKU

	4			6			9	
2		1						3
	9		5	2	8			
		5				1		
6		2				9		8
		7				2		
			2	9	7		6	
1						8		5
	2			8			7	

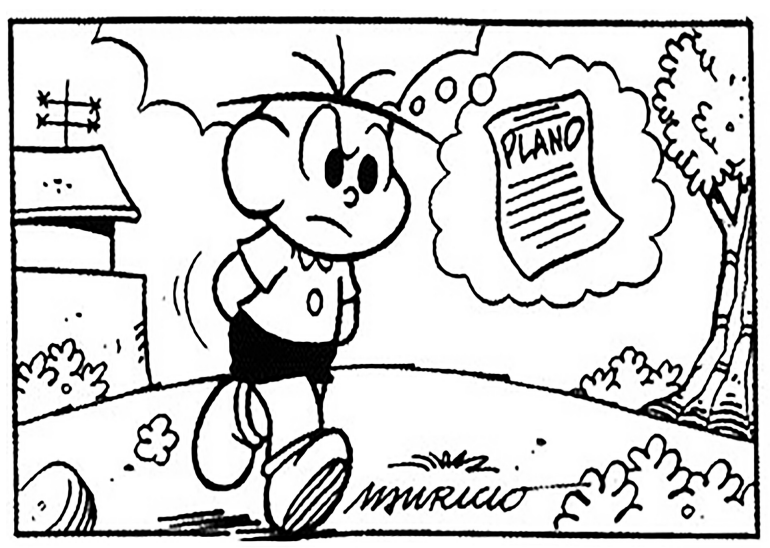
SOLUÇÃO

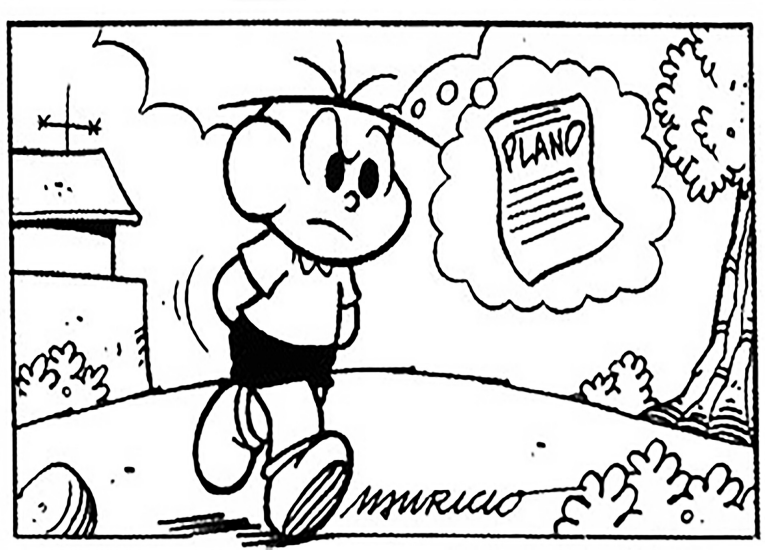
5	4	8	3	6	1	7	9	2
2	6	1	9	7	4	5	8	3
7	9	3	5	2	8	6	1	4
9	8	5	6	4	2	1	3	7
6	1	2	7	5	3	9	4	8
4	3	7	8	1	9	2	5	6
8	5	4	2	9	7	3	6	1
1	7	9	4	3	6	8	2	5
3	2	6	1	8	5	4	7	9

Instruções do Sudoku

Preencha cada quadrinho com um número de 1 a 9. Cada conjunto de nove quadrinhos deve conter todos os nove dígitos, sem que nenhum algarismo se repita.

SETE ERROS





CLASSIFICADOS&EDITAIS

classificados@grupojbr.com (61) 99637-6993

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico:
***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE EDIMAR MENDES

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **EDIMAR MENDES - CPF: 058.632.786-09**, devedor fiduciante do imóvel alienado: **APARTAMENTO Nº 102, LOTE 6, QUADRA CSD 3, TAGUATINGA, DISTRITO FEDERAL,** o qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADO do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme **R.8**, na matrícula nº. **229204**, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª(as)., venho INTIMÁ-LO a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 19/01/2024, corresponde a **R$6.165,78 (seis mil, cento e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos)**, além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de R$1.225,82 (um mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R$7.391,60 (sete mil, trezentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos)**. Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as). para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras – DF, onde devera(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as). ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

ASSOCIAÇÃO DOS CONTROLADORES DE PRAGAS DO DF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A presidente da ACPDF - Associação dos Controladores de Pragas do DF, CNPJ nº 03.500.504/0001-69, no uso de suas atribuições e de acordo com o Estatuto, comunica que após o parecer favorável da Comissão Eleitoral, constituída na AGE - Assembleia Geral Extraordinária de 03/04/2024, convoca ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, para eleição da nova Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo a ser realizada na forma presencial, no endereço SCS - Quadra 01, Bloco B, sala 1206, Ed. Maristela, Asa Sul, Brasília DF, no dia 23/04/2024, às 10hs00min em primeira convocação com 2/3 dos associados, não atingindo o quórum necessário, passa-se a segunda convocação às 10hs30min com qualquer número de associados, para deliberarem sobre os seguintes assuntos da pauta: Item 1) - Eleição da nova Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, para o biênio 2024/2026, excepcionalmente iniciando o pleito imediatamente após a eleição e findando excepcionalmente em 15/07/2026, de acordo com o art. 25º, caput e § 1º, do Estatuto; Item 2) - Assuntos Gerais. Os procuradores deverão anexar documentação pertinente no ato das votações. O direito a voto na assembleia somente permitido aos sócios em situação regular com as obrigações regimentais.

Brasília, 09 de abril de 2024
Adelaide da Silva Guerra Paiva
Presidente

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE GP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo(s), **GP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 00.988.599/0001-13, representada por: SHIRLEY SILVA RIBEIRO, CPF: 258.651.451-34**, devedor(a)(es) fiduciante(s) do imóvel alienado: **LOTE Nº 9, CONJUNTO 12, ÁREA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ADE DE ÁGUAS CLARAS, TAGUATINGA, DISTRITO FEDERAL; e LOTE Nº 10, CONJUNTO 12, ÁREA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ADE DE ÁGUAS CLARAS, TAGUATINGA, DISTRITO FEDERAL**, o(s) qual(is) não tendo sido encontrado(a)(s) nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica(m), por este edital, INTIMADO(A)(S) do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento do(a) **BANCO BRADESCO S.A.**, credor(a) fiduciário(a) do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme **R.9**, na matrícula nº.**172523,** e **R.9**, na matrícula nº.**172524**, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª(as)., venho INTIMÁ-LO(A)(S) a efetuar(em) o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 01/11/2023, corresponde a **R$277.711,67 (duzentos e sententa e sete mil. setecentos e onze reais e sessenta e sete centavos)**, além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de R$1.225,82 (um mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R$278.937,49 (duzentos e setenta e oito mil novecentos e trinta e sete reais e quarenta e nove centavos)**. Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as). para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras DF, onde devera(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as). ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA **JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90002/2024

OBJETO – Contratação de empresa para prestação do serviço de manutenção da sala técnica da Superintendência da Polícia Federal no DF, com fornecimento de NoBreaks, bem como a retirada dos atuais e instalação dos equipamentos novos.

Locais de Entrega: Brasília/DF;

Pregão Eletrônico Edital à disposição dos interessados no endereço eletrônico **www.compras.gov.br** e **www.pf.gov.br.**

ABERTURA: dia 26/04/2024 às 09h00m – horário de Brasília – www.compras.gov.br

CEZAR LUIZ BUSTO DE SOUZA
Ordenador de Despesas

COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA

MINISTÉRIO DA **DEFESA**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

Pregão Eletrônico nº 90011/2024 - UASG 120006

Nº Processo: 67284001405202300. Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, publicada no DOU de 14/03/2024. Objeto: Aquisição de uniformes para os militares e servidores civis. Total de Itens Licitados: 26. Novo Edital: 09/04/2024 das 09h30 às 16h30. Endereço: Esplanada Dos Ministérios Bloco m - Anexo a Térreo, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/120006-5-90011-2024. Entrega das Propostas: a partir de 09/04/2024 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 22/04/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

MARCELLO PEREIRA CAMARGO
Ordenador de Despesas do Gap-br

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral

GDF

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024 (UASG 450432)

O Pregoeiro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal torna público aos interessados a SUSPENSÃO do PREGÃO ELETRÔNICO nº 90015/2024, Processo SEI-GDF 00080-00057752/2022-78, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção predial sem dedicação exclusiva de mão de obra. Motivo: Determinação de Suspensão por parte do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), consoante ao Despacho Singular nº 92/24-GCAM do TCDF, prolatado no bojo dos autos 00600-00001622/2024-62.

ANCHIETA SOARES DE SOUZA
Pregoeiro

Terracap

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

GDF

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA VENDA DE IMÓVEIS
AVISO DE EDITAL Nº 04/2024-IMÓVEIS

A Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, leva ao conhecimento dos interessados que promoverá licitação pública em 30 de abril de 2024 para Venda de Imóveis destinados a Comércio, Residência, Indústria em Geral, Prestação de Serviços e outros Imóveis situados em Brasília e demais cidades do Distrito Federal, obedecidas as condições do Edital nº 04/2024-Imóveis, conforme Processo nº 00111-00002383/2024-24, cujos exemplares e formulários de propostas de compra poderão ser obtidos na Sede da Terracap, localizada no SAM – Bloco "F" (próximo ao Palácio do Buriti), e na página eletrônica da Terracap (https://servicosonline.terracap.df.gov.br/). O depósito da caução deverá ser efetuado até o dia 29 de abril de 2024 nas Agências do BRB – Banco de Brasília S/A, para a conta caução da Terracap – CNPJ nº 00.359.877/0001-73 – Banco 070 – Agência 121 – Conta nº 900.102-0 – tão somente por meio de depósito identificado, transferência eletrônica – TED – ou pagamento do boleto expedido no sítio da Terracap, após cadastramento da proposta online, vedados depósitos não identificados, em cheques, ou realizados em caixas eletrônicos. As propostas de compra deverão ser entregues, pessoalmente, entre 09h e 10h do dia 30 de abril de 2024 no Edifício-Sede da Companhia, localizado no Bloco "F", Setor de Área Municipais – SAM, ou de maneira online, por meio do endereço eletrônico www.terracap.df.gov/edital-de-licitacao-online, sendo que sua conferência e leitura dar-se-ão após o encerramento da primeira etapa dos trabalhos (recebimento das propostas). Em caso de eventuais dúvidas, informações complementares poderão ser obtidas pelos telefones: (061) 3342.2013, 3342.2525, ou pessoalmente na Sede da Terracap no horário das 7h às 19h.

BRUNO CÉSAR SANTANA DE MENESES
Comissão Permanente de Licitação Para Venda de Imóveis – COPLI
Presidente

DR. FAZ TUDO DF/Reparos e Reformas. S.O.S. Marido de Aluguel/Consertos do Lar

Consertos, Reparos, Reformas, Manutenção, Limpeza em Geral, Jardinagem, Roçadas,Etc.
SERVIÇOS De/Pedreiro, Carpinteiro, Marceneiro, Pintor, Gesseiro, Eletricista, Encanador, Desentupidor, Limpeza, Lavação e Pintura Fachadas, Pisos, Paredes,Muros, Piscinas, Telhados,Etc.
Limpeza em Cisternas, Poços,Caixas D'água, Limpeza Pós Obras, Pós Shows e Eventos,Etc.

"TUDO QUE VOCÊ PRECISAR NUM SÓ LUGAR"

Serviços Rápidos com Garantia e Eficiência no que Fazemos/Preços Justo/Atendimento Imediato/ Orçamento Sem Compromisso e Gratuito.

- Realizamos todos os serviços emergências ou agendados. Atendemos Residências,Prédios, Condomínios, Comércios e Indústrias,Etc.

Em Brasília e Entorno do DF.
(61) 99665-4500 - (61) 99925-8800

Vendo Material pra Segurança Eletrônica.

1) DVR Intelbras MHDX 3004 FULL HD S/ HD
1) HD 2 TB SATA 7200 RPM PURLE
1) FONTE 12V 5A INTELBRAS
3) CÂMERAS INTELBRAS DOME 20M VHL 1120 3,6 MM
3) GRADE DE PROTEÇÃO PARA CÂMERA DOME
6) CONECTOR BNC COM BORNE
3) PLUG P4 MACHO COM BORNE
1) 100 M CABO COACHIAL 4MM COM ALIMENTAÇÃO
1) NOBREAK INTELBRAS XNB 720VA.

Vendo esses produtos pra terceiros com nota fiscal e sem uso, tudo na caixa.

Interessados entrar em contato com (61)
(61)99665-4500 - (61) 99925-8800

COMPRO ANTIGUIDADES/RELÍQUIAS.

Jóias, Relógios, Pratarias, Anéis, Alianças, Brincos, Pingentes, Correntes, Ouro em Geral,Etc.
Quadros, Tapetes Persas, Objetos de Relíquias de Artes e Artesanatos,Etc.
Pagamento a vista, agendado e vistoria presencial com marcação prévia. Compramos mediante avaliação e sem compromisso de fechamento de negócio.

(Atendimento a domicílio com agendamento)
(61) 99665-4500 - (61) 99925-8800
Em horário comercial.

Secretaria/Recepcionista

Precisa se! Com experiência em áreaadministrativa/Financeira/ Comercial/ Atendimento ao Público, para trabalhar em empresa de Engenharia em Águas Claras DF.

Interessados entrar em contato com
(61) 99665-4500 - (61) 99925-8800

COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA

MINISTÉRIO DA **DEFESA**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90013/2024 - UASG 120006

Nº Processo: 67284003587202345. Objeto: Aquisição de materiais de cortinas e persianas. Total de Itens Licitados: 8. Edital: 10/04/2024 das 09h00 às 17h00. Endereço: Esplanada Dos Ministérios Bloco M - Anexo a Térreo, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/120006-5-90013-2024. Entrega das Propostas: a partir de 10/04/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 22/04/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

MARCELLO PEREIRA CAMARGO
Ordenador de Despesas do GAP-BR

Quintas do Sol
residencial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO 2024

O Síndico do **Condomínio do Quintas do Sol**, inscrito no CNPJ 37.100.658/0001-85, localizado no Km 03 Estrada do Sol, Jardim Botânico, Brasília - DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em consonância com os arts. 1.348, I, e 1.355, do CC, art. 121 da Lei nº 6.404/76, e art. 13, "f", da Convenção Condominial, vem, por meio deste, convocar a todos os condôminos para participar da **Assembleia Geral Ordinária**, a se realizar, no formato virtual (Lei nº 14.309/22), **no dia 21.04.2024** (domingo), às **8h00**, em 1ª chamada, com a presença de 2/3 dos condôminos, ou, em 2ª chamada, às **8h30**, com qualquer quórum, sendo composta por duas fases, a saber: a 1ª fase - reunião virtual no período da manhã, com apresentação, esclarecimentos e votação dos itens I a III abaixo, e a 2ª fase, no formato híbrido, no período da tarde, para eleição, item IV abaixo:

I- Apreciar e votar o Relatório e as Contas da Administração do Condomínio, relativos ao exercício anterior (art. 9º, inc. III, alínea "a", da Convenção);

II- Definição do orçamento anual do Condomínio para o período de maio/2024 até abril/2025, contemplando taxa ordinária;

III - Informes gerais; e

IV - Eleição de Síndico, Subsíndico e Conselho Consultivo, para o período de 01/05/2024 até 30/04/2025.

A Assembleia instalar-se-á conforme fases acima descritas e observará os prazos e disposições previstos no Edital da Comissão Eleitoral 2024, publicado em 21/3/2024. Ante a relevância dos assuntos a serem tratados, enfatizamos a necessidade da participação de todos a fim de que as deliberações representem a vontade expressiva do Condomínio.

Instruções Gerais e Observações legais:

I - As decisões tomadas em Assembleia obrigam a todos os condôminos, inclusive aos ausentes.

II - O Presidente da Assembleia seguirá a ordem da pauta do Edital, oportunidade em que franqueará o uso da palavra para debates, questionamentos e sugestões, depois das explanações/apresentações iniciais.

III - O link da reunião estará disponível na plataforma MOVIVA e será divulgado, via e-mail e WhatsApp, nos dias **20 e 21.04.2024.**

III.1 - A votação ocorrerá na plataforma MOVIVA (**www.moviva.com.br**), com garantia de autenticidade e lisura do processo, além da disponibilização de relatórios a serem anexados à Ata da Assembleia quanto do seu registro no Cartório de Títulos e Documentos.

III.2 - Durante o período da Assembleia, os condôminos contarão com suporte integral da MOVIVA e da Administração para que tenham total acesso e possam efetivar sua participação.

III.3 Com o acesso do condômino à plataforma MOVIVA, esse fica ciente de que sua participação será gravada e mantida em arquivo para eventuais necessidades.

IV - Os proprietários poderão ser representados por procuradores, os quais deverão ter **suas procurações entregues na Administração até as 18h do dia 19.04.2023**.

V - O condômino que não estiver em dia com suas obrigações condominiais não poderá votar nas deliberações da assembleia e delas participar (art. 1.335, III, do CC, e art. 11, IV, da Convenção Condominial).

Brasília/DF, 9 de abril de 2024.
Ezequias de Oliveira Chagas Júnior
Síndico

TARG PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LIÇENCA PRÉVIA

Torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos - Brasília Ambiental - IBRAM, a Licença Prévia para a atividade de parcelamento de solo urbano, na DF-140, km 3,8, Faz. Santa Bárbara. Matrícula nº 12.008 (2º CRI). Processo 00391-00003306/2024-19. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. José Américo Miari. Representante Legal.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL ("ASSDF")

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL ("ASSDF")**, associação de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.783.700/0001-56, com sede no SRTVS, Quadra 701, Bloco K, Edifício Embassy Tower, Sala 705 - Asa Sul, Brasília - DF, 70340-908, convoca assembleia extraordinária, a ser realizada no dia 25/04/2024, na sede da ASSDF localizada no SRTVS, Quadra 701, Bloco K, Edifício Embassy Tower, Sala 705 - Asa Sul, Brasília - DF , em primeira convocação às 15h00, com quórum de instalação de maioria absoluta do número de associados, e em segunda convocação, às 15:30min, iniciando, nessa hipótese, sem qualquer quórum, com a seguinte pauta: (i) convocação de novas eleições (ii) prorrogação de mandato da atual diretoria; (iii) aprovação de contas; (iv) aprovar o ajuizamento de ações judiciais.

DIRETORIA DA ASSDF

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL - ABDF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL - ABDF, com sede na SHCS CR 516, Bloco B, nº 69, 1º Pavimento, Parte C0242, CEP 70.381-525, Brasília-DF, **CONVOCA** os associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada **remotamente no dia 25/04/2024**, às **20:00**, para eleição e posse da diretoria e conselho fiscal, bem como demais assuntos pertinentes à entidade.

EMPREGOS

273 Ofertas

Lista divulgada em **10/04/2024.** Algumas das vagas podem já ter sido preenchidas antes de seu comparecimento à Agência do Trabalhador de sua cidade

OBS: Para ser encaminhado à vaga, o seu perfil profissional deverá estar compatível com os pré-requisitos exigidos pelo empregador. As vagas disponíveis possuem limite máximo de encaminhamentos para a entrevista. Quando este limite é atingido, a vaga se torna invisível aos atendimentos e novos encaminhamentos.

OCUPAÇÃO	CIDADES	QUANTIDADE	SALÁRIO	ESCOLARIDADE
AÇOUGUEIRO	VILA PLANALTO	2	"R$ 2.172,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
AÇOUGUEIRO	SANTA MARIA	6	"R$ 2.366,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
AJUDANTE DE CARGA E DESCARGA DE MERCADORIA	ZONA INDUSTRIAL	4	"R$ 1.630,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
AJUDANTE DE OBRAS	CEILÂNDIA	2	"R$ 1.438,80 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
AJUDANTE DE PINTOR	CEILÂNDIA	1	"R$ 1.577,40 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
ATENDENTE DE LANCHONETE	TAGUATINGA SUL	10	"R$ 1.515,96 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
ATENDENTE DE LANCHONETE	GAMA	10	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
ATENDENTE DE TELEMARKETING	ASA SUL	40	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE COSTURA	TAGUATINGA NORTE	4	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	NÃO EXIGIDA
AUXILIAR DE COZINHA	SAMAMBAIA SUL	4	"R$ 1.900,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	ZONA INDUSTRIAL	1	"R$ 1.498,47 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	GAMA	10	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	TAGUATINGA SUL	4	"R$ 1.600,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE ELETRÔNICA	RIACHO FUNDO II	2	"R$ 1.470,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE LIMPEZA	TAGUATINGA SUL	2	"R$ 1.650,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE LIMPEZA	TAGUATINGA CENTRO	10	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	NÃO EXIGIDA
AUXILIAR DE LOGÍSTICA	GUARÁ	26	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE PRODUÇÃO - NA CONFECÇÃO DE ROUPAS	TAGUATINGA NORTE	2	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	NÃO EXIGIDA
AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	SUDOESTE	1	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
BARMAN	SOBRADINHO	1	"R$ 1.524,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
CARPINTEIRO	SAMAMBAIA SUL	2	"R$ 2.000,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
CASEIRO	LAGO OESTE	2	R$ 1.600,00	NÃO EXIGIDA
CASEIRO (AGRICULTURA)	VALPARAÍSO	1	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	NÃO EXIGIDA
CONFEITEIRO	ASA SUL	1	"R$ 1.798,95 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
CONFEITEIRO	PLANALTINA	2	"R$ 2.300,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CORRETOR DE IMÓVEIS	ÁGUAS CLARAS	15	"R$ 6.000,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
COSTUREIRA EM GERAL	TAGUATINGA NORTE	2	"R$ 1.600,00 +BENEFÍCIOS"	NÃO EXIGIDA
COSTUREIRO NA CONFECÇÃO EM SÉRIE	VALPARAÍSO	8	"R$ 1.700,00 +BENEFÍCIOS"	NÃO EXIGIDA
COZINHEIRO DE RESTAURANTE	SOBRADINHO	3	"R$ 1.524,00 +BENEFÍCIOS"	FUDAMENTAL COMPLETO
COZINHEIRO GERAL	ÁGUAS CLARAS	1	"R$ 1.600,00 +BENEFÍCIOS"	FUDAMENTAL INCOMPLETO
COZINHEIRO GERAL	ASA NORTE	1	"R$ 1.500,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
EMPREGADO DOMÉSTICO ARRUMADOR	JARDINS MANGUEIRAL	1	R$ 1.650,00	NÃO EXIGIDA
EMPREGADO DOMÉSTICO ARRUMADOR	TAGUATINGA NORTE	1	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	FUDAMENTAL COMPLETO
EMPREGADO DOMÉSTICO DIARISTA	LAGO NORTE	1	R$ 230,00/DIA	FUDAMENTAL INCOMPLETO
FIEL DE DEPÓSITO	GUARÁ	5	"R$ 1.513,24 +BENEFÍCIOS"	FUDAMENTAL COMPLETO
GARÇOM	SOBRADINHO	4	"R$ 1.524,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
GERENTE COMERCIAL	ÁGUAS CLARAS	2	"R$ 8.000,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
INSTALADOR DE CORTINAS E PERSIANAS, PORTAS SANFONADAS E BOXE	TAGUATINGA CENTRO	2	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
LAVADOR DE CARROS	ZONA INDUSTRIAL	1	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	FUDAMENTAL COMPLETO
MÃE SOCIAL	CEILÂNDIA NORTE	1	"R$ 2.110,55 +BENEFÍCIOS"	FUDAMENTAL COMPLETO
MOTORISTA DE AUTOMÓVEIS	TAGUATINGA NORTE	5	"R$ 1.600,00 +BENEFÍCIOS"	FUDAMENTAL INCOMPLETO
OFICIAL DE SERVIÇOS DIVERSOS NA MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES	SANTA MARIA	2	"R$ 1.660,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
OPERADOR DE CAIXA	PLANALTINA	2	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
OPERADOR DE CAIXA	GUARÁ	5	"R$ 1.433,92 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
OPERADOR DE CAIXA	VILA PLANALTO	2	"R$ 1.515,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
OPERADOR DE INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO	ASA SUL	2	"R$ 1.950,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
PADEIRO	PLANALTINA	2	"R$ 2.300,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
PIZZAIOLO	RIACHO FUNDO II	2	R$ 1.601,00	ENS. MÉDIO COMPLETO
REPOSITOR DE MERCADORIAS	GUARÁ	15	"R$ 1.433,92 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
SUSHIMAN	ÁGUAS CLARAS	1	"R$ 2.200,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
TRATADOR DE ANIMAIS	OCTOGONAL	1	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
VAQUEIRO	OCTOGONAL	1	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	FUNDAMENTAL COMPLETO
VENDEDOR INTERNO	ZONA INDUSTRIAL	15	"R$ 1.412,00 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO
VENDEDOR INTERNO	GUARÁ	20	"R$ 1.433,92 +BENEFÍCIOS"	ENS. MÉDIO COMPLETO

A Secretaria do Estado de Trabalho do Distrito Federal também disponibiliza as vagas oferecidas nos sites www.trabalho.df.gov.br e maisemprego.mte.gov.br. Os interessados em utilizar o serviço precisa fazer um cadastro no endereço eletrônico para ter acesso às oportunidades existentes para o seu perfil. Por conta desse sistema, os postos aqui listados estão sujeitos a alterações.

Do total, 14 Agências do Trabalhador estão com atendimentos presenciais ao público. Funcionando de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 17:00h (sem interrupção). Para mais dúvidas, entre em contato pelos telefones de atendimento ao público **(61) 3773-9482** / **(61) 3773-9484.**

MARCELOCHAVES

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado

@colunamarcelochaves
@marcelochavess
marcelochaves@grupojbr.com

Mostra...

A Embaixada dos Estados Unidos em Brasília, em parceria com a Casa Thomas Jefferson, promoveu, ontem, evento de inauguração da exposição *Raízes Entrelaçadas: 200 anos de amizade transformando o futuro*, com a curadoria de João Kulcsár.

...em Brasília

O evento foi realizado na unidade da Asa Sul, na 706/906 Sul. A mostra de 35 fotografias revela como, ao longo desses anos, o Brasil e os Estados Unidos construíram uma sólida relação de amizade, baseada em constante apoio.

Panela

Marcado para hoje o coquetel de inauguração do espaço Le Creuset, na All Kitchens. Será uma grande aventura culinária do maior revendedor das panelas Le Creuset em Brasília. O evento acontecerá na comercial da 211 sul, a partir das 14h.

Unidos

Os deputados Gilvan Máximo e Carlos Gaguim convidam para o lançamento das Frentes Parlamentares da Ciência, Tecnologia e Inovação, e de Apoio ao Empreendedorismo do Jovem Aprendiz, Odontologia e Administração. Será hoje, na Câmara dos Deputados.

CÉSAR REBOUÇAS

A empresária Cristiane Constantino é a aniversariante de hoje, e deve receber ao longo do dia cumprimentos das inúmeras amigas que possui como Cleucy Oliveira, pela data

Excelente...

A Secretaria de Estado de Atendimento à Comunidade, em parceria com o Sebrae, tem o prazer de anunciar o lançamento do Projeto Rede Comunidade. O evento será realizado no Salão Branco do Palácio do Buriti, nesta quarta-feira (10), às 10h.

...iniciativa

O Projeto Rede Comunidade é uma iniciativa que visa fortalecer as Organizações da Sociedade Civil (OSC's) no DF. A solenidade contará com a presença do governador Ibaneis Rocha e da Secretária de Estado de Atendimento à Comunidade, Clara Roriz.

Encontro

O ministro das Relações Exteriores da República Tcheca, **Jan Lipavský**, visitou o Memorial JK na tarde de ontem. Ele foi recebido pelo bisneto do fundador de Brasília, **André Octávio Kubitschek**, e pelo empresário Paulo Octávio, ambos vice-presidentes do museu que reverencia a história da criação de Brasília e de seu fundador.

Juscelino Kubitschek tinha ascendência tcheca – seu bisavô materno Jan Nepomuk Kubícek chegou ao Brasil na primeira metade do Século XIX. Acompanhado da embaixadora Pavla Havrlíková, o ministro conheceu detalhes da vida e da obra de JK, visitando os dois andares do museu. Também colocou flores no túmulo do fundador de Brasília.

A André Kubitschek, Jan Lipavský revelou que a construção da capital impressiona e sensibiliza o povo tcheco, pelos laços que unem os dois países. O chefe da diplomacia tcheca assinou o livro de ouro do Memorial JK e trocou presentes com o bisneto de JK. Ex-deputado em sua nação, Lipavský chegou em visita ao Brasil na segunda-feira e retorna esta semana ao seu país.

Carreira

Fundadores da Conquer, escola de educação na América Latina com maior engajamento no Linkedin, lançam livro pela Buzz Editora: *Ou Vai Ou Voa*. A obra promete desvendar como pensam e agem os melhores profissionais do mundo.

Inovação na...

O aplicativo "Archasmart", que gera cashback, é uma das inovações voltadas aos profissionais e clientes do segmento de arquitetura e design de interiores, e foi lançado pela Archademy Distrito Federal, já disponível para dispositivos...

...arquitetura

...iOS e Android. O app nasceu através da ideia inovadora de reunir e ao mesmo tempo permitir o mapeamento de profissionais arquitetos, empresas do segmento e fornecedores cadastrados. Ideia que, ao que tudo indica, chegou para ficar.

Congresso de...

Será realizada amanhã a solenidade de abertura do XXVII Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho (CNPT), realizado pela Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), em Brasília.

...procuradores...

Este ano, o evento ocorrerá em comemoração aos 45 anos de fundação da entidade, que congrega os membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) de todo o país. A conferência de abertura será com o vice-presidente do STF, ministro Edson Fachin.

...do trabalho

O encontro está trazendo este ano o tema *Trabalho, Vulnerabilidade e Acesso à Justiça*. A ex-ministra do STF Rosa Weber, presidente da Suprema Corte entre os anos de 2022 e 2023, assim como Fachin, receberá uma homenagem da associação.